

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA E COGNIÇÃO**

Maria Eloiza Carvalho Aqel

**A EVOLUÇÃO DA FIGURA DO HERÓI GAÚCHO
EM TRÊS FASES NO TEMPO**

Santa Cruz do Sul
2011

Maria Eloiza Carvalho Aqel

**A EVOLUÇÃO DA FIGURA DO HERÓI GAÚCHO
EM TRÊS FASES NO TEMPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado, Área de Concentração em Leitura e Cognição, Linha de Pesquisa em Texto, subjetividade e memória, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr. Eunice Piazza Gai

Santa Cruz do Sul
2011

Maria Eloiza Carvalho Aqel

**A EVOLUÇÃO DA FIGURA DO HERÓI GAÚCHO
EM TRÊS FASES NO TEMPO**

Esta dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado; Área de Concentração em Leitura e Cognição; Linha de Pesquisa em Texto, subjetividade e memória, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Dr. Eunice Terezinha Piazza Gai
Professora Orientadora - UNISC

Dr. Ernani Mügge
Professor examinador

Dr. José Martinho Rodrigues Remedi
Professor examinador - UNISC

Santa Cruz do Sul

2011

AGRADECIMENTOS

A Deus, por capacitar-me à realização desse trabalho, proporcionar as oportunidades e o conhecimento que engrandecem a minha caminhada.

Ao meu marido e aos meus filhos, que se doaram por inteiro, com paciência e compreensão para que eu realizasse o meu sonho, meu muitíssimo obrigada e o eterno reconhecimento.

À professora Eunice, pelos momentos em que repartiu os seus conhecimentos e as suas experiências, ensinando-me, com paciência, dedicação e responsabilidade.

Às minhas colegas e amigas, pelo apoio, pela amizade e pelo companheirismo durante esses anos de estudo.

A todos que cruzaram o meu caminho e que auxiliaram de uma forma ou outra para que esse estudo fosse realizado, meu mais sincero agradecimento.

De todas as literaturas regionais do Brasil, tenho a impressão que a gaúcha é a que mais apresenta uma identidade de princípios, uma normalidade geral dentro do bom, uma consciência de cultura, uma igualdade intelectual e psicológica, que a tornam fortemente unida e louvável.

(Mário de Andrade)

RESUMO

A presente dissertação examina a representação do herói gaúcho nas seguintes obras ficcionais: “*Contos Gauchescos*”, de Simões Lopes Neto; os romances “*Estrada Nova*”, de Cyro Martins e “*A parede no escuro*”, de Altair Martins, além do conto “*Velhos*”, de Sergio Faraco. Considera-se que essas narrativas descrevem o gaúcho em três fases no tempo, apresentando em cada uma delas características ligadas à época histórica, desde as suas primeiras representações. Tendo em vista a leitura de algumas obras de cunho histórico relacionadas ao Rio Grande do Sul, de autores como Júlio Quevedo, Carlos Reverbel, Guilhermino César, Antônio Hohlfeldt, Regina Zilberman, Sandra Jatahy Pesavento, Décio Freitas, Augusto Meyer, entre outros, busca-se estabelecer a partir daí, uma relação entre o contexto histórico referido e as obras literárias analisadas. Procede-se também à análise do tempo, do espaço e das personagens em cada uma das narrativas literárias, relacionando tais aspectos ao tempo histórico dos fatos narrados. Desse modo, busca-se salientar como a figura do herói gaúcho foi representada nas narrativas, a partir de sua inserção no contexto da região sul e dos fatos históricos que lhe são próprios.

PALAVRAS-CHAVE: História. Gaúcho. Narrativa literária. Herói.

ABSTRACT

This research examines the representation of the gaucho hero in the following fictional narratives: “*Contos Gauchescos*”, written by Simões Lopes Neto; the novels “*Estrada Nova*”, written by Cyro Martins and “*A parede no escuro*”, written by Altair Martins, and also the short story called “*Velhos*”, written by Sergio Faraco. It is considered that these narratives describe the gaucho in three different periods, presenting in these periods some characteristics related to each respectively historical era, since their first performances. In order to read some historical narratives which are related to Rio Grande do Sul, written by authors such as Julio Quevedo, Carlos Reverbel, Guilhermino César, Antônio Hohlfeldt, Regina Zilberman, Sandra Jatahy Pesavento, Décio Freitas, Augusto Meyer, among others, it was established to find a relationship between the historical context and the analyzed literature narratives. It is also analyzed the time, the space and the characters in all literature narratives, relating such aspects to the historical time of the events. Thus, it was pointed how the image of the gaucho hero was represented in these narratives, from its insertion in the context of the South region and also from its own historical facts.

KEYWORDS: History. Gaucho. Literary narrative. Hero.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 AUTORES E OBRAS LITERÁRIAS	11
1.1 Autores.....	11
1.1.1 Simões Lopes Neto.....	11
1.1.2 Cyro dos Santos Martins.....	12
1.1.3 Altair Martins	13
1.1.4 Sergio Faraco	13
1.2 Obras literárias	14
2 SINOPSE DAS OBRAS LITERÁRIAS	17
2.1 Trezentas Onças.....	17
2.2 O Negro Bonifácio	18
2.3 Melancia-Coco Verde	18
2.4 Estrada Nova.....	19
2.5 A parede no escuro	20
2.6 Velhos.....	20
3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL E AS OBRAS LITERÁRIAS	22
3.1 A chegada dos jesuítas e a formação da economia no Rio Grande do Sul.....	26
3.2 A Revolução Farroupilha no contexto geral do Brasil.....	33
3.3 Contexto político do Rio Grande do Sul.....	41
3.4 Espaço, clima e relevo do Rio Grande do Sul	48
4 GAÚCHO: ORIGEM, EVOLUÇÃO, CARACTERÍSTICAS E COSTUMES REGIONAIS	54
4.1 A construção do herói gaúcho	63
5 NARRATIVAS LITERÁRIAS: ASPECTOS TEÓRICOS E ANÁLISES TEXTUAIS	71
5.1 Personagens.....	72
5.2 O tempo e o espaço nas narrativas.....	77
6 ANÁLISE DAS OBRAS	82
6.1 “ <i>Contos Gauchescos</i> ” de Simões Lopes Neto.....	82
6.2 “ <i>Estrada Nova</i> ” de Cyro Martins	86
6.3 “ <i>A parede no escuro</i> ” de Altair Martins	89
6.4 “ <i>Contos Completos</i> ” de Sergio Faraco	92
CONCLUSÃO: IMPORTÂNCIA DA LITERATURA REGIONAL	95
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

As narrativas diferenciam-se em suas características de tempo, espaço e estrutura. As personagens também possuem determinados traços e posicionamentos, ou formas de viver, que estão de acordo com a época em que a obra foi criada. Neste estudo sobre a figura do herói gaúcho, faz-se necessário abordar alguns fatos históricos como a Revolução Farroupilha, a imigração entre outros, e o cenário do Rio Grande do Sul, pois o enredo das obras analisadas desenvolveu-se em diversos contextos.

Em face desta consideração, neste trabalho, são analisadas obras de alguns autores rio-grandenses para investigar a figura do herói gaúcho e a sua representação em épocas diferentes (1912, 1954, 1996, 2008), fazendo uma abordagem temporal e espacial de cada narrativa, para evidenciar as características das personagens gaúchas apresentadas pelos autores.

As obras analisadas são três contos da obra “*Contos Gauchescos*” de Simões Lopes Neto, sendo eles, “Trezentas Onças”, “O Negro Bonifácio” e “Melancia-Coco Verde”; o romance “*Estrada Nova*” de Cyro Martins; o romance contemporâneo “*A parede no escuro*” de Altair Martins e um conto contemporâneo de Sergio Faraco “Velhos”. A figura do herói gaúcho foi investigada em cada uma dessas obras, observando-se a época em que cada personagem foi apresentada, bem como o ambiente em que viveu.

Ao se considerar as narrativas anteriormente citadas, convém lembrar que, segundo D’Onófrío (1995, p. 53), a narrativa ou um texto narrativo é uma história imaginária apresentando-se como real, constituída por várias personagens envolvidas em acontecimentos de vida que se relacionam em um tempo e em um espaço determinados.

Com relação às personagens, salienta-se que, conforme Gancho (1997, p. 14), são seres fictícios responsáveis pelo desempenho e pelo desenvolvimento do enredo, são aquelas figuras que realizam a ação, pertencendo à história e participando dela. O tempo e o espaço são, da mesma forma, elementos importantes nas narrativas, pois, em conformidade com a referida autora, a época da história nem sempre coincide com o tempo real em que foi publicada ou escrita e o espaço é o lugar no qual se passa a ação e tem a função de localizar as ações das personagens, situando suas atitudes, pensamentos ou sofrendo transformações provocadas por elas.

Observa-se que, desde a formação do Rio Grande do Sul, a disputa pelo território, as conquistas e os conflitos marcaram a história, deixando influências no comportamento para as gerações vindouras. As atividades praticadas na região caracterizavam-se pelo trabalho no

campo, pela prática do pastoreio do gado, pela criação de rebanhos nas estâncias e pela figura do peão no campo, cuja mão de obra era utilizada.

Em meio ao contexto em que o gaúcho vivia na época de formação do estado, muitas revoltas foram organizadas a fim de obter a posse da terra, delimitar as fronteiras do território e estruturar a economia rio-grandense, sendo que a guerra mais marcante foi a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos. Essa revolta tornou-se o episódio que oportunizou ao povo gaúcho demonstrar a coragem, a valentia e a superação de forças, visto que foi uma luta envolvendo várias classes sociais, foi um movimento que estava cercado de interesses regionais e assegurou as condições da dominação da burguesia pastoril gaúcha quanto ao desenvolvimento da então Província.

Desde esse episódio, o Rio Grande do Sul passou por vários governantes que deixaram registros do desejo de autonomia que o povo gaúcho necessitava ter, sendo que essa independência regional só poderia ser valorizada e preservada ao longo dos tempos por aqueles que estavam à frente do contexto político do estado. Alguns desses governantes conservaram, durante o período de governo, o desejo de independência do Rio Grande do Sul.

Muitas foram as mudanças sofridas no decorrer dos tempos no estado do Rio Grande do Sul, uma delas foi a má distribuição das terras, fazendo com que o gaúcho sofresse a desigualdade de condições no campo e, em razão disso, procurasse, na cidade, melhores condições para viver, mas não tendo o preparo necessário para instalar-se nesse novo meio, foi obrigado a adaptar-se. Segundo Guilhermino César, foi em torno de 1914 a 1920 que o gaúcho passou do interior para a cidade, vindo a fixar-se nela e procurando, assim, ajustar-se ao novo meio social.

A identidade do povo gaúcho, de certa forma, foi sendo construída através da literatura, a qual demonstra algumas peculiaridades regionais como hábitos alimentares, posicionamento, linguagem, ainda que, no decorrer dos anos, a atividade rural tenha perdido o espaço para a atividade urbana. Nessa situação, a análise das narrativas e das personagens em suas épocas demonstra que o gaúcho está inserido em contextos diferentes, situações históricas que o tornam, em alguns casos, perseverante, guerreiro, em outros, não herói, mas aquele que precisa encontrar alternativas para viver, mesmo não estando em seu espaço natural.

Em algumas obras, como os contos de Simões Lopes Neto em que a história do Rio Grande do Sul é abordada, existe um espaço e um tempo, inexistem as diferenças entre o homem e os animais, entre a paisagem e os homens, entre o campo e a cidade, são tempos em

que se podia ser feliz, época em que o gaúcho agia e decidia a sua própria vida, interferindo no seu cotidiano, tempo em que lutava por seus direitos, tentava conquistar o seu espaço.

Com o tempo, a rotina do gaúcho gaudério, peão, passou a ter outra conotação, pois veio a necessidade de aprimorar o que sabia, mas em condições diferentes, não mais dependendo do campo, tentando realizar suas necessidades no sacrifício que a vida na cidade exigia. O espaço físico em que as obras são desenvolvidas traduz a realidade e as atitudes de cada personagem, distinguem-se por contextos sociais diferentes e representam a figura do gaúcho na construção autobiográfica, tendo como cenário o campo na sua grandeza, ou a cidade-campo numa transição que revela atitudes e mudanças de visão em busca da sobrevivência.

Alguns valores e características, como cuidar do gado, vestir bombacha, atribuídos ao gaúcho são vistos nas personagens de cada obra, em algumas, a vida no campo, o serviço diário nas estâncias proporciona uma condição em que o gaúcho determina a sua rotina tendo a campanha como o seu meio natural; em outras, a cidade, a vida urbana é o contexto que o gaúcho passou a ter como ambiente para viver, determinar e praticar os seus hábitos regionais.

Nesse sentido, verifica-se que as narrativas analisadas e que se desenrolam na época em que o gaúcho vivia nas estâncias e tinha como forma de trabalho o campo e o gado, a figura do herói é vista como aquele que está preservando suas origens. Já o herói gaúcho que sai do campo apresenta outra concepção, esse gaúcho que não vive mais no meio rural, obrigado a sair dele e ir para a cidade, defronta-se com o domínio do território que passou a ser dos grandes proprietários. O herói gaúcho contemporâneo não é mais herói, é uma personagem como qualquer outra, apenas preserva alguns hábitos e costumes, torna-se, dentro desse contexto, um marginalizado, migrando para as periferias das grandes e médias cidades.

Sob esta ótica, a figura do herói gaúcho apresentada em cada narrativa literária abordada nesse trabalho faz parte da criação de cada autor e proporciona reflexão, pois pertence a gêneros e períodos literários diferentes, demonstrando, assim, as situações que se desenvolvem nos enredos das narrativas em questão. Cada obra traz o gaúcho na concepção que a vincula a sua época histórica, observando-se, nas narrativas, aquele que vive no seu meio nativo, natural, e aquele que encarna o posicionamento de uma personagem que se acomoda ao meio, pois não há alternativa.

1 AUTORES E OBRAS LITERÁRIAS

Neste capítulo, será apresentado um breve resumo da biografia dos autores e um pequeno comentário sobre as obras em estudo, sendo que os autores e as obras são representativos de três épocas históricas distintas. As histórias acham-se inseridas no contexto do Rio Grande do Sul, identificando-se, nas obras, os costumes dessa região.

1.1 Autores

Como o contexto para análise do trabalho é o Rio Grande do Sul, ao abordar-se Simões Lopes Neto, Cyro Martins, Altair Martins e Sergio Faraco configuram-se as características marcantes da região sul, tendo em vista que os autores mencionados tornaram-se significativos como representantes de uma determinada época literária.

Cada autor reproduziu, em suas narrativas, períodos que foram marcados por fatos econômicos, políticos e culturais importantes que representaram a história do Rio Grande do Sul, bem como relacionaram as personagens a esses fatos.

1.1.1 Simões Lopes Neto

De acordo com os dados obtidos em “*Contos Gauchescos e Lendas do Sul*” (1998, p. 07), obras produzidas por Simões Lopes, assim como em “*Simões Lopes Neto: regionalismo & Literatura*”, estudo realizado por Flávio Loureiro Chaves (1982), Simões Lopes Neto nasceu em Pelotas, Rio Grande do Sul, em nove de março de 1865 e faleceu em 14 de junho de 1916, afetado por uma grave enfermidade. Durante a infância, conviveu na vida campeira; aos 13 anos foi estudar no Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, matriculando-se, logo após, na Faculdade de Medicina.

Em 1885, retornou a Pelotas e passou a ter uma vida urbana, mas o seu interesse estava no resgate da cultura gaúcha e na linguagem regionalista que, mais tarde, seria utilizada em suas obras. Desde que retornou a Pelotas, nunca mais se afastou, vindo a atuar na cultura da comunidade, colaborando como redator do jornal Diário Popular e também, como editor do Correio Mercantil. Simões Lopes escreveu, ainda, muitas peças de teatro como “O Boato” (1894), “Mixórdia” (1894) e “Viúva Pitorra” (1898).

Além disso, organizou uma coleção de postais sobre a história da pátria, que denominou “Coleção Brasileira” revelando os seus desenhos. No ano de 1907, iniciou no

caminho da escrita, embora dois anos antes houvesse se desligado do trabalho no cartório para dedicar-se, ainda sem sucesso, a uma obra para a Reforma Ortográfica.

1.1.2 Cyro dos Santos Martins

Cyro Martins¹ nasceu em cinco de agosto de 1908, em Quaraí, Rio Grande do Sul, e faleceu em 15 de dezembro de 1995, em Porto Alegre. Em 1920, deixou a campanha e seguiu para o internato Ginásio Anchieta, em Porto Alegre; escreveu seus primeiros artigos e contos aos quinze anos e, em 1928, com dezenove anos, ingressou na Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Formado, em 1934, retornou a Quaraí para fazer a “prática da medicina” nas vilas e bairros da cidade e, neste mesmo ano, estreou os contos “*Campo fora*”.

Publicou “*Sem Rumo*” em 1937, sendo esse o primeiro romance da trilogia do gaúcho a pé². Em 1939, viu publicado o seu romance “*Enquanto as águas correm*” e, no mesmo ano, abriu o seu primeiro consultório. Durante a II Guerra Mundial, Cyro Martins publicou “*Mensagem Errante*” e, em 1944, “*Porteira Fechada*”, segundo romance da trilogia do gaúcho a pé. Em 1951, passou a residir em Buenos Aires para fazer sua formação psicanalítica, sendo que, em 1954, apareceu o terceiro romance da trilogia do gaúcho a pé, “*Estrada Nova*”. Retornou de Buenos Aires em 1955, como membro da Associação Psicanalítica Argentina.

Cyro Martins foi eleito, em 1957, Presidente da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Neurocirurgia, iniciando, assim, a sua atividade como docente no Instituto de Psicanálise. Ainda nessa época, lançou “*Paz nos campo*”, reunindo contos e novelas que, depois desdobraria, em outras publicações. Entre 1958 e 1964, teve vários trabalhos científicos traduzidos para o espanhol e o alemão. Em 1964, lançou “*Do mito à verdade científica*”; em 1970, “*A criação artística e a psicanálise*”; em 1973, “*Perspectivas do humanismo psicanalítico*”; em 1974, “*Orientação educacional e profilaxia mental*”; em 1977, “*Rumos do humanismo médico contemporâneo*”; em 1968, “*A entrevista*”, e, em 1976, “*Rodeio*”; mesmo ano em que foi homenageado por amigos, médicos, escritores e historiadores pela passagem de seus 70 anos.

As revoluções de 1893 e 1923 serviram como base para o romance “*Sombras na correnteza*”, lançado em 1979, ano em que, coordenou e foi co-autor de “*Perspectivas da*

¹ De acordo com o site www.celpcyro.org.br acessado em junho de 2010.

² Trilogia do gaúcho a pé: “*Sem Rumo*”, “*Porteira Fechada*” e “*Estrada Nova*”.

relação médico-paciente”. Em 1980, publicou os contos “*A dama do saladeiro*” e, em 1981, “*Perspectivas da relação médico-paciente*”. A novela “*O príncipe da vila*” foi lançada em 1982 e os ensaios “*O mundo em que vivemos*” e “*A mulher na sociedade*” em 1983 e 1984, respectivamente.

A Revolução de 1930 seria revisada no romance “*Gaúcho no obelisco*” lançado em 1984 e no romance “*Na curva do arco-íris*”, em 1985. Na 32ª Feira do Livro de Porto Alegre em 1986, Cyro Martins foi homenageado. Em 1988, lançou o romance “*O professor*” e, em homenagem aos seus 80 anos, um grupo de amigos publicou o Prêmio Literário Cyro Martins. Em 1990, o autor produziu ainda o seu livro de memórias, em parceria com Abrão Slavutzky “*Para início de conversa*” e, em 1991, saiu o seu último trabalho de ficção, a novela “*Um sorriso para o destino*”. Em 1993, publicou uma série de ensaios psicanalíticos “*Caminhos*” e, em 1994, “*Páginas soltas*”. Cyro Martins faleceu em 15 de dezembro de 1995, em Porto Alegre.

1.1.3 Altair Martins

Conforme a bibliografia que consta no livro “*A parede no escuro*”, Altair Martins nasceu em Porto Alegre, em 1975. Lecionou em escolas de Porto Alegre e é responsável pela cadeira de Conto no curso de Formação de Escritores da Unisinos, em São Leopoldo. Doutorando em Literatura Brasileira pela UFRGS; foi um dos idealizadores do Movimento Pró-Cultura de Guaíba-2001. Como escritor, em 1999, estreou com a antologia de contos “*Como se moesse ferro*” e “*Humano*”, vencedores do Prêmio Guimarães Rosa, organizado pela Rádio France Internationale, em 1994, 1º lugar no Prêmio Luiz Vilela, concurso promovido pela Universidade Estadual de Minas Gerais, e finalista do Prêmio Jabuti em 2003, neste ano lançou “*Se choverem pássaros*”. A obra literária “*A parede no escuro*” é seu primeiro romance.

Conquistou, em 2001, o primeiro lugar no Concurso de Contos Josué Guimarães, promovido pela Jornada nacional de Literatura.

1.1.4 Sergio Faraco

De acordo com a bibliografia que se acha expressa na coletânea narrativa “*Contos Completos*” (1995, p. 295), Sergio Faraco nasceu em Alegrete, no Rio Grande do Sul, em 1940. Nos anos de 1963 a 1965, viveu na União Soviética, cursando o Instituto Internacional

de Ciências Sociais, de Moscou. No Brasil, depois de algum tempo, bacharelou-se em Direito. Em 1988, com seu livro “*A dama do Bar Nevada*”, obteve o Prêmio Galeão Coutinho, concedido pela União Brasileira de Escritores ao melhor volume de contos lançado no Brasil em 1987.

Em 1994, com “*A lua com sede*”, recebeu o Prêmio Henrique Bertaso (Câmara Rio-Grandense do Livro, Clube os Editores do Rio Grande do Sul e Associação Gaúcha de Escritores) atribuído ao melhor livro de crônicas do ano. No ano seguinte, como organizador da coletânea “*A cidade de perfil*”, fez jus ao Prêmio Açorianos de Literatura-Crônica instituído pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em 1996, foi novamente agraciado com o Prêmio Açorianos de Literatura-Conto pelo livro “*Contos Completos*”. Em 1999, recebeu o Prêmio Nacional de Ficção, concedido pela Academia Brasileira de Letras à coletânea “*Dançar tango em Porto Alegre*” como a melhor obra de ficção publicada no Brasil em 1998.

No ano de 2000, recebeu o troféu Destaque Literário (Obra e Ficção) da 46ª Feira do Livro de Porto Alegre (Júri Oficial). E, em 2001, recebeu novamente o Prêmio Açorianos de Literatura-Conto por “*Rondas de escárnio e loucura*”. Já, em 2003, granjeou o Prêmio Érico Veríssimo, concedido pela Câmara Municipal de Porto Alegre pelo conjunto da obra, e o Prêmio Livro do Ano (Não-Ficção) da Associação Gaúcha de Escritores, por “*Lágrimas na chuva*”, que também foi indicado como Livro do Ano pelo jornal Zero Hora.

Em 2004, a reedição ampliada de “*Contos Completos*” foi distinguida com o Prêmio Livro do Ano no evento “O Sul e os Livros”, patrocinado pelo jornal O Sul, TV Pampa e Supermercados Nacional. Em 2008, recebeu a medalha Cidade de Porto Alegre, concedida pela Prefeitura Municipal, e teve o seu conto “*Majestic Hotel*” incluído na antologia “*Os melhores contos da América Latina*”. Em 2009, seu conto “*Guerras Greco-pérsicas*” passou a integrar a antologia “*Os melhores contos brasileiros de todos os tempos*”.

Observa-se que cada autor mencionado viveu no contexto regional Rio Grande do Sul e em realidades temporais diferentes, desse modo, são autores que, em suas narrativas enfocaram situações, fatos e características relacionadas com a região sul, narrando-as ligadas à linguagem das personagens, ou eventos que se associam à visão e à vestimenta do habitante do estado mais meridional do Brasil.

1.2 Obras literárias

A primeira que se apresenta, neste estudo, é “*Contos Gauchescos*” de Simões Lopes Neto. A narrativa foi publicada em 1912, transformando Simões Lopes Neto em um dos

maiores escritores da literatura do Rio Grande do Sul, ainda que o fizesse postumamente. No conjunto dos contos, o autor manifesta o regionalismo na linguagem, na forma de contar e retratar o comportamento do homem do campo. Na obra, predomina a narração na primeira pessoa do singular, com a presença de um narrador-personagem e o auxílio de testemunhas. Tem-se, na coletânea, a presença da personagem de Blau Nunes, que é apresentado, por um narrador que não se pode identificar, no início da narrativa.

Um elemento importante de “*Contos Gauchescos*” é a valorização da paisagem do pampa, que é caracterizada fielmente assumindo conotação relevante dentro da narrativa. O gaúcho é um amante da vida próxima à natureza, integrando-se ao meio.

A narrativa é composta por dezenove contos e conta a história da figura de um vaqueano chamado Blau Nunes, que parece ser um andarilho no estado do Rio Grande do Sul. Os contos são narrados por Blau que, em cada um, relata as suas lembranças do tempo em que era moço, militar, incluindo histórias do tempo da velhice, em condição civil.

Simões Lopes Neto apresenta, na obra “*Contos Gauchescos*”, o regionalismo que traz o vaqueano que cavalga a trote em vários rumos, a linguagem é a de um gaudério, um peão sem trabalho fixo, ou seja, que trabalha em lugares diferentes, a nostalgia é vinculada à época na qual o gado, ainda xucro, era procurado e os peões tinham direito a sua tropilha, mas viviam em uma sociedade dividida entre os fazendeiros e os trabalhadores. Todos os contos da obra são significativos quanto à demonstração das características regionais e do comportamento do gaúcho dentro do contexto histórico em que vive.

Para os fins do presente trabalho, serão analisados os seguintes contos: “Trezentas Onças”, “O Negro Bonifácio”, “Melancia-Coco verde”.

A segunda narrativa, que é objeto de estudo, trata-se de “*Estrada Nova*”, a última obra da trilogia do gaúcho a pé de Cyro Martins, que enfoca a triste história de peões e de outros trabalhadores pobres nos pampas gaúchos. A obra procura ser um relato fiel do que acontecia e acontece no campo, mas também serve como reflexão sobre os problemas enfrentados nas grandes cidades. Cyro Martins apresenta o gaúcho com uma nova imagem, uma nova realidade social, personagens que vivem um duplo espaço, ou seja, na campanha, local de exaltação dos costumes regionais, e na cidade, mostrando a derrota de uma estrutura social, econômica e cultural, provocando o despovoamento da campanha e resultando no inchaço do meio urbano. Martins representa a crise do Rio Grande do Sul que passava por um processo de modernização e da formação de uma sociedade em que se organizava um proletariado urbano que disputava o poder, em face da introdução do modelo industrial. “*Estrada Nova*” retrata o domínio daqueles que julgam ter o poder nas mãos e reprimem aqueles menos

favorecidos, adquirindo propriedades sem ter quem trabalhasse nelas, determinando que posseiros, meeiros, trabalhadores rurais fossem obrigados a buscar trabalho na cidade.

Em “*A parede no escuro*”, Altair Martins, traz a figura do gaúcho que vive na cidade, o qual trabalha, sofre as atribuições do dia a dia, os percalços da vida urbana. As personagens são envolvidas numa trama e a narrativa é desenvolvida em vários focos, vários momentos. Essa obra aborda o contexto social em que as personagens, com suas limitações, procuram manter alguns traços regionais.

A quarta obra é “*Contos Completos*” de Sergio Faraco, composta de cinquenta contos, que relatam episódios em que as personagens têm rotinas campeiras, mas também, há personagens que vivem na zona urbana. Encontram-se, em alguns contos, relatos de personagens com um cotidiano dinâmico, ou seja, vivem determinados momentos na zona rural e outros na zona urbana, mas tendo como local de trabalho o meio urbano. Para análise, neste caso, foi selecionado o conto: “Velhos”.

2 SINOPSE DAS OBRAS LITERÁRIAS

Os contos e os romances analisados no trabalho possuem elementos que os caracterizam como regionais, assim avalia-se que, por meio de um resumo de cada obra, pode-se identificar e compreender melhor a presença do gaúcho em cada um dos textos narrativos estudados, levando-se em consideração que algumas personagens são caracterizadas conforme o meio em que estão vivendo, outras, mesmo não vivendo no local de origem, conservam algumas características regionais.

2.1 Trezentas Onças

No conto “Trezentas Onças” da obra “*Contos Gauchescos*”, o vaqueano, Blau Nunes, viajava com um cachorro brasino que pertencia às crianças da fazenda de seu patrão. A caminho do local destinado, percebeu que havia perdido a sua guaiaca, que continha trezentas onças de ouro, quantia que seria usada para pagar o gado que estava em outra estância; esse dinheiro pertencia ao seu patrão, um charqueador honesto da região.

Blau Nunes ficou preocupado com a situação e lembrou o momento em que parou para tomar um banho e fazer uma sesteada, deixando, nos galhos de um sarandi, as suas roupas, em cima de uma pedra, a guaiaca e, por cima dela, o cinto das armas. Pensou, naquele momento, que deveria voltar antes que alguém chegasse ao lugar e, no neste momento, encontrou um grupo de tropeiros, mas Blau Nunes saiu em disparada com o cachorro acompanhando-o. Quando chegaram ao local já era noite, Blau Nunes não conseguiu achar a guaiaca com as trezentas onças de ouro que havia perdido, pensou até mesmo em tirar a própria vida, mas refletiu analisando a situação daqueles animais, o seu cachorro, o seu cavalo e o grilo que retinha perto, num oco de pau.

Decidido, a caminho, pensando no que havia acontecido, Blau Nunes resolveu assumir a culpa por ter perdido as trezentas onças, não sabia como explicar para o seu patrão, mas já pensava resolver a situação, vendendo o que tinha para saldar a dívida. Ao retornar à estância, chegando lá, foi direto esclarecer o que havia acontecido, mas se surpreendeu, pois a sua guaiaca estava em cima da mesa, enrolada com as trezentas onças de ouro dentro dela.

2.2 O Negro Bonifácio

O conto “O Negro Bonifácio” relata a história de um negro que se apaixonou por uma negra chamada Tudinha, alta, delgada, cabelos cacheados, sobrancelhas finas, nariz alinhado, muito linda. O Negro Bonifácio e a Tudinha apostaram uma carreira, na qual o cavalo que ele havia apostado perdeu. No dia que aconteceu a carreira, havia a presença de muita gente para ver a disputa entre o Negro Bonifácio e a Tudinha.

Quando o Negro Bonifácio foi acertar o pagamento com a moça Tudinha, ela pediu que ele entregasse o dinheiro à velha Fermina que acompanhava tudo.

O Negro Bonifácio insistiu para que Tudinha aceitasse o pagamento, mas, naquele momento Nadico, o acompanhante de Tudinha resolveu acertar as contas com o Negro Bonifácio.

Inicia-se, na sequência, uma briga com facões, que Nadico é morto. Tudinha resolve, assim, brigar com o Negro Bonifácio a fim de vingar-se da morte de Nadico, mas ela acabou apaixonando-se por Negro Bonifácio, vindo este a deixá-la mais tarde.

2.3 Melancia-Coco Verde

“Melancia-Coco Verde” narra a história de Costinha e Talapa, filha de Severo, fazendeiro. Costinha era apaixonado por Talapa, mas seu pai, Severo, não queria o namoro, desejava que a filha se casasse com o sobrinho dele, que tinha uma casa de negócio na vila. Nesta época, os castelhanos invadiram a fronteira e Costinha teve que seguir para a guerra, deixando Talapa, mas, antes de partir, combinaram que qualquer recado, carta ou aviso que fosse necessário trocaram, ela adotaria o nome de Melancia e ele, o nome de Coco Verde, isso seria um segredo entre os dois.

Após a partida de Costinha, o velho Severo deixou passar um tempo, sabendo que as forças militares encontravam-se longe da região, que os inimigos já haviam reagido e ninguém poderia sair de lá, mandou um capataz à vila para levar a notícia, ou seja, o seu desejo de casar sua filha Talapa com o sobrinho. Na fazenda, porém, quando chegou o seu sobrinho, Severo providenciou a preparação do casamento, incluindo os documentos legais, o vestido da noiva e a festa. A moça chorava escondida, pois tinha medo que seu pai a agredisse, caso ela não quisesse casar com o primo.

Chegou o dia em que tudo já estava preparado para o casamento e, naquele dia, passou um cadete na vila, que servia às forças, tendo tomado conhecimento do casamento. Retornou

ao acampamento e contou para o Costinha sobre o casamento de Talapa com o primo. Costinha ficou irado, montou seu cavalo e rumaria para impedir o casamento, mas quando preparava-se para partir, ouviu o clarim que dava toque de alarma, significava que os inimigos estavam na coxilha. Diante da situação, Costinha resolveu mandar alguém até a casa de Talapa e informá-la que Coco Verde mandava novas à Melancia.

Reduzo, amigo de Costinha, encarregado de levar a notícia, saiu a galope deixando o amigo na briga contra os castelhanos. Chegando à fazenda, foi convidado pelo velho Severo a ficar para a festa de casamento de sua filha Talapa. Ele aceitou e esperou o momento certo na cerimônia do casamento no qual os convidados dedicavam versos aos noivos para homenageá-los. Eis que Reduzo pediu permissão para também recitar alguns versos aos noivos, desejando saúde e, nos versos, pronunciou o recado de Costinha sendo que, através do código combinado entre Costinha e Talapa, relatava que ele estava voltando da guerra. Os convidados da festa aplaudiram muito e acharam graça dos versos sem saber o significado dos termos anunciados por Reduzo, Severo também aplaudia, mas a noiva sabia do que se tratava e colocou-se em pé. Logo após, ela desmaiou e a confusão começou, interrompendo a cerimônia, sem a realização do casamento.

Alguns dias depois, Costinha retornou à fazenda, apresentando-se ao velho Severo e pedindo a mão de Talapa. Reduzo teve que se esconder por algum tempo, pois foi ele que iniciara a confusão no casamento impedindo a sua realização. Mais tarde, depois que já haviam esquecido os fatos envolvendo o recado no casamento, Reduzo foi morar com Costinha e Talapa como capataz de confiança do casal.

2.4 Estrada Nova

O romance “*Estrada Nova*”, de Cyro Martins, foi escrito em 1953 e conta a história do gaúcho que foi obrigado a sair de suas terras devido aos desmandos daqueles que tinham poder aquisitivo melhor. A personagem Ricardo, filho de Janguta, veio da cidade, que exercia a profissão de contabilista, para visitar seus pais, que moravam nas terras do Coronel Teodoro, homem austero e dominador na região.

Ricardo, nos dias em que esteve com seus pais, presenciou o abuso de poder de Coronel Teodoro que dominava a região através do coronelismo e da política representada pela classe culta urbana. Ele havia comprado as terras em que o pai de Ricardo morava e, dessa forma, exigia a desocupação, pois alegava ter esse direito. Como Ricardo estava de passagem pela região, resolveu falar com o Coronel Teodoro pessoalmente a respeito de tirar

seus pais das terras em que estavam morando, argumentando ser injusto esse procedimento, pois eles não tinham para onde ir e também não tinham recursos financeiros para adquirir outra propriedade, mesmo porque já moravam há muito tempo no lugar. Mesmo com todos os argumentos expostos por Ricardo, Coronel Teodoro sentiu-se ofendido e pressionou os pais de Ricardo até eles deixarem as terras, saindo sem rumo.

2.5 A parede no escuro

“*A parede no escuro*” foi escrito por Altair Martins, autor contemporâneo, e conta a história de Emanuel e sua angústia para desvencilhar-se de uma trama em que se envolveu. Tudo começou em uma manhã chuvosa, Emanuel saiu para buscar o seu pai, Seu Fojo, e levá-lo ao médico. Mas, antes de chegar à casa de seu pai, mais precisamente na esquina da casa, ele atropelou violentamente Adorno, um padeiro, que estava atravessando a rua com as cestas de pães que seriam entregues.

Seu Fojo ouviu o barulho, saiu à janela para verificar o ocorrido e viu apenas um carro branco que saiu do local do acidente. Emanuel fugiu sem prestar socorro à vítima, vindo a saber, mais tarde do falecimento de Adorno, sentindo-se, em decorrência, culpado pelo que fez e não conseguindo entender o que acontecera. Durante boa parte da narrativa, vem à consciência de Emanuel aquele momento do acidente e ele, algumas vezes, vai até a delegacia para entregar-se, mas não consegue encontrar o delegado. Emanuel sabe que seu pai viu o acidente, mas não tem certeza se viu tudo, assim, passa por momentos de angústia, culpando-se por ter deixado o corpo na rua, por não ter feito nada para ajudar. Mas é no final da narrativa, que Emanuel relata para alguém o que tinha feito, achando que poderia ainda apresentar-se à polícia e ser responsabilizado pelo que fez.

2.6 Velhos

O conto “Velhos”, de Sergio Faraco, relata que, aos domingos, pela manhã, na estância, era o costume que duas visitas aparecessem; uma chegava de carro, levantando polvadeira e a outra, a cavalo. Os dois visitantes tinham o hábito de ir à estância aos finais de semana; o Sizenando, irmão de Cuertino, capataz do pai de Maria Luíza e o noivo de Maria Luíza.

O noivo de Maria Luiza ia de carro para visitá-la no mesmo horário que Sizenando seguia a cavalo visitar o seu irmão. Como o carro fazia muita polvadeira, Sizenando mudou o seu horário de saída, para não ser sufocado pela poeira.

Em um determinado momento, estavam no galpão a matear, Cuertino e Sizenando, quando avistaram Maria Luíza e o noivo irem até o carro para pegar um pacote. Na volta, ela chegou até o galpão para cumprimentá-los e Sizerando perguntou-lhe se o casamento aconteceria em breve, Maria Luiza respondeu que, se dependesse dela, sim, mas não tinha certeza.

Depois de algum tempo, quando Maria Luíza retirou-se do galpão, Cuertino comentou com Sizerando que viu, no primeiro dia da semana, um vulto saltar de uma das janelas da casa principal, mais precisamente do quarto de Maria Luíza. Isso intrigou-o muito e ele ficou preocupado com a situação, mas não quis contar para a esposa, achando melhor partilhar com irmão para saber o que ele achava e, assim, chegaram à mesma conclusão.

Logo que terminam a conversa, Sizerando e Cuertino ouviram o barulho do motor de um carro, era do noivo de Maria Luíza que estava indo embora, Cuertino e Sizerando observaram que, a cada fim de semana, o noivo de Maria Luiza deixava a estância cada vez mais cedo.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL E AS OBRAS LITERÁRIAS

No presente capítulo, serão traçadas considerações que focalizam um breve panorama histórico do Rio Grande do Sul, desde o período de formação e ocupação do território até o surgimento das cidades e das propriedades rurais, bem como alguns governantes de cada época. A disputa pelo território e as conquistas fizeram parte da história do Rio Grande do Sul e marcaram uma época em que o poder da terra e o domínio pela área proporcionavam àqueles conquistadores a permanência, por certo tempo, no local dominado.

Faz-se importante relatar o início da colonização, assim como o surgimento da região chamada Rio Grande do Sul dentro do contexto do país, iniciando-se um povoamento que, mais tarde, consolidar-se-ia com os seus primeiros habitantes de origem lusa e, também, os legados deixados para as gerações futuras, as influências no comportamento e nos costumes adotados pelo gaúcho, influências que se referem também à alimentação.

As obras literárias analisadas situam-se no contexto histórico do Rio Grande do Sul, algumas remontam a trajetória do gaúcho no seu território, fazendo, assim, uma abordagem significativa do seu comportamento, bem como, entre elas, estão também as influências que o gaúcho sofreu no decorrer do tempo.

Quevedo (2003, p. 9) afirma que ao terminar o período medieval, houve o aparecimento da atividade comercial na Europa, promovendo transformações como o surgimento da burguesia, camada social que se dedicava ao comércio; crescimento das cidades e princípio de novas rotas comerciais. A procura de uma rota marítima alternativa para as Índias foi o impulso mais significativo devido ao comércio, sendo as Índias, neste contexto, entendida como a região produtora de especiarias como cravo, canela, pimenta, noz-moscada, gengibre, que tinham muito valor comercial no mercado europeu, além de produtos de luxo como tecidos, porcelanas, perfumes, tapetes, joias. Essa procura resultou na ampliação marítimo-comercial da Europa, determinando as Grandes Navegações que, por sua vez, engendraram a conquista de terras até então desconhecidas dos europeus e a formação de impérios coloniais.

O primeiro país a aventurar-se na busca de uma nova rota marítima à Índia foi Portugal, cujo plano era atingir o continente asiático contornando a África, sendo que, em 1415, os portugueses conseguiram efetuar a sua primeira conquista no continente africano. Ao longo do século XV, navegantes portugueses continuaram efetuando novas viagens e dominando regiões ao longo das costas africanas. Contudo, em 1492, a rainha Isabel aceitou o plano do navegador Cristóvão Colombo, que acreditava poder atingir o Oriente pelo Ocidente

e, no dia três de agosto daquele ano, Colombo partiu do porto de Palos, em Castela, com três caravelas: Santa Maria, Pinta e Niña. Em 12 de outubro de 1492, a expedição desembarcou na Ilha Guanaani, atual São Salvador, iniciando, assim, o processo de conquista e colonização das Índias Ocidentais que, mais tarde, foi denominada América.

Em consonância com o autor (2003, p. 10 - 11), o governo português ficou preocupado com a concorrência espanhola. A disputa entre os reinos ibéricos levou ao Tratado de Tordesilhas, em 1494, entre Portugal e Espanha. Esse tratado estabelecia uma linha imaginária, conhecida como Meridiano de Tordesilhas. As terras situadas a oeste de Tordesilhas pertenciam à Espanha e as situadas a leste, a Portugal. Pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal ficou com o domínio de quase todo Atlântico Sul, que era importante como defesa de uma rota para a Índia, e abria a possibilidade de tomar posse de terras ocidentais. O navegante Vasco da Gama, em 1498, chegou a Calicute, na Índia, descobrindo a rota oriental. E, em 1500, o rei D. Manuel I ordenou a organização de uma poderosa esquadra entregando o comando a Pedro Álvares Cabral para estabelecer relações comerciais com Calicute. Pedro Álvares Cabral partiu de Portugal e, ao invés de ir diretamente à Índia, afastou-se das costas africanas, atravessou o Atlântico, sendo que, no dia 22 de abril, avistou a terra, região, posteriormente, denominada Brasil. No início do século XVI, Portugal e Espanha cuidaram de colonizar as terras que haviam conquistado. As metrópoles defendiam as suas colônias, dirigiam a administração, organizavam o controle fiscal e estabeleciam o monopólio do comércio. Assim sendo, as monarquias nacionais absolutistas caracterizavam-se pela centralização do poder nas mãos do rei. O monarca absolutista intervinha diretamente na economia com o objetivo de fortalecer o Estado e enriquecer a burguesia. Essa intervenção tornou-se uma prática denominada Mercantilismo. O monopólio era muito importante no sistema colonial, posto que, por meio dele, a metrópole garantia para si a aquisição de todos os produtos coloniais a um preço mínimo, porém suficiente para estimular a produção.

Zilberman (1985, p. 9) menciona que quando começou o processo de ocupação do Continente, no final do século XV, e mapeado por Américo Vespúcio no início do século XVI, a região do Rio Grande do Sul, delimitada pelos rios Uruguai e Prata, despertou um pequeno interesse. Os navegadores responsáveis pela fiscalização do território limitaram-se a percorrer o litoral e foram os jesuítas que se mostraram atraídos pela região, nas zonas habitadas pelos guaranis, cuja catequese custou muitas vidas, porém progrediu e culminou na construção da Colônia chamada Sete Povos das Missões, que prosperava graças ao trabalho comunitário de índios e religiosos. As características físicas da região, somadas às habilidades dos indígenas, devem ter colaborado para que os povoados missionários prosperassem e

tivessem meios de conservar um comércio regular com Buenos Aires. A conquista do Sul, de acordo com Zilberman (1985, p.10), para os portugueses, foi marcada por alguns fatores como alcançar as minas de prata que faziam as riquezas dos espanhóis; a necessidade das montarias e do gado para a locomoção e alimentação dos que garimpavam o ouro em zonas ocidentais; e resolver os problemas de superpopulação no arquipélago dos Açores, sendo seus habitantes transferidos para a costa meridional do Brasil. Assim, estes fatores determinaram a povoação da área situada ao Sul das zonas limítrofes delimitadas pelo Tratado de Tordesilhas. Dessa forma, a ocupação vai desempenhando um tipo de civilização, uma rural e agreste, que era pouco habituada à cultura e à vida urbana; a outra, guerreira, pois deveria defender a fronteira ou expandi-la.

Dentro desse panorama histórico, observa-se que na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*”, de Simões Lopes Neto, introduz a personagem indígena no processo de ocupação da região sul. Esse contexto é relatado no conto “Melancia-Coco Verde” em que o narrador apresenta o índio Reduzo, o qual foi encarregado de tomar conta das terras e do gado da família Costa. A personagem nasceu e foi criada nas terras da família, a qual ensinou ao indígena os afazeres da lida do campo, ou seja, como cuidar do gado, campeirear, domar cavalos, castrar o gado, apartar a boiada gorda e tocar a tropa.

O Reduzo foi nascido e criado em casa dos Costas, ainda no tempo do velho, o Costa Lunanco, um que foi alferes dos dragões do Rio Pardo. Este Costa Lunanco era pente-fino, que naquele tempo arranhou tirar para ele e para os filhos – miudagem, ainda – como quatro sesmarias de campo, sobre o Ibicuí, pegadas umas nas outras, e com uma divisas largas... como gola de gringo!...
... Quando eram já taludinhos o velho começou a encostá-los no serviço, também sempre de companheiros; e assim foram aprendendo a campeirear, domando capando... até saberem apartar boi gordo e tocar uma tropa (LOPES NETO, 1998, p. 86-87).

Na história sulina, o índio deu a sua contribuição às terras rio-grandenses, como menciona Quevedo (2003, p.13) a respeito dos Guaranis, dos Jês e dos Pampeanos, fazendo referências a esses grupos indígenas como aqueles que habitaram a região e fizeram-na prosperar através da agricultura, da caça e da pesca.

Quevedo (2003, p.12-15) refere também, que, após tomarem posse de terras ocidentais, Portugal e Espanha enviaram ao continente expedições para o reconhecimento, a defesa e a ocupação das partes que lhes pertenciam pelo Tratado de Tordesilhas. Por esse tratado, as terras que formam o atual estado do Rio Grande do Sul pertenciam à Espanha até serem conquistadas pelos portugueses e incorporadas nos séculos XVIII e XIX ao território colonial brasileiro. Assim, em 1501, o governo português enviou ao Brasil a primeira

expedição exploradora comandada por Gaspar de Lemos. No Rio Grande do Sul, os principais grupos indígenas eram os Guaranis, os Jês e os Pampeanos (Charrua e Minuano). Os Guaranis, conforme o autor, eram definidos como guerreiros, eles habitavam a região leste do rio Uruguai, as serras do planalto rio-grandense, preferiram as várzeas dos grandes rios, porque o solo era fértil e favorável ao cultivo; sua economia era baseada na caça, na pesca e numa agricultura pouco desenvolvida, praticada pelas mulheres que semeavam a terra e cultivavam o milho, o feijão, a abóbora, a erva-mate e a mandioca, porém a preparação do solo era feita pelos homens. Os Jês ocupavam quase todo o Rio Grande e, por volta do século XVI, estavam confinados no Planalto Meridional e na encosta da serra, eram coletores nômades, caçadores, utilizando enormes tacapes e praticavam o plantio do milho, batata-doce, mandioca e abóbora. Das matas, retiravam o pinhão e os frutos silvestres, que eram carregados para a aldeia em cestas de fibras vegetais, confeccionadas pelas mulheres. Já os Pampeanos (Charruas e Minuanos) habitavam o pampa rio-grandense, ou seja, a área da Campanha e da Serra de Herval, viviam, geralmente, da pesca de crustáceos e da caça de veados, onças e emas, essas usadas como meio de transportes. Desenvolveram a prática de laçar o animal utilizando a boleadeira, fato que explica serem excelentes cavaleiros e aprisionadores de gado. Dos Charruas e Minuanos ficaram a boleadeira e o ponche.

A vida guerreira que o gaúcho da campanha tinha é abordada por Simões Lopes Neto no conto “Melancia-Coco Verde”, em que a personagem Costinha participou da defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, estava envolvido amorosamente com a filha de um fazendeiro da região. Costinha resolveu lutar contra os castelhanos que estavam invadindo a fronteira.

Pois foi por estas alturas que os castelhanos bandearam a fronteira e o Costinha assanhou-se.

Foi uma despedida de arreentar a alma! Ele deixou-lhe de lembrança uma memória e ela deu-lhe um negalho de cabelo (LOPES NETO, 1998, p. 89).

O gaúcho descrito por Simões Lopes Neto possui características típicas da região sul, como o desejo de cuidar das fronteiras, do território por ele ocupado; esse gaúcho apresentado na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*” é um guerreiro, um lutador, sendo essas particularidades adotadas da origem e da cultura.

3.1 A chegada dos jesuítas e a formação da economia no Rio Grande do Sul

Quando os jesuítas chegaram ao Rio Grande do Sul, tinham a responsabilidade de transmitir aos índios os ensinamentos religiosos, nessa parte do trabalho evidencia-se o surgimento dos povoados, das aldeias, a organização do território e, além disso, o adestramento dos índios. É nessa concepção que começava a formar-se uma sociedade hierárquica, com obediência e disciplina trazidas pelos jesuítas e transplantadas para a convivência com os índios, que eram utilizados na mão de obra pesada.

Nesse capítulo, abre-se espaço para estudos teóricos sobre a formação do tropeiro e as formas desenvolvidas pelo comércio no Rio Grande do Sul, que consolidaram a estrutura econômica. Neste sentido, é importante salientar que o transporte de gado, feito em “tropeadas”, compôs parte do comércio, que abriu caminho para intensificar a ligação do Rio Grande do Sul com outras regiões do Brasil.

A vinda dos imigrantes para o Rio Grande do Sul trouxe a prosperidade econômica para o sul do país com o comércio e o plantio de diferentes produtos. É pertinente, neste aspecto, considerar a grande relevância que a imigração teve para a região e, também, como os seus hábitos e os costumes constituíram formas regionais específicas no território influenciando, sobremaneira, o comportamento do gaúcho.

Cabe salientar, também, que a imigração teve propósito na formação não só do sul do Brasil, mas também no contexto do país. Foram os imigrantes que, aos poucos, chegando e adaptando-se ao meio alojaram-se em terras coloniais e, mais tarde, imperiais, deixando, com base em seus hábitos provenientes das terras de origem heranças culturais para a população do Rio Grande do Sul, principalmente na alimentação e na variedade de produtos a serem cultivados, inicialmente, pela agricultura de sobrevivência e que, posteriormente, assumiria uma conotação fortemente comercial, fazendo-o em meados do século XX.

Ademais, cabe referir o abate do gado e as formas como era feito, do mesmo modo a atividade agropastoril em desenvolvimento na imensidão do pampa que lançaram a base para duas atividades importantes para a economia da região, as quais se concretizaram ao serem adotadas pelo povo, quer seja para consumo próprio e a garantia de subsistência, quer seja para a comercialização sobretudo com o centro do país.

Pesavento (1997, p. 9-10), que, em torno de 1640, os paulistas não mais deslocaram-se ao Rio Grande com intenções de aprisionar índios e isso deu-se porque, com o fim do domínio espanhol sobre Portugal, os portugueses conseguiram expulsar os holandeses da África, restabelecendo-se a normalidade do tráfico negreiro. Assim, os jesuítas retiraram-se

para a outra margem do Uruguai, levando os índios, mas deixando o gado que criaram nas reduções. Esses rebanhos, abandonados no pampa, reproduziram-se à solta e tornaram-se bravios, formando uma imensa reserva de gado. O Império português objetivando lucrar mais com a exploração de sua colônia, voltou-se para áreas não exploradas, em especial, a zona do Prata que situava-se no extremo-sul. Em Buenos Aires, os portugueses já haviam iniciado suas bases de comércio desde o início do domínio espanhol, quando a burguesia comercial lusa recebeu licença para fixar-se no Prata e lá comerciar. Terminados os sessenta anos de domínio espanhol, os portugueses passaram a ser hostilizados na cidade portenha, numa fase em que tinham interesses consolidados no comércio da região, sendo que, em função disso, em 1680, fundaram a Colônia de Sacramento, no atual território uruguaio, na margem oposta do Rio da Prata que banha Buenos Aires.

Conforme Pesavento (1997, p. 10-11), muitas vezes cercado, tomado e reconquistado, o núcleo português às margens do Prata representou um interesse estratégico-militar de conservação da área. Economicamente, além de proteger o comércio ilegal, Sacramento propiciaria o aproveitamento das imensas reservas bovinas da Vacaria del Mar, onde se passou a desenvolver uma intensa atividade de caráter predatório. Caçava-se o gado xucro para extrair-lhe o couro, que era exportado para a Europa através Buenos Aires ou Sacramento. Ainda em consonância com a pesquisadora naquele período, a carne não era considerada um bem econômico, sendo aproveitada no próprio local para o sustento e o restante abandonado, deixado para apodrecer. A chamada “preia de gado alçado”, era destinada à comercialização do couro e movimentou o extremo-sul, atraindo as atenções para a região, que se tornou conhecida pela sua riqueza proveniente da criação e do abate do gado.

A atividade predatória, segundo Pesavento (1997, p. 11-12), sobre o gado da Vacaria del Mar, terminou com o rebanho, pois era uma matança sem controle e tal acontecimento não passou sem a atenção necessária dos padres jesuítas que, desde 1682, haviam começado a retornar ao Rio Grande do Sul, fundando os chamados Sete Povos. Além da atividade de aprisionar o gado xucro, os jesuítas separaram parte do rebanho e levaram-no para o nordeste do Rio Grande do Sul, formando uma nova reserva de gado. Os índios viviam em regime de comunidade primitiva em suas aldeias e eram reunidos em grupos pelos padres, passaram a trabalhar sob a orientação e a fiscalização dos jesuítas em regime comunitário. Os Sete Povos tornaram-se, desse modo, importantes centros da economia local, onde, além de erva-mate e criação de gado, realizavam-se trabalho de fiação, tecelagem, trabalhos artísticos, etc. A região dos Sete Povos, contudo, seria colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madrid, acertado entre Portugal e Espanha em 1750.

Para o Rio Grande do Sul, a partir de então, de acordo com Pesavento (1997, p. 13), começaram a deslocar-se paulistas e lagunistas, objetivando prender o gado xucro para levar até a zona mineradora. Laguna tornou-se, pois, o foco de irradiação do trajeto terrestre em direção ao sul, num movimento espontâneo que, contudo, teve o incentivo da coroa portuguesa. A mineração espanhola estava decaindo na época em que surgiu a mineração brasileira, e o comércio do gado xucro guiou-se para o fortalecimento das Gerais. O tipo social por excelência deste período foi o tropeiro, que era o chefe de um bando armado. Esta fase ficou marcada pela intensificação na abertura de vias de comunicação do Rio Grande do Sul com o restante do país. O Rio Grande do Sul português da época constituía-se numa estreita faixa de terra entre Laguna e Sacramento e, segundo a autora (1997, p. 14 e 15), os campos apresentavam-se sem divisa e sem dono na fase do tropeiro.

Os tropeiros que haviam sido bem sucedidos nas regiões do gado viram possibilidades de aumentarem os seus lucros se investissem na criação. As estâncias de gado, que se constituíram, realizavam uma criação extensiva do rebanho, utilizando como mão de obra os peões que eram elementos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado ou eram índios que saíram das missões. O trigo e o charque eram os produtos que prosperava na economia rio-grandense nesta época.

No conto “Trezentas Onças”, de Simões Lopes Neto, o narrador mostra a figura do tropeiro, homem que viajava dias para buscar gado em outras terras. Essa personagem, no caso Blau Nunes, retrata, dentro da história do Rio Grande do Sul, aquele que trabalhava na estância e tinha como função tropear o gado, época que havia o investimento na criação de gado. Nas estâncias, o gado era comercializado como a forma de viver de muitos proprietários de terras, sendo que, na narrativa em questão, o homem tropeiro é mencionado como aquele que agilizava o transporte de uma estância para outra, é aquele que tinha os cuidados necessários com o gado no decorrer da viagem.

Daquela vereda andei como três léguas, chegando à estância cedo ainda, obra assim de braça e meia de sol.

- Ah!...esqueci de dizer-lhe que andava comigo um cachorrinho brasino, um cusco mui esperto e boa vigia. Era das crianças, mas às vezes dava-lhe para acompanhar-me, e depois de sair a porteira, nem por nada fazia cara-volta, a não se comigo. E nas viagens dormia sempre ao meu lado, sobre a ponta da carona, na cabeceira dos arreios (LOPES NETO, 1998, p. 18).

Na narrativa de Cyro Martins, “*Estrada Nova*”, a criação de gado e outros animais nas estâncias é descrita como uma forma de lucro desenvolvida na região pelos estancieiros, que o clima do sul era propício para esta atividade favorecendo a expansão do rebanho. A narrativa

mencionada relata, também, conforme descrito por Pesavento (1997) dentro do contexto histórico do Rio Grande do Sul, que as estâncias de gado eram a forma econômica de subsistência do gaúcho, que criavam os animais para comercializá-los.

Voltou a se ocupar de negócios. Na véspera terminara a esquila. Quase quinze mil quilos de lã. Também, o inverno favorecera os criadores. Os rebanhos atravessaram de um verão a outro sem oscilações de engorde. Fazendo um cálculo razoável, não querendo ser exigente nem exagerado, aquela partida iria aos seiscentos mil cruzeiros, aproximadamente. Somando esse monte ao dos novilhos, ao das vacas, ao dos capões e ainda ao dos cavalares... Barbaridade! A safra naquele ano passaria do milhão. Os couros, os pelegos, a cerda e os tourinhos ficavam para a despesa da fazenda. E ainda sobrava.

Tinha particular orgulho da sua lã, reconhecida como especial, uma das melhores do município. Negociaria com o Neco, outra vez? (CYRO MARTINS, 1975, p. 18).

Quevedo (2003, p. 30-32) expõe em sua obra que, no século XVIII, a mineração marcou a economia brasileira, provocando grandes mudanças na política da Metrópole. Portugal tonara-se, mais rigoroso e centralizador, sobretudo do ponto de vista econômico, em um período que teve início em Minas Gerais e, em seguida, Goiás e Mato Grosso a mineração nas jazidas de ouro recém descobertas. Em Minas Gerais, a mineração desenvolveu-se em uma região montanhosa e distante do litoral, os mineradores dependiam dos animais, especialmente, de burros para transporte, assim como dependiam do gado vacum para complementar a alimentação com carne e leite. No início, compraram gado da pecuária nordestina e os vaqueiros traziam os rebanhos abrindo caminhos pelo interior, mas como houve aumento do preço desse gado, os mineiros procuraram provimento em outras regiões. Essa situação levou à integração do sul à economia do Brasil colonial. Assim, os paulistas sentindo que alcançavam bons lucros, passaram a comprar ou capturar o gado que era criado ou vivia solto nas pradarias do Rio Grande do Sul e era conduzido pelos tropeiros, as tropas de mula, neste sentido, consolidavam, uma vez mais, a abertura de caminhos pelo interior ligando o sul a São Paulo. Antigas trilhas indígenas passaram a ser percorridas pelos tropeiros. Em virtude da nova ocupação econômica, que integrara o Rio Grande do Sul ao restante do país, a partir de 1725, o litoral meridional foi ocupado pelos lagunenses que tinham a tropa liderada pelo tropeiro João Magalhães e seus seguidores, que se localizaram ao norte. Os primeiros colonos logo se transformaram em senhores do gado existente na região. Nascia, assim, a grande propriedade escravista e pecuarista no sul do Brasil. Enquanto os tropeiros ocupavam o Rio Grande do Sul, os espanhóis guerreavam com os portugueses na área da Colônia de Sacramento.

No conto “Melancia-Coco Verde”, Lopes Neto (1998), observa-se o envolvimento das personagens na defesa do território e suas imediações, quando houve a iminência de invasão nos territórios do Rio Grande do Sul.

Neste entrementes rebentou outra vez uma gangolina com os castelhanos. Um dos moços, que era um quebra largado, nomeado por Costinha, esse, foi os primeiros a se apresentar ao comandante das armas, pra servir. E tais cantigas cantou ao velho Costa, que este deixou o Reduzo ir com ele, de companheiro e ordenança, porque o rapaz era cadete, com estrela, e tinha direito (LOPES NETO, 1998, p. 87).

A década de trinta, daquele século, foi marcada por esses conflitos, levando um militar das Minas Gerais, José da Silva Paes, a organizar tropas e lutar na região. Em 1736, José da Silva Paes aportou no Rio Grande, fundou uma capela e lançou as raízes de um forte militar, seguindo viagem até Sacramento. Enquanto os estancieiros ocupavam o território da região, conforme Quevedo (2003, p. 32–33), a Coroa Portuguesa decidiu promover a emigração de açorianos para Santa Catarina e áreas do Continente do Rio Grande de modo que, em 1752, chegaram sessenta casais que foram fixados às margens do rio Guaíba, no Porto do Dorneles (atual Porto Alegre), que em face do seu crescimento econômico seria denominado, a partir de 1760, de Porto de São Francisco dos Casais, o Porto dos Casais. Assim, outras famílias açorianas foram distribuídas em diferentes pontos, recebendo doações de terras e ocupando a região que corresponde, hoje, às atuais cidades de Viamão, Taquari, Rio Grande, Rio Pardo e Santa Antônio da Patrulha. Os açorianos desenvolveram, como resultado da sua experiência econômica nas ilhas, a atividade agrícola em pequenas propriedades voltadas ao mercado interno da colônia; introduziram novas culturas, como do trigo e frutas, especialmente, a laranja; plantavam também cana-de-açúcar, feijão, amendoim, mandioca e, ao mesmo tempo, dedicaram-se à pesca e o comércio do peixe seco.

Após três séculos, segundo Quevedo (2003, p. 37–40), sob regime colonial, o Brasil, no início do século XIX, transformou-se em sede da Monarquia portuguesa, com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. No início daquele século, a capitania do Rio Grande de São Pedro tinha uma economia baseada na pecuária extensiva e na produção de charque, iniciada em 1780, quando o comerciante cearense José Pinto Martins ergueu, nas proximidades de Pelotas, a primeira charqueada escravista e mercantil-colonial. E, em 1809, após a chegada da família real, ocorreu a criação da rede de vilas do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Na mesma ocasião foram criadas, também, as câmaras de vereadores que possibilitaram à elite colonial gaúcha uma participação efetiva na vida política.

Para Pesavento (1997, p. 18), foi a partir de 1810, que as guerras de independência na região do Prata determinaram a crise dos “saladeiros”, desorganizando as atividades charqueadoras da região. O gado platino foi, em continuidade, encaminhado para as charqueadas rio-grandenses. Após isso, com a família real instalada no Brasil, D. João empreendeu uma campanha contra a Banda Oriental, anexando-a com o nome de Província Cisplatina. O período joanino encaminhou o processo de independência para um tipo determinado de solução, a constituição de uma monarquia unitária e centralizada. À independência seguiu-se o primeiro reinado, marcado pela crise econômico-financeira herdada do período colonial e pela instabilidade política.

De acordo com Quevedo (2003, p. 40), de 1809 até 1820, o Rio Grande do Sul esteve enredado no processo de anexação da Província Cisplatina (atual Uruguai), permanecendo em guerra. A região ficou famosa com a constituição e a concentração de poderoso exército, conhecido como exército pacificador, que defendia os interesses imperialistas de D. João e sua esposa, Dona Carlota Joaquina. Ao condensar-se essa anexação, a região foi tratada como um prolongamento do Rio Grande do Sul, favorecendo a elite local. As charqueadas uruguaias foram desorganizadas e o gado oriental foi trazido para ser abatido no Rio Grande do Sul, o que incentivou a produção de charque local. Assim, para Quevedo (2003, p. 40), o ano de 1820 marcou o êxito dos interesses da elite local ocorrendo, também nesta época, o retorno da família real que ameaçou o Brasil e, como consequência, o Rio Grande do Sul, de recolonização. A elite movimentou-se, reconhecendo D. Pedro como príncipe-regente do Brasil e, assim, quanto à liberdade política do Brasil, a elite rio-grandense envolveu-se na ideologia liberal e uniu-se, sem resistência, pois acreditava que ela traria maior autonomia.

No conto “Melancia-Coco Verde” o narrador Blau Nunes faz referência àqueles que deixaram por herança a plantação de trigo, a plantação e a fiação de linho, o comércio de materiais em ouro, trocas de couro por pão de açúcar e, também, àqueles que pagavam por algumas cabeças de gado.

Gente da terra não valia nada!...

Que é que vancê está dizendo? ... O que nós somos hoje a eles devemos? Qual! É verdade que uns inventaram plantação de trigo... isso, enfim, era bom...; sempre era uma fartura; noutras casas plantavam e fiavam linho...também não era mau, isso; noutras cardavam lã...Algum mais vivaracho botava tenda e vendia mechiflarias ou prendas de ouro... Nalguns trocava-se uns quantos couros por um pão de açúcar, e pipote de cana por qualquer meia dúzia de vacas. E sempre corria alguma dobra, de salário, e algum cruzado pela peonada de ajuste (LOPES NETO, 1998, p. 89).

Essa parte da narrativa do conto “Melancia-Coco Verde” descreve a situação vivida pelo gaúcho em meio a costumes adotados na região, são patrimônios culturais que foram adquiridos e praticados, estruturando a narrativa e situando a obra historicamente.

Pesavento (1997, p. 47) afirma que, a partir de 1824, começaram a chegar os imigrantes alemães, estabelecendo-se como pequenos proprietários em terras doadas pelo Império e que, mais tarde, passaram a ser compradas a longo prazo. Eles levaram vantagem quanto aos interesses relacionados com o povoamento e a colonização de áreas ainda virgens, com a possibilidade de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a anular o poder da oligarquia regional. Os imigrantes germânicos contribuíram para o abastecimento externo do país e abrandaram a diferença da balança comercial causada pelo grande peso das importações de alimentos. Assim, desde a chegada dos imigrantes alemães, até, mais ou menos, 1840, eles puderam apenas sobreviver às custas de uma agricultura necessária para o sustento, sem receber auxílio. Cultivavam produtos variados através da mão-de-obra familiar e de agregados, vindo a socorrerem-se dos vizinhos nas suas necessidades. Cresceram aquelas colônias que estavam melhores localizadas no que diz respeito às possibilidades de envio da produção de excedentes, puderam fazer chegar os seus produtos até o centro urbano mais próximo.

Em 1875, segundo Quevedo (2003, p. 51), o presidente da província de São Pedro criou as colônias, Conde D’Eu e Dona Isabel, localizadas na serra rio-grandense. O objetivo era atrair imigrantes para colonizar a região dos campos da serra e da depressão central, tendo início o povoamento da Colônia Caxias. Os imigrantes italianos foram organizados na periferia dos povoamentos germânicos, passando a dedicar-se à agricultura e aos produtos destinados à subsistência e à exportação de vinhos. Os italianos foram fundamentais para o progresso industrial do Rio Grande do Sul, devido ao conhecimento que trouxeram do seu país de origem. Os núcleos das colônias no Rio Grande do Sul formaram-se a partir da posse da terra e pequenas propriedades.

Pesavento (1997, p. 46) assinala, que a vinda dos italianos aconteceu devido a dois fatores básicos, primeiro, promover o abastecimento do mercado interno brasileiro e, segundo, formar, no sul, núcleos coloniais de imigrantes bem sucedidos, que pudessem servir como ponto de atração à entrada estrangeira para o país. Ao chegarem ao Brasil, segundo a autora, muitos imigrantes, que pensavam tornarem-se pequenos proprietários, acabaram sendo separados para o trabalho nas fazendas de café de São Paulo. Do ponto de vista da oligarquia regional, a imigração não atendia os seus interesses, nem vinha solucionar os seus problemas,

porque os imigrantes pretendiam trabalhar para si e não se dispunham a resolver problemas de falta de braços na criação e no tratamento de gado.

A vinda dos jesuítas para o Brasil ajudou a iniciar o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul, ocasionando favoravelmente a migração para o sul daqueles que viam na criação de gado uma oportunidade de crescimento. O deslocamento e a fixação dos imigrantes fortaleceram o comércio e proporcionaram o aumento nas variedades culturais como, por exemplo, na alimentação que foram adotadas no Rio grande do Sul.

3.2 A Revolução Farroupilha no contexto geral do Brasil

A Revolta dos Farrapos foi o momento em que o povo gaúcho manifestou o seu descontentamento mediante o que estavam vivendo; julgavam-se explorados e injustiçados dentro do contexto social e político daquela época, consideravam, pois, necessário tomar alguma providência, visto que precisavam mudar a situação até então formada.

A Revolução Farroupilha abrangeu não só o Rio Grande do Sul, mas também repercutiu em outras regiões, fazendo adeptos ao movimento e oportunizando ao povo gaúcho demonstrar sua valentia e ousadia, mas essa revolta tomou âmbitos maiores e trouxe algumas consequências que foram vivenciadas por muito tempo pelo povo gaúcho.

A partir de 1835, segundo Quevedo (2003), no Rio Grande do Sul surgiu a mais longa rebelião do período imperial, ou seja, a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos. O autor afirma que, desde o século XVIII, a pecuária era a base da economia da região e teve início, no final daquele século, a produção do charque, utilizando-se a mão-de-obra escrava negra. Dessa forma, de acordo com o autor, o charque rio-grandense abastecia o mercado interno brasileiro, usado principalmente na alimentação dos escravos.

O autor esclarece (2003, p. 43), que o movimento foi provocado pelo descontentamento dos estancieiros, ou seja, charqueadores e exportadores com a política do governo imperial. Quando o governo brasileiro diminuiu os impostos sobre a produção de charque uruguaio, prejudicou a economia gaúcha. Além disso, em consonância com Quevedo, os proprietários de terras eram contra a nomeação dos presidentes da província pelo governo imperial, afirmando que eles não atendiam os interesses locais. A Província do Rio Grande de São Pedro tornou-se, com a Guerra dos Farrapos, palco da luta entre os farroupilhas e os caramurus, aqueles que defendiam a ordem vigente da Monarquia centralizada e autoritária, sob o governo de regentes. Assim, a Revolta dos Farrapos explodiu em 1835, liderada por Bento Gonçalves, Onofre Pires, Antônio Sousa Neto, entre outros, contando com a

participação do italiano Guiseppe Garibaldi. O objetivo imediato dos líderes farroupilhas era pressionar o governo regencial brasileiro para a troca de presidente da Província.

A Guerra dos Farrapos é mencionada no conto “Melancia-Coco Verde” de Simões Lopes Neto, no qual o narrador Blau Nunes descreve alguns fatos sobre a independência que iniciou na Corte do Rio de Janeiro e depois foi para as coxilhas do Rio Grande do Sul, sendo liderada por Bento Gonçalves. A revolução é considerada, na história do Rio Grande do Sul, um marco, pois delimitou a época e influenciou em obras literárias como é o caso da obra de Simões Lopes Neto.

Vancê está se rindo e fazendo pouco? ...É porque vancê não e daquele tempo... quando rompeu a independência lá na Corte do Rio de Janeiro...e depois tivemos que ir pra coxilha fazer a guerra dos farrapos, com seu general Bento Gonçalves, que foi meu comandante, sim senhor, graças a Deus...e mais ou outros torenas!... (LOPES NETO, 1998, p. 88).

Como espaço geográfico observa-se, nessa passagem do conto “Melancia-Coco Verde”, que, no território do Rio Grande do Sul, eclodiu uma guerra e, conforme a história, essa batalha teve repercussões em toda a região brasileira. É uma luta que configurou a presença daqueles que tinham o poder econômico da região e sentiram-se ameaçados, optando pela defesa dos seus interesses.

Na obra “*A Revolução Farroupilha: história e interpretação*”, Pesavento (1985, p. 05), destaca que a Revolução Farroupilha foi o maior dos conflitos internos enfrentados pelo Império brasileiro no século XIX; foi o evento político-militar que maior atenção recebeu da historiografia tradicional. Esse conflito representou uma rebelião dos senhores de terra e de gado do Rio Grande do Sul contra a dominação que a oligarquia do centro do país buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira. No contexto histórico rio-grandense, segundo a autora, a Revolução Farroupilha enquadra-se em um sistema amplo, não apenas brasileiro, mas latino americano e mundial, pois se insere no processo de descolonização que ocorreu na passagem do século XVIII para o século XIX. Foi nessa época, assevera Pesavento (1985, p. 9), que o capitalismo encerrou a etapa de junção primitiva e atingiu a fase em que se constituiu como modo de produção.

Nesse período, segundo Pesavento (1985, p. 9), o sistema mundial promoveu mudanças nas áreas coloniais, modificando uma situação original, que fora montada com o fim de garantir a obtenção, pelas áreas centrais, da superação econômica produzida pelas áreas coloniais. Assim, com o passar do tempo, o sistema colonial do Antigo Regime

promoveu ao mesmo tempo os fatores de sua superação, ou seja, a economia diferenciou-se e novos grupos sociais emergiram, com interesses próprios que passaram a opor-se aos metropolitanos, articulando soluções políticas alternativas para resolver os problemas que se configuraram. Assim sendo, para a autora, no Brasil a elite afirmou-se e absorveu o controle do poder político central, definindo-se por uma política centralizadora, que fez valer a sua condição de responsável pelo setor de ponta da economia nacional e determinou seus interesses sobre o país. No Rio Grande do Sul, verificou-se a presença de dois traços formadores que dão um caráter específico à área: o componente militar-fronteiriço e o peso quase total da pecuária na economia da região.

Com relação ao componente militar-fronteiriço, segundo Pesavento (1985, p. 10-11), o Rio Grande do Sul, como única fronteira viva e zona de enfrentamento direto com o castelhano, definiu um padrão de comportamento autoritário para a elite dirigente. Com relação ao predomínio da pecuária, as atividades da criação extensiva e da charqueada escravista, determinaram uma posição complementar à economia brasileira. Dessa forma, na grande propriedade pecuarista, a criação dava-se de forma abrangente, com pouco recurso à técnica. O gado não refinado era criado solto, em campo nativo, sem cercas, tapumes ou aramados que delimitassem as propriedades. O latifúndio pecuarista demarcava-se por limites naturais e o gado era o fator mais valorizado. A autora enfatiza que a possibilidade de ter a posse da terra para a formação de estâncias dava-se através da guerra e por meios fraudulentos, legitimada a atuação do chefe do bando guerreiro ou dos tropeiros de gado pela aprovação de uma sesmaria ou pelo simples reconhecimento silencioso, por parte das autoridades, do direito à posse da terra pela força. Esses grupos estabeleceram estâncias de criação de gado e, formaram as tradicionais famílias estancieiras, que assumiam uma situação de predomínio face ao monopólio da terra e do rebanho.

A luta pela defesa das fronteiras é apresentada no conto “Melancia- Coco Verde”, em que a personagem Costinha, acampado, juntamente, com seus companheiros, está em defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul. No conto, observa-se a ação militar em prontidão para defender as terras e manter a ordem local.

Neste momento o clarim deu toque de alarma... e como pra acoquinar o pobre um cabo veio a toda pressa chamar o Costinha, de ordem do comandante... Veja vancê que entaladela!

Pelos altos das coxilhas avistava-se uma partida do inimigo. O comandante então até deu ao Costinha uma prova de confiança, pois encarregou-o de uma carga sobre um flanco dos atacantes...

E agora?!...

Filho de tigre é pintado!...

Diante do dever o moço engoliu a tristeza, e mesmo não quis se desmoralizar desertando justamente naquela hora de peleia (LOPES NETO, 1998, p. 91- 92).

A defesa pelas fronteiras do Rio Grande do Sul descrita nesse conto, além de ser um marco histórico, representa também o modelo do gaúcho fronteiriço da época, que lutava por um objetivo e tinha a valentia demonstrada nas atitudes de enfrentamento diante a guerra.

Assim, foi a posse da terra e do gado, consonante Pesavento (1985, p. 11), o elemento fundamental que marcou a ligação da camada senhorial nascente com o Estado, primeiramente, lusitano e, depois, imperial brasileiro. Os latifundiários gaúchos foram, na sequência, presenteados com títulos de nobreza por ocasião do surgimento da monarquia brasileira. Aqueciam-se os laços de solidariedade entre senhores de terra e gado do Rio Grande do Sul e o Estado. Sem dúvida que as relações Estado-classe dominante gaúcha não se realizaram sem enfrentamentos e atritos, sendo a Revolução Farroupilha o incidente mais conhecido e celebrado.

Lopez (1992, p. 9), historiador, ressalta que a Guerra Farroupilha de 1835 não foi uma revolta popular se forem levados em consideração os interesses em jogo; contudo, na condição de classe subordinada, o povo lutou e se forem considerado os projetos de República e Federalismo, houve elementos progressistas no ideário político gaúcho, independente de estarem próximos os interesses da elite. Para o autor, a Revolução implica troca de classes no poder e, diante disso, uma mudança radical na estrutura institucional. Assim, para entender a Revolução Farroupilha é necessário, segundo o autor, entender a História como uma sequência de transformações, envolvendo classes sociais em conflito.

Freitas (1985, p. 110), por sua vez, pondera que a Revolução Farroupilha foi um movimento de defesa de interesses regionais que, sendo prejudicados pelo Poder Central, pretendia preservar-se, fazendo-o através de uma organização federativa que apelou para o recurso extremo da separação. O autor reconhece o fato como exclusivo e estritamente regional, resultado típico da formação social gaúcha, deixando de ver que, de fato, ela faz parte de uma grande revolta federalista que envolveu quase todo o país, com exceção do Sudeste.

No processo de conquista que se instalou, Freitas (1985, p. 115) observa que surgiram, como classe dominante, os estancieiros, que eram grandes proprietários de terras e de gado e controlavam a matéria-prima da indústria saladeril, possuíam muita experiência militar, além de condições para organizar-se rapidamente, o que permitiu entendê-los como empresários-guerreiros. Portanto, de acordo com o autor, a Guerra dos Farrapos foi obra desses estancieiros, salientando-se, principalmente, os da Campanha.

Assim, foi em 1835, conforme Freitas (1985, p. 116), que o governo central decidiu tomar duas medidas consideradas muito severas pelos estancieiros gaúchos, a primeira, foi criar um imposto territorial rural e a outra foi destituir rapidamente os dois comandantes da fronteira. Dessa forma, os estancieiros teriam que pagar mais impostos e ficavam ao mesmo tempo impedidos de continuar o contrabando de gado, sendo que, como resposta, eclodiu a rebelião.

A Guerra dos Farrapos, em consonância com Freitas (1985, p. 116), pode, ainda, ser definida como um movimento para assegurar as condições da dominação e do desenvolvimento da burguesia pastoril gaúcha, ameaçada, até então, pelo centralismo a serviço do Sudeste. Como correlato desta situação, para defender os seus interesses, os estancieiros gaúchos revelaram-se os federalistas mais radicais de todo o ciclo.

Moreira (2000, p. 145) menciona a insatisfação dos governos provinciais em relação ao governo central culminando com a Revolução que sacudiu o Estado do extremo sul durante dez anos. Segundo a autora, a Revolução Farroupilha assumiu significação particular para o estado onde eclodiu, ou seja, no Rio Grande do Sul e tornou-se o mais conhecido episódio da historiografia oficial rio-grandense, vindo a ser lembrado dentro do contexto mais amplo da história brasileira.

A fixação do tipo regional, o gaúcho, monarca das coxilhas, além de encontrar amparo na figura dos líderes farroupilhas, Moreira ressalta (2000, p. 150), fortificou-se quando a ele opõem-se os galegos, os caramurus, defensores imperialistas, na Revolução. Assim, para a autora, as qualidades do defensor da República Rio-Grandense, principiaram a forjar o tipo regional do gaúcho, que passou a se identificar no decorrer do século XIX, com duas faces: de um lado, o campeador livre, verdadeiro monarca das coxilhas; de outro, o guerreiro, empenhado em defender o rincão das invasões castelhanas. A Revolução Farroupilha, por seu caráter separatista e regional, intensificou o processo de idealização do gaúcho campeiro e guerreiro, em que se confundem mito e realidade, deixou seu rastro, permeando a produção literária rio-grandense ao longo do século XIX. Desde as primeiras manifestações populares, que engrandecem a época do desencadeamento revolucionário, até os primeiros anos do século XX, a Guerra dos Farrapos foi o tema base de poetas e ficcionistas.

Alves e Baumgarten (2001, p. 37), analisam que tanto a Revolução Farroupilha quanto a Revolução Federalista, mesmo sendo diferenciadas em vários aspectos, e terem ocorrido em momentos históricos diferentes, representaram lutas fratricidas e, nos dias atuais, não se pode aceitar que uma se apresente como a revolução ideal, e a outra, como a revolução vergonhosa.

Assim, postulam (2001, p. 48) que tanto a Revolução Farroupilha quanto a Revolução Federalista foram revoluções sangrentas, pois houve confrontos de irmão contra irmão e elas tinham objetivo de chamar a atenção para a exclusão do Rio Grande do Sul da vida política do resto do país. Desse modo, a Revolução Farroupilha foi entendida como a revolução perfeita, porque apresentou o gaúcho como um ser amante da liberdade e fiel ao seu território, tendo sido dada como uma luta onde irmãos lutaram ombro a ombro, na qual o patrão e o empregado tomam chimarrão na mesma cuia, cachaça na mesma ‘guampa’. Já, a Revolução Federalista, ocorreu no momento em que a literatura regional surgia, o mito do gaúcho e da Revolução Farroupilha estava sendo sacramentados para representar o Estado. Havia, também, neste momento, várias revoltas políticas e literárias.

Silva (2010, p. 13-14) realça que a história é uma forma de dizer o mundo, de descobrir e “desencobrir”, de recobrir, de entrelaçar o passado e ela nunca para de ser refeita, reescrita, reedita, reinventada. Para o autor, grandes esforços são feitos para construir mitos e uma forte identidade gaúcha para não se perder, no tempo, detalhes, mas há a probabilidade de uma traição, ou seja, o autor questiona a possibilidade dos farrapos terem traído os negros que com eles, lutaram contra o Império brasileiro motivados pela promessa de liberdade. De acordo com o estudioso, os farrapos podem tê-los traído, ao final do conflito, quando, para selar uma paz dita honrosa, mais ou menos rendosa, com direito à indenização, aceitaram entregar os últimos negros ainda incorporados às suas forças.

Silva (2010, p. 15) conta que, em 1836, a luta contra a escravidão era uma realidade em vários lugares do mundo. A abolição começou a ser decretada em Portugal, em 1767, com a proibição de importar novas peças e com a lei do ventre livre de 1773. Na América do Sul, foi necessário revogar mais de uma vez a escravidão, pois as leis não eram cumpridas. Segundo o autor, houve um homem chamado Domingos José de Almeida, considerado o cérebro da Revolução Farroupilha, mulato e dono de uma centena de escravos vendeu dezenas deles para comprar armas, fardas e cavalos destinados a um movimento chamado abolicionista.

O tráfico no Brasil, conforme o autor, estava formalmente proibido, mas em 25 de outubro de 1845, Almeida redigiu um documento desonroso, ou seja, em carta a David Canabarro, pediu o testemunho do último chefe do exército farroupilha em seu favor numa causa vergonhosa:

Com a ocorrência de 15 de junho de 1836 que pôs a capital da Província em poder e nossos antagonistas, forçoso foi para cada um de nós, além de nossos serviços pessoais, concorrer com a quota que nos foi possível agenciar para obter objetos bélicos e todos os meios de prosseguir na empresa em que nos achávamos empenhados: a mim, pois, me coube despende no conserto da escuna '2 de Junho', no armamento da escuna '30 de Maio', na criação do Trem de Guerra, no feitiço de roupas de roupas para o exército, e no suprimento de quantias à soma de Rs 3.647\$455. O financiador queria então receber (SILVA, 2010, p. 18).

Em conformidade com o autor (2010, p. 18), para Almeida sustentar a sua reclamação, explica como financiara a parte que lhe coubera num movimento revolucionário cujos herdeiros ainda pretendiam que tivesse sido abolicionista. Para o autor, a Revolução Farroupilha foi financiada com a venda de homens, sendo que se anunciava uma revolução por igualdade, liberdade e humanidade sustentada com a venda de negros. Almeida, na sequência de sua carta, apresenta provas documentais e garante que as quantias foram rigorosamente aplicadas na manutenção da guerra. Na prática, havia uma grande roubalheira, consoante Silva (2010, p. 22), com todo tipo de falcatruas e uma excepcional incapacidade de escondê-las. Domingos José de Almeida vendeu escravos para financiar a guerra e essa foi sua contribuição para a História dos movimentos de emancipação do homem. Os farrapos não eram revolucionários desinteressados (2010, p. 31 e 37). Bento Gonçalves, finda a guerra, tentou dar-se uma imagem de pobre, de homem arruinado pelos seus ideais, teria até pedido emprestadas duzentas cabeças de gado de cria para recomeçar a vida. Segundo o mesmo o autor, uma das causas da Revolução Farroupilha foram os carrapatos, cujo surto, em 1834, abalou o gado dos estancieiros do Rio Grande do Sul, provocando uma crise sem antecedentes, assim, essa infelicidade tomaria, a partir de 1835, um teor político e de confronto com o poder central, provocando uma guerra civil.

Ademais, o autor afirma (2010, p. 49) que a revolução dos estancieiros teve início em 20 de setembro de 1835, quando os rebeldes tomaram a capital da Província, em Porto Alegre. Menos de um ano depois, eles a perderiam e, embora a cercassem em outras ocasiões, não mais a retomariam. Porto Alegre manteve-se, pois, imperial praticamente ao longo de todo o conflito. Em vista disso, em 1836, os rebeldes perceberam que não iriam muito longe se não engrossassem as suas tropas com os negros que lhes serviam de “pau para toda a obra”. Dessa forma, começou uma história mal-contada dentro de uma História muito bem contada, uma narrativa tão perfeita a ponto de ligar todos os fatos, mesmo os mais contraditórios.

De acordo com Silva (2010, p.50), a independência da Banda Oriental, a Cisplatina, (hoje, Uruguai), em 1828, foi também uma das causas da Revolução Farroupilha. Perdidas as guerras da Cisplatina, os fazendeiros do Rio Grande do Sul ficaram sem as pastagens

uruguayas e boa parte deles possuía terras do outro lado da fronteira. Como era em outro país, havia que se pagar impostos para transitar com o gado. Havia, também, um grande número de escravos em quase todas as estâncias, sendo que havia maior número de escravos no lado uruguaio. Assim posto, a Revolução Farroupilha foi um movimento platino violento (2010, p.60), iniciado por homens ao mesmo tempo envolvidos com ideias europeias radicalizadas na paisagem do extremo sul da América e com medo de cair nas garras dos espertos caudilhos platinos, desse modo, a Guerra dos Farrapos começou com um golpe militar ou de militares, apoiado por civis extremados, em nome de um elevado projeto de modernização conservadora antes do tempo.

Segundo o autor, (2010, p. 72), no começo Bento Gonçalves e seus amigos queriam apenas um tratamento melhor do governo central para o Rio Grande do Sul, mas a interminável guerra que iniciaram contra o Império acabou por arrastá-los para um caminho quase sem retorno, ou seja, proclamaram uma República que não estava nos planos iniciais de todos.

Assim, para Silva (2010, p. 78), Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina, através de suas administrações, cada qual queria ser mais esperta do que a outra, ou seja, o Uruguai queria separar o Rio Grande para ter algo contra a Argentina, que, por sua vez, queria separar o Rio Grande para enfraquecer o Brasil e assim tomar conta do Uruguai. O Rio Grande do Sul queria as pastagens do Uruguai e de uma parte da Argentina. Nesse jogo confuso, quase todos estiveram em todos os lados. Dessa forma, a Revolução Farroupilha foi um movimento conservador de uma elite preparada a ampliar a sua independência em relação ao conservadorismo do Império (2010, p. 147). Nas questões sociais, como a escravidão, só aconteceram manobras estratégicas e utilitárias com o objetivo de atrair negros para as forças rebeldes.

Em decorrência destas ponderações, para o autor (2010, p. 238), várias verdades assolam a história, uma delas afirma que os farrapos não entregaram aos imperiais os negros que lutaram com eles sob promessa de liberdade; outra assegura que houve um acordo de entrega e que o Barão de Caxias libertou esses negros, aqui, no Rio Grande do Sul mesmo, incorporando-os ao exército.

Apesar de, conforme mencionado por Pesavento (1997), paulistas e lagunistas descerem para o Rio Grande do Sul, o povo gaúcho não deixou de conservar sua cultura, pelo contrário, os atrativos rio-grandenses como o comércio do gado xucro, trouxeram para a região sul àqueles que queriam prosperar, obter lucro, vindo a formar o tipo característico chamado tropeiro.

A imigração dos italianos e dos alemães ocorrida na região do Rio Grande do Sul proporcionou grande crescimento econômico, pois, através dela houve, na região, o cultivo de vários produtos e a comercialização desses produtos com outras regiões, trazendo o crescimento rural e a colonização de territórios antes não povoados pelo gaúcho, bem como a diversidade cultural que o gaúcho teve a oportunidade de conviver em sua terra natural.

Ao analisar os contos literários de Simões Lopes Neto, relacionando-os ao contexto do Rio Grande do Sul, observa-se a ligação entre os acontecimentos das narrativas, o comportamento das personagens, bem como os fatos relacionados à história. De acordo com as considerações teóricas já traçadas, fato que marcou historicamente o Rio Grande do Sul foi a Guerra dos Farrapos, acontecimento foi também, como analisado na narrativa, abordado pelo autor como forma de inserir seus personagens no contexto da região e mostrar a figura do gaúcho campesino.

O gaúcho procurou, de certa forma, defender os seus interesses, principalmente os regionais e, nesse processo, conquistar o espaço na região como os grandes proprietários de terras e de gado, mas não deixou de ser o monarca das coxilhas, o guerreiro empenhado em defender o seu território, a sua liberdade; procurou manter a cultura e seus costumes, pois estes concederam-lhe a sua identidade regional.

Mas há o histórico que a Revolução Farroupilha não foi a revolução que fez do gaúcho o homem que apenas lutou pelo seu ideal, ele foi, também, aquele capaz de trair, motivado por atitudes ilícitas como o roubo, o engano. A Guerra dos Farrapos, segundo Silva (2010), foi como troca de favores entre uma elite conservadora que queria sua independência, mesmo que, para isso, precisasse usar os escravos como meio de força para lutar na guerra.

Assim, observa-se que, na história do Rio Grande do Sul, para alguns autores, a Revolução Farroupilha foi uma luta de classes com o objetivo de pressionar àqueles que tinham o poder de governar. O conflito gerou uma rebelião no Rio Grande do Sul, na qual os senhores de terra e de gado foram contra os desmandos do governo da época, que queria impor um sistema de domínio.

3.3 Contexto político do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, foram vários os governantes que investiram para que o estado tivesse autonomia dentro do contexto político do país. Assim, é possível mencionar que o Rio Grande do Sul passou por alguns momentos difíceis, que intensificaram as ações políticas interferindo em prol das conquistas já alcançadas.

Todas as participações que o estado teve no contexto político, serviram para deixar registrado o desejo de autonomia e, também, fortificar a atuação do povo como aqueles que ansiavam pela independência tanto econômica, quanto política, sendo essa independência valorizada e preservada ao longo dos tempos pelos que estavam à frente os governos e das lutas, dando as determinações necessárias, sendo assim, importante ressaltar o quanto esses participantes foram fundamentais que se construísse este contexto político.

Quevedo (2003, p. 51) esclarece que, durante o século XIX, a principal atividade da economia sul-rio-grandense foi a charqueada, que fornecia carne seca para a alimentação dos escravos, principalmente do Nordeste do Brasil. Esse setor enfrentou profundas crises que se repetiam, as quais se aprofundaram após a Guerra dos Farrapos, quando as charqueadas da região do Rio da Prata, em especial a uruguaia, superaram a fase artesanal e transformaram-se em manufatureira, utilizando o trabalho livre e assalariado. Assim, segundo o autor, na década de 60 daquele século, os charqueadores, além de não conseguirem uma renovação tecnológica da unidade produtiva, viram-se obrigados a enviar os seus escravos para a região de fronteira e para a Guerra do Paraguai, perdendo boa parte deles em combate.

A partir de 1870, anota Quevedo (2003, p. 53–54), apesar de o Brasil viver sob o regime monárquico de governo, o ideal republicano renasceu e fortaleceu-se, contribuindo decisivamente para o declínio da monarquia. Os republicanos gaúchos organizaram-se, de fato, na década de 80 do século XIX, e constituíram-se num grupo político que soube usar o momento histórico a seu favor, haja vista que defenderam a emancipação escrava e, em 1884, foram vitoriosos contra os liberais, os conservadores e os escravocratas, conseguindo a libertação de escravos em muitas cidades gaúchas, como Porto Alegre, Bagé, Santa Maria. Mais tarde, em 1889 (2003, p. 59), teve início o período republicano do Brasil, sendo organizado um governo provisório, sob a presidência do Marechal Deodoro da Fonseca. Esse governo durou até 1891, quando passou a vigorar a primeira Constituição Republicana e, de acordo com ela, realizaram-se eleições presidenciais. Assim, os dois primeiros presidentes da República do Brasil foram militares do Exército, o Marechal Deodoro da Fonseca e o Marechal Floriano Peixoto, e, por isso, o período de seu governo foi chamado de República da Espada.

Quevedo (2003, p. 60) registra que, no Rio Grande do Sul, a chegada da República deu-se quando os republicanos queriam entregar o governo a Júlio de Castilhos, porém ele percebeu que era necessário construir uma sólida base política para a sustentação do grupo republicano no poder. Na primeira eleição indireta republicana, Júlio de Castilhos saiu vitorioso e o governo estadual ganhou poderes ditatoriais, consolidando o Castilhismo. Dessa

forma, a eleição de Castilhos foi o estopim da guerra civil, que arrasou o Rio Grande do Sul por dois anos, de 1893 a 1895. Extremamente violenta, ocasionou a morte de aproximadamente doze mil pessoas, fora os dez mil exilados no Uruguai e na Argentina.

O Rio Grande do Sul, de acordo com o autor (2003, p. 61 - 62), foi invadido por tropas federalistas, organizadas no Uruguai por fazendeiros gaúchos, apoiados pelos grupos que estavam fora do poder, os quais queriam rever a Constituição Castilhista e fazer-lhe alterações no sentido de impedir as reeleições sucessivas do governo do estado. Assim, para vencer os federalistas – chamados maragatos –, Castilhos contou com o apoio da Brigada Militar. Os castilhistas eram conhecidos como “chimangos” e “pica-paus”, defendiam a ordem estabelecida. No Rio Grande do Sul pontua Quevedo, (2003, p. 62), o governo Júlio de Castilhos continuou organizando a máquina administrativa. Em 1897, tratou de promulgar a lei eleitoral, confirmando o voto a descoberto e reorganizou a instrução pública. Em 1898, promulgou o código de processo penal do Estado e transmitiu o cargo para o seu sucessor e indicado, Borges de Medeiros. Castilhos faleceu em 1903, mas deixou marcas indestrutíveis na política rio-grandense da velha república.

Borges de Medeiros manteve-se no poder até 1928, com sucessivas reeleições, permitidas pela Constituição Estadual. Só não governou entre 1908 e 1913, quando foi eleito Carlos Barbosa. A primeira Guerra Mundial (1914-1918) favoreceu o crescimento da economia gaúcha e brasileira (2003, p. 62). Expandiram-se as fábricas de banha, vinho, cerveja e tecidos, e grandes empresas norte-americanas instalaram-se no Rio Grande do Sul. Assim (2003, p. 64), na década de vinte, do século XX, as transformações econômicas e sociais ocorridas no país chocaram-se com o domínio das oligarquias tradicionais e, em 1919, o questionamento ao poder centralizado das oligarquias tradicionais ficou evidente, pois Borges de Medeiros apoiou o nordestino Epitácio Pessoa à Presidência do país. Nascia, desse modo, uma aliança entre a oligarquia gaúcha e a nordestina. Epitácio foi vitorioso e seu governo estendeu-se até 1922.

Na sucessão de Epitácio Pessoa, de acordo com Quevedo (2003, p. 64), foi articulada a “Reação Republicana” que ensejou o nascimento do movimento tenentista, a juventude militar revestida de propósitos radicais contra a dominação das oligarquias tradicionais. A República Oligárquica teve que enfrentar a oposição de setores da sociedade brasileira, como os industriais e o operariado. A esses grupos juntaram-se os militares, jovens oficiais das Forças Armadas que se organizaram, formando um movimento conhecido como Tenentismo. Em 1924, o tenente Luiz Carlos Prestes comandou um levante militar de mil homens, porém

esse levante foi derrotado e a tropa dirigiu-se para o estado do Paraná, para se encontrar com a Coluna Paulista.

Assim, Quevedo (2003, p. 65) aponta que, em 1926, o comando revolucionário decidiu que a Coluna Prestes deveria buscar refúgio nas fronteiras e entrar na Bolívia. A contramarcha deveria durar um ano e os revolucionários não abandonariam a luta enquanto Artur Bernardes governasse o Brasil (1922 – 1926).

Porém, a questão sucessória do presidente Washington Luís (1926-1930) provocou a divisão da oligarquia dominante e foi o fundamento inicial para a Revolução de 1930. Para as eleições presidenciais que escolheriam o sucessor de Washington Luís, era a oportunidade de Minas Gerais indicar o candidato, atendendo ao acordo político chamado “café-com-leite” que dividia a presidência do país entre paulistas e mineiros. No entanto, o presidente, ligado à oligarquia de São Paulo, indicou o paulista Júlio Prestes. Os mineiros quebraram a sua aliança com São Paulo e, juntamente com o Rio Grande do Sul e a Paraíba, criaram uma frente partidária, a Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande de Sul. Nas eleições realizadas, em março de 1930, Júlio Prestes foi declarado vencedor, mas a ala radical da oposição, alegando fraude eleitoral, iniciou a organização de um movimento para derrubar Washington Luís. Tropas do Rio Grande do Sul marcharam em direção ao Rio de Janeiro. O presidente Washington Luís esboçou uma resistência, mas foi deposto. Inicialmente, o governo foi exercido por uma junta militar e no dia três de novembro, Getúlio Vargas assumiu o poder.

Quevedo (2003, p. 66–67) escreve que, em 1937, Getúlio Vargas, contando com o apoio de setores da burguesia industrial, de boa parte das oligarquias agrárias, das Forças Armadas e do Congresso Nacional, aplicou um golpe de Estado, dando início a um período ditatorial, conhecido como Estado Novo, no qual Getúlio Vargas governou por decretos-leis e preocupou-se com o controle da classe operária e dos sindicatos. Durante o Estado Novo, irrompeu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o Rio Grande do Sul manteve-se em posição periférica, dependente centro hegemônico brasileiro. A economia, centrada nas atividades de pecuária e agricultura, destinava-se à complementaridade da cafeicultura, fornecendo gêneros e subsistência ao mercado nacional.

Para Martins (1975) a Segunda Guerra Mundial é mencionada na narrativa, pois a personagem Ricardo serve as fileiras do exército no período de quatro anos. Esse período é, para a personagem, um momento que não atribui vantagem significativa, apenas cumpri uma missão, pois se ficasse no campo seria um caixeiro ou um capataz de estância.

...Piorar a sorte é que não ia. Demais, ficar ali, fazendo o quê? De caixeiro de venda ou, quando muito, capataz de estância? Por causa da Guerra (de 39 a 45), engajara no exército, servindo um total de quatro anos. Chegou a sargento e esteve meio inclinado a continuar com a farda, mais atraído pelas facilidades que entrevia do que propriamente pela militância. Aos pouco, porém, foi enjoando a caserna. Outros poderiam achar aquela vida muito boa, mas para ele definitivamente não servia... (MARTINS, 1975, p. 21).

Também na obra o autor (1975) referência, em determinada parte da narrativa, ao momento político que o país estava vivendo, período que era compreendido pela vigência do Estado Novo. Na narrativa, a personagem, amigo de Ricardo, relata a dificuldade de manter a estância a qual arrendava durante muitos anos, sendo obrigado a desfazer-se do que possuía e teve as terras negociadas com um castelhano que possuía muito dinheiro.

Observa-se, nesta passagem da narrativa, também, o começo de uma transição, ou seja, o gaúcho antes agregado ao campo, em meio a seus costumes, é obrigado a mudar seus hábitos, pois existe um contexto histórico que torna difícil a sua permanência na campanha, praticando suas lidas campeiras, as quais o mantinham presente no campo e sustentavam-no, até então, financeiramente.

Arrendei aquela estância durante quatorze anos. Todo o mundo de fora pensava que era minha propriedade. Eu mesmo achava que não ia sair mais dali, pois tencionava seriamente comprar o Espinilho. Mas um belo dia, isso não foi muito antes da guerra, lá por fins de 37, no ano do Estado Novo, apareceu um castelhano endinheirado e o dono não teve dúvidas em negociar com ele. Quando dei pela história, esperneei, fiz também a minha proposta. Mas a do outro cobria longe a minha. O resultado, sem apelo, foi este: nas obrigadas, tive que vender os interesses para o próprio comprador do campo, porque no momento não achei para onde ir. Perdi um tempão à espera duma boiada que não chegou nunca e, no fim de dois anos, já preocupado por estar com o capital empatado, me meti de sócio capitalista duma casa de negócio (MARTINS, 1975, p. 26).

Esse fragmento do romance de Martins (1975) narra o início da marginalização do gaúcho que deixa as terras por não ter condições de mantê-las e também não ter condições de comprá-las, pois sendo apenas um trabalhador campeiro, um peão, não possuía renda suficiente para adquirir o bem, possuir a sua própria terra.

A baixa capitalização do Rio Grande do Sul, segundo Quevedo (2003, p. 67), foi que impediu a transferência de recursos ao setor industrial. Além disso, algumas indústrias despontaram em Porto Alegre, Pelotas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Rio Grande e São Leopoldo. Dessa forma, nos anos 30, a alteração na economia provocou modificações na sociedade. Foi incentivado que os campos fossem cercados e introduzidas novas tecnologias, implicando a expulsão da força de trabalho nas estâncias e nas pequenas propriedades rurais. O êxodo rural acelerou-se e algumas cidades gaúchas incharam com um contingente

populacional sem especialização, gerando diversos problemas sociais. No período Vargas, conforme aborda o autor (2003, p. 68), o Rio Grande do Sul passou por várias mudanças e alterações no poder político. Logo após a Revolução de 30, o general Flores da Cunha foi nomeado interventor federal, mantendo-se no poder até 1935, quando foi eleito governador. Entretanto, em 1945, um movimento político provocou a queda da ditadura Vargas, principiando um novo período da República conhecido como redemocratização, que durou até 1964. Com a queda de Getúlio Vargas caíram também os interventores dos estados e, em março de 1947, a democracia foi restabelecida no Rio Grande do Sul com a posse do Dr. Walter Jobim (1947-1951).

O afastamento do homem do campo de seu ambiente natural, ou seja, a campanha, foi representado ainda, pela personagem Ricardo de Martins (1975), que este precisou sair da casa de seus pais para buscar recursos na cidade, porque a vida no campo não era tão próspera como antes. Essa personagem, na narrativa, não logrou êxito de imediato nessa mudança, precisou passar por várias experiências até obter uma colocação profissional que pudesse garantir razoavelmente o seu sustento.

- É, tenho sabido, muita gente de São João Batista se mudou para Porto Alegre nos últimos tempos. E, ainda, que mal pergunte, o que é que o amigo faz por lá?
- Folgada a vida não é, mas há trabalho. Não posso me queixar. Ganho o suficiente para o sustento.
- Trabalha no comércio?
- No princípio, fui operário de obras, ajudante de pedreiro. Depois ajudado por uma dessas amigadas que a gente vai fazendo, me encostei num escritório comercial, comecei a estudar e hoje sou contador. Não ganho mundos e fundos, mas, como vim até agora sempre melhorando, espero que a sorte não mude se eu não mudar, naturalmente (MARTINS, 1975 p. 25).

A passagem da narrativa mostra o contexto histórico que o Rio Grande do Sul estava enfrentando, marcado pela modernização na área rural que fez o homem do campo fosse buscar outros recursos para viver, ou seja, a família que antes vivia dos recursos da terra passou a ter que, além de pagar por essa terra, enfrentar as dificuldades que apareciam com relação aos proprietários das terras. Assim, a tecnologia trouxe para o homem campeiro algumas adversidades, fazendo com que a mão de obra, antes necessária no campo, passasse a ser obsoleta.

Os estancieiros como proprietários das terras tiveram, com a chegada do progresso, a oportunidade de instalar, nas estâncias, os recursos que a tecnologia proporcionava para melhorar a vida no campo. Porém, só tinham acesso a esses recursos aqueles que possuíam condições financeiras para implantá-los nas fazendas, ou seja, o peão da estância continuava

nos seus afazeres campestres. Essa descrição está na obra “*Estrada Nova*”, Martins (1975), a qual narra os melhoramentos feitos na fazenda pelo proprietário, o coronel Teodoro.

Ao sair do banheiro, um dos melhoramentos de vulto introduzidos na segunda reforma da estância, quando instalou luz elétrica, comprou rádio à bateria e refrigerador à querosene, o coronel Teodoro recebeu das mãos de Anastácia, china velha que acompanhava o casal havia bem mais de vinte anos, como de costume, a garrafa térmica, comprada no Uruguai, e a cuia do chimarrão, cheinha e espumante. Ao mesmo tempo ela lhe deu o costumeiro “bom-dia, patrão” (MARTINS, 1975, p. 29).

Observa-se, dessa forma, que a tecnologia foi para o homem do campo, para o peão da estância, para aquele que servia de mão de obra, uma substituição, pois através do progresso no campo, a força do trabalho campestre foi trocada pela industrialização. Nessa época da história, no Rio Grande do Sul, expandiram-se as fábricas trazendo, assim o êxodo rural, a fuga dos peões das estâncias para as cidades, formando um novo grupo chamado de operariado.

Conforme Quevedo (2003, p. 75 - 76), em 31 de março de 1964, as Forças Armadas desencadearam o movimento que levou à deposição de João Goulart. Com o golpe de 1964, teve início, no Brasil, uma ditadura que durou até 1985; nesse período, o Brasil foi governado por uma série de presidentes militares. No período dos governos militares, no Rio Grande do Sul, uma boa parte dos políticos teve seus mandatos cassados, a imprensa sofreu censura e pessoas foram presas.

Das narrativas analisadas nessa época do processo histórico do Rio Grande do Sul, verifica-se que a obra “*A parede no escuro*” de Altair Martins (2008) e o conto “*Velhos*” de Sergio Faraco (1995) descrevem a figura do gaúcho com pequenos traços de sua cultura. O homem do campo não mais vive exclusivamente do campo, pelo contrário, teve que se inserir e no ambiente urbano e buscar meios para viver, de certa forma, com dignidade.

Na obra “*A parede no escuro*” (2008), a personagem Seu Fojo é apresentado pelo narrador como aquele gaúcho que preserva sua cultura apenas no vestuário, pois mora na cidade, não tendo mais a oportunidade de viver no campo e obter o seu sustento, mas conserva, através da bombacha e das botas, o hábito que tinha o gaúcho que vivia na campanha.

É o seu Fojo: Ele chega com a Dona Bárbara. Está branco como se chamasse e o sangue não lhe respondesse à tona do corpo. Dizem que vai morrer. Estão dizendo isso há anos. E ele vai enterrando seus conhecidos. Veste bombacha com botas e conversa com as senhoras como se estivesse dando ordens num galpão. Foge à rua para respirar, levando homens de preto e os velhinhos que carregam chapéu (MARTINS, 2008, p. 134).

O progresso e a poluição passaram a fazer parte da vida do gaúcho, nesse período histórico, e isso identifica-se na narrativa de Faraco (1995), no conto “Velhos”, pois apresenta a tecnologia inserida no meio campeiro, trazendo a mudança de hábitos. O homem campeiro, dessa forma, habitua-se a conviver com outros costumes que são trazidos da cidade para o campo, há uma mistura de hábitos, por exemplo, nessa época, o meio de transporte não é mais o cavalo, o automóvel passou a fazer parte naturalmente do meio rural.

No domingo pela manhã a estância acolheu duas visitas. A primeira foi a do noivo de Maria Luíza, que veio num auto azul e barulhento, erguendo uma polvadeira na estradita que partia em dois o potreiro e a internada da frente. A segunda foi a do velho Sizenando López. Mas este veio montado, a passo e sem ruído algum, com Dona Bica na garupa, e só chamou a atenção porque a cachorra, nervosa com o bochincho do auto, abancou-se a acoar (FARACO, 1995, p. 102).

3.4 Espaço, clima e relevo do Rio Grande do Sul

Tendo em vista os hábitos adquiridos pelo gaúcho no decorrer da história, faz-se necessário expor o clima e o tipo de relevo que predominam na região do Rio Grande do Sul, uma vez que foi neste tipo de solo e de vegetação que o gaúcho caracterizou-se e conformou o seu perfil, que fizeram os habitantes da região desenvolver um tipo social e regional marcantes.

A formação do relevo caracteriza a campanha gaúcha e define alguns hábitos peculiares da região sul, de acordo com essa paisagem, o gaúcho foi aprendendo a conviver e montar a sua estrutura de vida própria para a região, considerando, neste caso, o clima como aquele que condicionava e condiciona os costumes praticados. A economia também tem a sua relevância na formação deste perfil social, pois o seu desenvolvimento é consequência do processo de atividades que foram sendo implantadas no Rio Grande do Sul.

Na obra “*Espaço e Sociedade no Rio Grande Sul*”, Costa e Moreira (1986, p. 7) registram que quanto à posição e à situação do Rio Grande do Sul, o estado possui uma área de 282 184 km², que representam 3,32% da superfície do Brasil. Sob o aspecto social, o Rio Grande do Sul integra o chamado Mundo Ocidental, o que significa que faz parte de um país de tradição cristã e de economia capitalista. De acordo com os autores, não se pode esquecer

que está incluído no genericamente denominado Terceiro Mundo e, por isso, apresenta muitas características do subdesenvolvimento. O papel do Rio Grande do Sul na integração política e econômica de uma vasta região da América do Sul é indiscutível, notadamente no chamado Cone Sul. Assim, os acontecimentos históricos (1986, p. 13), aliados à localização do Rio Grande do Sul, têm servido de argumento para alimentar preocupações com a chamada “segurança nacional”. Tanto é assim que o maior efetivo do Exército Brasileiro está aquartelado no Estado, cujo território foi em boa parte enquadrado na legalmente instituída Faixa de Fronteira.

O relevo mais comum do Rio Grande do Sul, segundo Costa e Moreira (1986, p. 27), é a coxilha, a qual tem um perfil semelhante à curvatura próxima à ponta do facão do antigo gaúcho, pois é uma elevação modesta e com longos declives. Quanto ao clima (1986, p. 36), uma das principais características no Rio Grande do Sul é a grande variação de suas condições térmicas, às vezes num espaço de tempo muito curto, sendo a característica mais marcante do clima gaúcho a passagem de frentes frias. A vegetação (1986, p. 50) caracteriza-se por campos que dominam a maior parte do território gaúcho, apesar da existência de um clima úmido, com chuvas regulares e temperaturas baixas, assim, a região campestre por excelência do Rio Grande do Sul é chamada de Campanha, extremidade norte das formações pampeanas argentino-uruguayas, tratando-se, pois, da paisagem mais típica do extremo-sul do território do gaúcho e dos “peões de estância”.

Para Costa e Moreira (1986, p. 59), na evolução histórica que estruturou o espaço social sul-rio-grandense encontram-se as diferentes etapas de sua implantação no sistema econômico nacional. Começando pelo estágio de Colônia, com base fundamentalmente rural, chega-se à etapa contemporânea, alicerçada no desenvolvimento urbano e industrial, passando por diversas formas de exploração e dependência econômica.

O Rio Grande do Sul, nos dizeres de Costa e Moreira (1986, p. 72), é tradicionalmente um Estado voltado para o meio agrário. Sua história econômica apenas há uma década conseguiu igualar os setores primário e secundário, até então sob amplo domínio do primeiro. A pecuária, com o gado introduzido pelos jesuítas, e a agricultura, fortalecida em definitivo pelos imigrantes, estruturaram um espaço rural dividido. O colono não aceitava o campo, justificando baixa fertilidade e o estancieiro rejeitava a atividade de cultivo do solo.

Embora com uma história ligada ao mundo rural, o Rio Grande do Sul de hoje, de acordo com os autores (1986, p. 101 – 102), possui uma sociedade eminentemente urbana. A explicação para a “fuga” arrasadora para as cidades, de modo a inverter a situação campo-cidade, pode ser pelo fato que os movimentos populacionais são resultados de localizações de

desigualdades espaciais. A desigualdade entre as condições das áreas urbanas e rurais é reflexo do mecanismo concentrador do sistema econômico em que a sociedade gaúcha está envolvida.

Dessa forma, afirmam Costa e Moreira (1986, p. 108), é fácil observar-se, no espaço subdesenvolvido do Rio Grande do Sul, a correlação “condições de capitalização da economia, dinamismo demográfico e aumento da produção”. Aos que permanecem à margem da sociedade pelo sistema produtivo, intrinsecamente desigual, cabem soluções, como a venda da terra e a migração, seja para as novas fronteiras agrícolas, ainda existentes no norte do país, seja para a periferia dos grandes centros urbanos. Em ambos os casos, estarão perfeitamente integrados à realidade socioeconômica, destruindo a mata para posterior entrada do grande capital ou articulando-se como mão de obra barata à indústria e em subempregos terciários, exigidos para o pleno funcionamento da estrutura econômica.

A pecuária, exercida pelos gaúchos, foi praticada em terreno de relevo uniforme, coxilhas levemente onduladas, cobertas de pastagem nativa. O meio físico favoreceu, por seu turno, a mestiçagem cultural. A posição geográfica, por sua vez, permitiu o acesso de povos vizinhos. É nesse cenário, segundo César e Carvalhal (1994, p. 28), que surge o gaúcho campeador e guerreiro, emergindo de uma aventura para adquirir a forma que dele faria um mito. O autor afirma, ainda, que alguns desses homens, passaram de tropeiros a estancieiros, de peões a soldados, ou de milicianos a proprietários rurais, construindo outro tipo de tradição, ou seja, a do chefe de um grupo, cujo domínio territorial media-se antes pela légua de sesmaria.

Para Reverbel (1986, p. 74) o gado bovino teve importância no Prata, até alcançar a campanha rio-grandense, no decorrer do século XVIII. A chegada do cavalo foi em torno de 1535, *vacuns* e cavalares viviam em estado selvagem, como os animais silvestres. Quando tomou conta do cavalo, o conquistador ficou apto para usar o gado bovino, em atividades de caça e abate. Naquela época, os animais eram mortos apenas pelo couro, primeiro fator econômico da pecuária na América Meridional. Assim, o boi e o cavalo condicionaram a civilização no pampa rio-platense e nas coxilhas do Rio Grande do Sul, dando início ao aparecimento dos fatores que iriam formar o tipo social do gaúcho. Os ingleses, franceses e holandeses, segundo o autor (1986, p.74), procuravam o couro, os povoadores do Prata e do Rio Grande do Sul, homens sem governo, moradores de lugares agrestes, que conseguiam suprir-lhes do produto. Como as duas coroas, tanto a lusitana como a espanhola, impediam o livre comércio, não permitindo o seu desenvolvimento, o contrabando começou a ser

praticado livremente, tendo a Colônia do Sacramento como principal centro distribuidor de mercadorias.

Reverbel (1986, p. 75) afirma ainda que, conforme se desenvolvia o comércio do couro, surgiu uma pacotilha, constituída por indivíduos que cortavam os campos, encarregando-se de coletar couros para os traficantes europeus, em troca de produtos que estes traziam do exterior. Esses indivíduos, denominados de changadores e, posteriormente, de gaudérios, terminaram recebendo a denominação de gaúchos, nome que ficaria, tendo caído em desuso os primeiros.

Para o autor (1986, p.78), o gado era caçado onde fosse encontrado. Quando o comércio do couro tomou grandes proporções, a caça concentrou-se nas chamadas vacarias. Como existiam as estâncias, onde os rebanhos eram controlados pelos seus donos, o gado alçado, sem marca, nem dono, passou a ocupar grandes espaços até então sem habitantes, ou seja, as vacarias.

Em conformidade com o autor referido, as vacarias desempenharam importante papel na formação rio-grandense. Recorrendo a elas, os estancieiros restauravam seus rebanhos, além disso, elas eram úteis como campo de ensinamento nas práticas campeiras. Existiam elementos que as exploravam profissionalmente, custeando financeiramente a extração do couro. Dessa forma, recorriam aos gaudérios ou gaúchos, que se encarregavam de laçar ou bolear os animais, matar-lhes e tirar o couro. Naquela época, o couro chegou a valer quatro vezes o preço do gado em pé.

Reverbel (1986, p. 89) relata, ainda, que os casais açorianos vieram para o Rio Grande do Sul para praticar a agricultura, estabelecendo-se em Rio Grande de São Pedro, Porto do Viamão (Porto Alegre), Capela Grande do Viamão e Santo Antônio da Patrulha, nessas regiões viviam do fruto da terra, praticando uma agricultura de subsistência, até as primeiras safras de trigo, o primeiro produto exportável de importância econômica. Após os açorianos, chegaram os foragidos da Colônia do Sacramento que seria o quarto núcleo populacional a fixar-se em território rio-grandense.

Assim, de acordo com o autor (1986, p. 90), como as lavouras de trigo apresentavam-se bastante lucrativas, antes de serem atacadas pela praga da ferrugem, os pequenos lavoureiros puderam mudar de condição, tornando-se estancieiros. Como consequência deste enriquecimento, eles compraram escravos, obtiveram terras ou as receberam, aproveitando os benefícios das sesmarias, juntaram-se à estrutura da sociedade rio-grandense de então, que era firme no estabelecimento da estância. Localizado em sua sesmaria, o estancieiro tornou-se

caudilho e instrumento da ocupação portuguesa da antiga “terra de ninguém”, assim, as terras que lhe eram cedidas seriam a garantia de sua fidelidade à coroa portuguesa.

Segundo o autor mencionado (1986, p.91), a “terra de ninguém” durante muito tempo, foram as primeiras sesmarias, que só seriam doadas ao Rio Grande do Sul a partir de 1732 e compreendia entre o Atlântico, Lagoa dos Patos, Guaíba e a Serra Geral. Depois de algum tempo, os açorianos vieram integrar-se na estrutura latifundiária baseada na concessão das cartas de sesmarias. O maior número de concessões foi efetuado mais tarde, em que foram distribuídas entre oficiais e soldados, que davam baixa do serviço ou continuavam em armas.

Entre os anos de 1840 e 1841, de acordo com o autor (1986, p. 94), o tenente-general Francisco José e Souza Soares de Andréa, governador do Rio Grande do Sul, aconselhava a mudança da estrutura fundiária do território gaúcho, de modo a terminar o latifúndio e facilitar a exploração agrícola da província, em regime de pequena propriedade, abrindo, assim, novas vanguardas de colonização. Vindo a independência, separados das guerras coloniais, os estancieiros, que representavam o gaúcho naquela época, teriam valorizada a sua presença, assumindo poder.

O ambiente natural do Rio Grande do Sul, apresentado por Costa e Moreira (1986), tem como característica principal os campos, esse tipo de vegetação predominante na região está presente na narrativa de Simões Lopes Neto, mais precisamente no conto “Trezentas Onças”, no qual o narrador descreve, com detalhes, a formação do ambiente em que a narrativa desenvolve-se. O narrador faz referência, também, à fauna que habita a região sul e o que representa no contexto da narrativa.

A estrada estendia-se deserta; à esquerda os campos desdobravam-se a perder de vista, serenos, verdes, clareados pela luz macia do sol morrente, manchados de pontas de gado que iam se arrolhando nos parados da noite; à direita, o sol, muito baixo, vermelho-dourado, entrando em massa de nuvens de beiradas luminosas. Nos atoleiros, secos, nem um quero-quero; uma que outra perdiz, sorrateira, piava de manso por entre os pastos maduros; e longe, entre o resto da luz que fugia de um lado e a noite que vinha, peneirada, do outro, alvejava a brancura de um João-grande, voando, sereno quase sem mover as asas, como numa despedida triste, em que a gente também não sacode os braços... Foi caindo uma aragem fresca; e um silêncio grande em tudo (LOPES NETO, 1998, p. 20 - 21).

Na obra de Martins (1975), “Estrada Nova”, também há referência ao tipo de vegetação sulina, o narrador descreve o ambiente rural característico do gaúcho que vive na campanha e tem, nela, a satisfação de morar, sentindo-se, de certa forma, privilegiado. A

paisagem descrita pelo narrador, na obra, mostra o carinho que a personagem tem pelo ambiente, descrevendo-o minuciosamente.

Conforme seus hábitos, o primeiro olhar era para o campo, um olhar soberano e orgulhoso. Ali ele mandava. Aquilo era seu!

O olhar perscrutador, olhar de dono, percorreu desde os grossos troncos do quadro de cinamonos, passando de relance pela porteira da invernadinha do plantel que se conservava vedada ao trânsito, e foi aos pulos, com alguma ansiedade, sobre trechos e trechos de várzeas e coxilhas, pousar por fim no umbu solitário – marco imponente nas divisas dos seus campos. Respirou aliviado. E dali pra diante seu ânimo foi outro (MARTINS, 1975, p. 29-30).

O gaúcho, tendo como território a coxilha e os campos, torna-se a personagem que possui liberdade e espaço suficiente para cultivar hábitos campeiros como criar gado, plantar, praticar os costumes regionais, pois é, na lida do campo, nessa época histórica, que emerge o sustento do gaúcho.

4 GAÚCHO: ORIGEM, EVOLUÇÃO, CARACTERÍSTICAS E COSTUMES REGIONAIS

O termo gaúcho desde sua origem, no contexto do Rio Grande do Sul, passou por algumas modificações de ordem semântica, pois sofreu muitas influências através do tempo, e também, assumiu algumas características em determinadas épocas. São essas mudanças que fazem do gaúcho um tipo social que se acomoda no seu espaço social, define-se com o progresso e estrutura-se socialmente.

Neste capítulo, será descrita a origem do vocábulo gaúcho, bem como a sua evolução e, o resgate dos valores, ou seja, hábitos que fizeram da região sul uma região definida no aspecto cultural. Os costumes gauchescos são preservados e, às vezes, praticados no convívio social daqueles que, ainda, tentam manter, até hoje, a tradição que é passada às gerações vindouras.

A região do Rio Grande do Sul desenvolveu um padrão cultural em que o gaúcho adquiriu costumes e fez deles o seu modo de viver até determinado tempo da história, tentou preservar essa cultura e passá-la de geração a geração para que não viesse a ser esquecida no tempo, assim alguns desses costumes ainda são praticados e conservados.

No que concerne à origem da palavra gaúcho³, há muitas divergências, ou seja, alguns autores afirmam que o termo provém do guarani e significaria “homem que canta triste”, referindo-se, provavelmente, à cantiga dos ventos minuanos. A maioria dos autores rio-grandenses, no entanto, aceita outra explicação: que seria órfão e designaria os filhos de índia com branco português ou espanhol. Até a metade do século XIX, os aventureiros, ladrões de gado e malfeitores, homens “sem lei, nem rei”, que viviam nos campos, eram chamados gaúchos. Antes, porém, quando toda a atividade resumia-se à extração do couro do gado selvagem, os habitantes do Pampa eram designados como “guascas”, palavra que significa “tira de couro cru”, mais tarde, por volta de 1770, apareceu o termo “gaudério”, aplicado aos aventureiros paulistas que abandonavam as tropas regulares para tornarem-se coureadores e ladrões de gado.

Meyer (1979, p. 19), refere que o vocábulo gaúcho está associado ao gaudério, que é aplicado aos aventureiros paulistas, que desertavam das tropas regulares, identificando-se com a vida rude dos coureadores e ladrões de gado. Assim, esses homens sem lei, que mantinham um equilíbrio instável entre o índio e o branco, foram aproveitados, muitas vezes, na guerra

³ Pesquisa feita no site www.guapos.com.br acessado novembro de 2010.

como campeiros ou bombeiros. Essa atividade marginal estendeu-se por mais de um século da história do pampa.

Para o autor (1979, p. 23), o sentido pejorativo da palavra gaúcho manteve-se inalterado até meados do século XIX. Ainda, de acordo com Meyer (1979, p.42), o estudo semântico da palavra gaúcho mostra como é difícil sustentar os velhos preconceitos de uma homogeneidade cultural, pois deve-se levar em consideração o critério de aculturação. Aceitar o prejuízo da homogeneidade social ou política de um grupo rio-grandense é prosseguir na cultura de uma história em que tudo parece acontecer.

O autor (1979, p. 28) aborda, ainda, o gaúcho de vida solta, vivendo no latifúndio, pastoreio patriarcal, abundância de gado alçado, fronteira aberta. Assim, o vocábulo adquiriu outros valores, ora vagabundo, mas valente nas guerras; coureador por sua conta, mas excelente campeiro; arisco, indócil, mas agradecido quando bem tratado. Dessa forma, afastando-se do termo gaudério, o vocábulo gaúcho passou a ter outros sentidos.

Hohlfeldt (1998, p. 116) indica que o final da Revolução Farroupilha provocou, de um lado, a derrota e, de outro, a primeira organização administrativa verdadeira da província. Estava, dessa forma, sendo estruturada a sociedade com novos moldes e criando-se as magistraturas, sendo dividida a província em povoados com sedes administrativas, surgindo, também, as cercas divisórias entre as propriedades. Começava, naquela época, a marcação do gado. Assim, os proprietários de terras não mais aceitavam o gaúcho nômade, queriam sujeitá-lo a seu comando e controle, não tanto por força do reconhecimento da autoridade moral, militar e individual, mas em face dos bens que possuíam e entendiam defender.

Durante a época que segue à Revolução Farroupilha (1998, p. 116), percebe-se um período de paz surgido no âmbito de uma sociedade guerreira, que acaba por gerar a divisão social, vindo a sentir-se a diferença entre proprietários e despossuídos. Esses despossuídos, se não quisessem morrer de fome, marginalizaram-se em permanentes fugas e perseguições de que foram objetos a partir dessa época, ou serem assassinados sob a desculpa do abigeato, deveriam aceitar, desse modo, a proletarização, tornando-se peões; trabalhadores contratados pelo proprietário da terra. Trabalhavam, neste caso, mediante o aluguel de força de trabalho, às vezes, nem em troca de salário, mas de alguma carne, ou de algum pedaço de terra em que pudessem fixar a família e plantar algum produto para sobreviver.

Por volta de 1947, segundo César e Carvalhal (1994, p. 54), no período do Estado Novo, havia sido proibido o uso de bandeiras e outros símbolos oficializados pela administração estadual. Nesta ocasião voltaria ao Rio Grande do Sul um forte desejo de afirmação gauchesca, e, logo, alguns movimentaram-se e formaram movimentos organizados,

com estatutos, carta de princípios, congressos periódicos e manifestações sociais. Essas entidades formadas deram início aos Centros de Tradições Gaúchas, que são locais que estimulam o cultivo de velhos costumes gaúchos.

O gaúcho solitário, assinalou César e Carvalhal (1994, p. 29), marginalizado, entregue a uma atividade aventureira, numa fronteira agitada pelas rivalidades entre Portugal e Espanha, foi o primeiro tipo a apresentar-se no contexto regional, tornando-se o representante de uma “raça”. De fato é que os gaúchos da idade do couro só se diferenciaram dos demais ocupantes da terra pelo seu meio de vida e pelas técnicas empregadas. O habitante da Campanha demonstra a galhardia, a coragem, a lealdade, o desprendimento de uma figura perfeita. Esse modelo, de acordo com o autor, em que se uniu o “monarca das coxilhas”, o “centauro dos pampas”, tem servido como exemplo para mostrar outra face do gaúcho regional.

Cumpre, ainda, acrescentar que, desde o fim do II Reinado, de acordo com César e Carvalhal (1994, p. 36), até 1923, a história política do Rio Grande do Sul girou em torno da fronteira, sendo a Campanha marcada como a parte mais atuante do processo rio-grandense. Depois de 1922, o eixo da política e da economia deslocou-se para os municípios mais próximos de Porto Alegre, para o complexo agro-industrial criado com a colaboração de imigrantes alemães e italianos. Dentro desse contexto, o gaúcho passou a situar-se ao lado do operário das grandes cidades, sendo membro participante dessa sociedade. É nesse momento que se percebe a mudança no estilo de vida fronteiriço, aparecendo também o “colono”, entendido não apenas como descendente de estrangeiro, mas como aquele que vive no campo. Ao invés da bravura do gaúcho de outrora, do sentimento latente, pronto a “compra” briga, configura-se o oposto, ou seja, a paciência, a conduta civil, a poupança, a integração no grupo por intermédio da família, resumindo, vem à tona um ser que sofre sem a teatralidade do guasca os dramas da sua condição humana.

José de Alencar, prosador romântico brasileiro, por volta de 1870, introduz oficialmente o tipo rio-grandense na literatura brasileira quando publica a obra “*O Gaúcho*”, mesmo já havendo, na História, relatos nas crônicas dos viajantes e nos cantos de monarquia gerados pela cultura, foi com a autorização de José de Alencar que o tipo apareceu, na ficção, com sua imagem heroica.

O termo guasca, conforme Reverbel (1986, p. 80-84), designaria o campeiro rio-grandense, nunca teve sentido pejorativo, mas tinha ainda uma conotação discriminatória, pois era como os cidadãos referiam-se aos homens do campo. O autor informa que o gaúcho primitivo teve procedência étnica no cruzamento entre espanhóis, portugueses e índios. O

índio contribuiu mais no tipo platino, enquanto dos espanhóis e portugueses recebeu como legado o cavalo e a faca, que servia de arma e era o único instrumento de trabalho no abate do gado e na preparação do couro. A faca também era utilizada para cortar a carne assada. Do índio, ficaram as boleadeiras, o poncho, o mate e a vincha, usada no pampa rio-platense. Tanto o gaúcho platino como o rio-grandense, uniram à sua linguagem elementos indígenas, e, em menor escala, negros, misturando-os ao português e ao espanhol.

Assim, até 1619, segundo o autor (1986, p. 86), a população era praticamente indígena. Nesse ano, apareceu o padre Roque Gonzalez, que foi o primeiro a entrar em terras do Rio Grande do Sul. Veio com o objetivo de cristianizar, civilizar e incorporar à coroa da Espanha os índios que habitavam à margem esquerda do rio Uruguai. Em 1636, fundaria a redução de São Nicolau. De 1635 a 1637, os Sete Povos das Missões sofreram ataques predatórios. Em 1680, fundou-se a Colônia do Sacramento. Nessa mesma época, em território rio-grandense, o gaúcho começava a firmar-se, ou seja, tomar realmente o sentido de gaúcho.

Para Reverbel (1986, p. 88), o vocábulo gaúcho afastou-se dos significados primitivos, assumindo um sentido de exaltação. O sentido tomou outras proporções, deixando de significar gaudério, um marginal, passando a identificar o campeiro destro e desembaraçado nas lidas do pastoreio e pronto a transformar-se do campo para atar como soldado. Esse novo tipo social associou-se ao trabalho rural estável e ao serviço militar.

Dessa forma, consoante Reverbel (1986, p.97), no século XVIII, o habitante sulino queria ser estancieiro, avançando nas sesmarias, hoje em dia, a população quer ser tradicionalista, invadindo os “cetegês”, segundo o autor, em todos os lugares onde há gaúchos surgem “cetegês”, com seus galpões, churrasqueiras, cantorias, bailes, mate amargo, a moçada toda pilchada, sendo assim, os Centros de Tradições conformam uma projeção do monarca das coxilhas, demonstrando que era bem maior o número do que se imaginava aqueles que se orgulhavam de ter suas raízes ligadas no mundo que envolvia cavalos criados pelo campeador rio-grandense, o gaúcho. Como menciona o autor, é como ser o possuidor de um legado histórico, marcado por episódios que deixaram marcas, circunstâncias que reuniram herdeiros do mesmo testemunho, gringo e guascas, derrubando o tabu de raças puras, consagrando, assim, a mestiçagem.

Alves e Baumgarten (2001, p. 37), defendem ainda a ideia de que o vocábulo “gaúcho” nem sempre possuía um sentido heroico, ou seja, no período da colônia, o habitante da província era o “guasca” ou “gaudério” e esses termos eram destinados para aqueles que representavam os aventureiros que andavam sem destino. No final do século XVIII, esses homens receberam a denominação de “gauxos” e só na metade do século XIX, com o

surgimento da estância como empresa que visava ao lucro, ocorreu a alteração no significado do termo, aparecendo “gaúcho” para qualificar o peão, cujas tarefas são pastoris, mas podendo vir a ser militares sempre que a propriedade ou o território estiverem ameaçados.

Os autores (2001, p. 114) afirmam, ainda, que o regionalismo gaúcho buscava criar uma identidade brasileira, através de uma literatura nacional que demonstrasse nossas peculiaridades. Assim, o vocábulo “gaúcho” que antes era um mito, passou a carregar uma significação, ou seja, passou a representar um “ser fundador” que mudou o espaço no qual estava inserido. Para os autores, a criação deste mito fortaleceu o regionalismo.

Assim sendo, de acordo com Alves e Baumgarten (2001), na segunda metade do século XIX, a elite rural sul-rio-grandense enfraqueceu economicamente, perdendo a atividade rural espaço para as atividades urbanas. Dentro desse contexto, o mito do gaúcho foi construído para valorizar o peão (gaúcho) que contraditoriamente estava em declínio.

Gomes (2009, p. 11), menciona que, ao analisar o sujeito histórico que definiu e que acabou por personificar os habitantes do Rio Grande do Sul, os estudiosos fixaram uma personagem que identificaram como “tipo-social-ideal” do sulista, ou seja, o gaúcho.

Dessa forma, conforme a pesquisadora (2009, p. 14), no sentido de apurar como foi construída a forma de viver do gaúcho original, percebe-se o quanto de construção deliberada e de invenção existiu na consolidação da imagem deste ser que acabou por representar toda a população rio-grandense.

Hoje⁴, há a presença dos CTGs (Centros de Tradições Gaúchas), que procuram manter vivo o sentimento farroupilha, buscando dar um contexto significativo no que tange à vestimenta, aos costumes como danças, churrasco, chimarrão. Cabe destacar que o primeiro CTG a ser fundado, em 1948, apareceu em Porto Alegre, cujo nome evocava a Revolução Farroupilha, instituído por estudantes secundários vindos das áreas pastoris, nas quais se praticava a pecuária em grandes latifúndios, ele serviu de modelo a centenas de centros semelhantes, que se espalharam pelo Rio Grande do Sul e por outros estados.

Chaves (1988, p. 57), argumenta que a tradição privilegiou a imagem do gaúcho como aquele indivíduo macho e guerreiro, corajoso na luta contra o inimigo, aquele que explora a imensidão do campo e aquele que é inseparável do seu cavalo.

O autor (1988, p.57) enfatiza que, na metade do século XIX, completou-se a organização da estância como empresa visando ao lucro e, juntamente, deu-se a mudança do significado aparecendo a palavra gaúcho para designar o peão e o guerreiro, ou seja, o homem

⁴ Segundo o que consta no site www.guapos.com.br acessado em novembro de 2010.

da estância, cujas tarefas são pastoris, mas podem vir a ser militares sempre que a defesa da propriedade e do território se faça necessária, aparecendo o herói, como resultado do círculo vicioso representado por latifúndios, pastoreio patriarcal, abundância de gado, fronteira aberta.

O gaúcho, pondera Chaves (1988, p. 58), é, por um lado, pastor envolvido no campo; por outro lado, o guerreiro em combate incessante contra o invasor da banda oriental. O gaúcho é, assim, o fruto de uma transição histórica. Para esse autor, à medida que o gaúcho foi se distanciando das origens, também foi engrandecido, ou seja, tornou-se herói fazendo-se protagonista de uma série de ações heroicas que vão desde as Guerras Platinas à Campanha do Paraguai, passando pela Revolução Farroupilha de 1835. Assim, o processo de construção do gaúcho como campeador e guerreiro acha-se envolvido num espaço histórico onde suas características como coragem, virilidade, perspicácia e mobilidade, são exigidas todo momento.

Hohlfeldt (1982, p.13), por sua vez, considera que o gaúcho imaginado por José de Alencar no romance *O Gaúcho* está muito ligado à própria forma da natureza que o rodeia: à descrição da paisagem e das criaturas que habitam, ou seja, animais e homem. Segundo o mesmo pesquisador (1982), José de Alencar viu no homem civilizado a semente da destruição da natureza. Sua personagem, enquanto herói, pleno de valores positivos é primitivo e selvagem, guardando as características da natureza a que pertence. Preocupava-se o romancista em descrever a natureza e identificá-la com suas personagens, tomando partido quanto aos acontecimentos históricos que relatam como pano de fundo a Revolução Farroupilha, chegando a trabalhar com personagens históricos como Bento Gonçalves e Canabarro.

Dreys (1961, p. 146-147), diferencia a figura do rio-grandense como um homem que tem uma espécie de aliança contraída com o cavalo, entendido como auxiliar indispensável da vida no campo e cooperador assíduo de quase todos os seus movimentos, homem que veste indumentária característica e manifesta preferência pelo cavalo como meio de locomoção e “companheiro” inseparável. Dreys (1961), ademais, não descreve o cavalo para o gaúcho como apenas um companheiro; o cavalo é adornado e, muitas vezes, mostra a posição social do habitante do Rio Grande do Sul.

O autor (1961, p. 14) ainda, esclarece que o ponche é o vestido de obrigação para o rio-grandense, é vestimenta característica, a que mais convém aos indivíduos viajantes; protegendo-os do frio e da chuva, mas, em campanha, o ponche estendido sobre quatro estacas improvisa, no meio dos campos ou dos matos, uma barraca onde o dono pode

recolher-se para dormir abrigado do mau tempo da noite. É debaixo do ponche que são escondidas as armas, que ficam preservadas da umidade. Segundo o autor, o rio-grandense, em marcha, levava consigo uma clavina amarrada no arção da sela, pendurando, ao seu lado, uma espada cujos copos eram de prata; na bota direita, trazia uma faca de cabo de prata, metida em bainha também de prata. Há, também, o laço e as bolas. O laço, corda comprida de couro entrançado, é a arma mais utilizada pelo homem rio-grandense, servindo para subjugar, na imensidão dos pampas, o gado, o cavalo solto. As bolas ou boleadeiras são compostas por três pedras ligadas separadamente no escroto de algum quadrúpede e amarradas cada uma na ponta de uma guasca de certo comprimento, é uma arma mais terrível e destruidora que o laço. O cavaleiro depois de ter enroscado as guascas, segurando uma das bolas na mão, imprime às outras um movimento de rotação por cima da cabeça e larga-as repentinamente pela tangente. Estas duas armas são, às vezes, as únicas que ele tem, e nunca o gaúcho era visto sem elas.

Para o autor (1961, p. 161), o gaúcho gosta de jogar cartas e fumar o cigarro, jogar cartas até no meio do campo, estendendo o seu xiripá no chão, serve-lhe como mesa para receber as cartas no jogo. Segundo esse autor, a forma de se alimentar do rio-grandense é o mais conveniente para sua força física e para manter uma boa saúde, em geral, o rio-grandense é carnívoro e, assim sendo, nem toda a qualidade de carne agrada-lhe, procura, de preferência, uma fibra sólida e substancial, a carne de vaca é a preferida, um pedaço de carne assada no espeto é a comida de predileção. Ele usa também vegetais associados com as carnes ou preparados à parte, porém com algumas modificações, é o caso do vinho na canjica que é considerado um nutriente tônico favorável ao estômago.

Pozenato (1974, p. 22), indica que a formação cultural do Rio Grande do Sul, desde o início, foi composta por complexa série de proveniências, isto é, a junção de guaranis, espanhóis, paulistas, lagunistas, mineiros, açorianos, além de outras origens. Cada um desses grupos trouxe consigo a cultura de formação, ou seja, suas origens carregadas de valores e, assim, transplantando-a para a convivência com as outras. A luta pela estabilização da fronteira acabaria determinando-lhes uma mistura, sem prejuízo da permanência de algo peculiar. Essa peculiaridade residiria nas diferenças da tarefa cotidiana, que foi, desde o princípio, pastoril e agrícola. A atividade agrícola, localizada na região litorânea, não teria a mesma importância, em relação à grandeza e ao prestígio, da atividade pastoril. Dessa forma, o fazer guerreiro de um lado, e o trabalho de pastoreio nos campos da região fronteira de outro, é que marcaram o modo gaúcho no início do povoamento.

Segundo o autor (1974, p. 23), em nenhuma outra região do Brasil, a tradição adquiriu forma tão própria como no Rio Grande do Sul. Isso não se deve apenas às tarefas específicas realizadas, que exigiam um modo de viver particularmente áspero e primitivo, mas, também, em especial, às condições em que eram realizadas. Em contraposição ao isolamento, os primeiros rio-grandenses foram, desde logo, levados a um sentimento de integração com a nacionalidade. Era em nome da integridade do território brasileiro que eles lutavam, e a ameaça contínua que pesava sobre seus haveres e sobre seu fazer cotidiano fez com que eles sentissem a importância da autonomia e da independência.

Pozenato (1974, p. 23) anota que, a vontade de integração é um dos fatores que explica a Guerra dos Farrapos que, por sua longa duração e pelo envolvimento popular que significou, deixaria profundas marcas na cultura rio-grandense. O autor relata, ainda, que, com a chegada dos colonos alemães e italianos, em 1824 e 1875, respectivamente, a cultura local do Rio Grande do Sul possuía suficiente unidade para se impor como padrão principal de cultura.

César e Carvalhal (1994, p. 27), por sua vez, afirma que a campanha é a terra do gaúcho, trata-se de um descampado em que ele vive, aquém da fronteira com a República do Uruguai, cobrindo o chamado pampa rio-grandense. É uma região fortemente caracterizada pelos contrastes da História, tendo sido palco de uma relação social em que a economia pastoril, os conflitos e as rivalidades de fronteira fixaram muito cedo marcas próprias. Nesse contexto, viveu o gaúcho da fase heroica, criado à lei da aventura, desde o começo do século XVIII.

Em conformidade com César e Carvalhal (1994, p. 28), inicialmente, o gaúcho, atuou em três zonas, ou seja, em torno da Colônia do Sacramento, na Serra de Maldonado e nas pontas do Rio Negro. Coureadores, tropeiros, ex-milicianos ou contrabandistas de gado, cruzaram o território rio-grandense, atravessando de um lado ao outro Jaguarão, Quaraí e a Serra do Aceguá, chegando até as barrancas do Rio Uruguai, em busca dos rebanhos de gado missioneiro.

O autor (1994, p. 51) ressalta que o gaúcho sempre teve a marca peculiar de sua vida rural. Ainda sob a Colônia, o gaúcho teve consciência de seu papel na criação, dentro da Campanha, de um centro de resistência ao expansionismo de tipo monopolista dos espanhóis. Aos poucos, no seu isolamento geográfico, a alma sofrida e o corpo cheio de cicatrizes fizeram dele um homem sedento de Brasil, nação pela qual daria o sangue e os bens.

Zilberman (1992, p. 50), afirma que os valores vividos entre os gaúchos sustentam a unidade entre eles, destacando-se a coragem, a disponibilidade para a luta e o desejo de liberdade. Para a autora, o gaúcho é um indivíduo envolvido numa ordem social que defende

e luta por ela. Ao mesmo tempo, esse gaúcho, integra-se a uma ordem natural, revelando, assim, afinidades com o espaço, o pampa, a Campanha.

Alves e Baumgarten (2001, p. 16) analisam, que a tradição da literatura gaúcha é uma cultura regionalista, que, em todo seu caminho, teve como vantagem a figura do gaúcho, a paisagem particular, os hábitos e os costumes. A história forneceu vários elementos para que a literatura do Rio Grande do Sul pudesse desenvolver-se, como a formação do estado, as guerras que delimitaram as fronteiras, os diferentes grupos étnicos que participaram da colonização do Estado, as revoluções internas e vários fatos que passaram a fazer parte de uma visão original e exclusiva da região.

Segundo os autores (2001, p. 33), para que houvesse uma consolidação do Rio Grande do Sul como uma nova força política capacitada, fazia-se necessária a mudança de imagem dos habitantes deste Estado frente aos demais estados do país. Desse modo, principiou uma das mais veementes campanhas de consolidação do povo gaúcho como um povo que amava e respeitava o seu país. Conforme os autores, a Revolução Farroupilha foi a revolução do povo gaúcho contra a tirania do governo central, de tal forma que o gaúcho rio-grandense passou a ser visto, depois da Revolução Farroupilha, como um homem que não é nômade, que detém um alto grau do espírito de nacionalidade e demonstra um grande apego à ordem, à disciplina e à estabilidade. Por outro lado, o gaúcho platino é visto como nômade, possuidor de espírito localista, a anarquia e a ausência de uma alma nacional. Deu-se, dessa maneira, o abraqueiramento da Revolução Farroupilha e a conseqüente construção do mito do gaúcho brasileiro.

Os autores (2001, p. 35) ainda apontam que a Revolução Farroupilha é a pioneira e a mais brasileira de todas as revoluções liberais do Império, mas foi na Revolução Federalista que prevaleceu a figura do gaúcho malo, ou seja, aquele despido de cavalheirismo, ao invés do monarca das coxilhas, amante da terra onde vive, educado e respeitador dos costumes e dos valores de sua sociedade.

Reverbel (1986, p. 65) explica, além disso, que o gaúcho, no Prata, ocupou um espaço social, cultural e histórico muito abrangente, com as características que o tornou único naquela região. Segundo o autor, no Brasil, o gaúcho conformou um espaço, compreendendo de uma parte, os meios de produção, no caso, o pastoreio que deu origem a diferentes tipos sociais no país. Segundo ainda o autor, havia outras características comuns entre os gaúchos das três áreas, como montar a cavalo, o luxo dos apetrechos de montaria, mas com relação à indumentária havia diferenças bem marcantes, acentuando estilos diversos.

4.1 A construção do herói gaúcho

O herói gaúcho, no contexto histórico rio-grandense, é aquele que tem características próprias, atitudes e qualidades necessárias para torná-lo uma personagem significativa dentro das narrativas as quais serão analisadas, em que assume determinado estilo na época em que a obra foi produzida.

Tendo como cenário o Rio Grande do Sul, analisa-se o herói desta região e como esse conceito formou-se no decorrer da história, dentro do padrão cultural regional, pois a figura do herói é vista em tempos distintos, épocas históricas determinadas com suas próprias características temporais. O herói será analisado dentro das narrativas, paralelamente abordagem conceitual.

Kothe (1987, p. 6) determina que ao contrário do que pensa o idealismo, não é a consciência que determina o ser, mas é o ser social do homem que determina a sua consciência, assim todas as sociedades históricas são sociedades de classes e havendo uma classe “alta” e uma classe “baixa” reflete-se de modo importante na literatura, tanto no modo de ser das personagens e dos enredos quanto na hierarquia dos gêneros e das obras. Assim, o “alto” e o “baixo” da sociedade relacionam-se de várias maneiras na literatura e faz o alto parecer como elevado e mostra o baixo como inferior, correspondendo à própria possibilidade de a classe dominante dominar ideologicamente a sociedade.

Para o autor (1987, p. 8), enquanto dominante, o herói é estratégico para decifrar o texto como contexto estruturado verbalmente. Nesta compreensão, as obras literárias são sistemas que reproduzem em pequeno tamanho o sistema social, o herói é a dominante que ilumina estrategicamente a identidade de tal sistema. Dessa forma, seguir o percurso e a tipologia do herói é procurar as pegadas do sistema social no sistema das obras.

Em Lopes Neto (1998), a figura do herói é vista nas personagens dos contos. No conto “Trezentas Onças”, por exemplo, o gaúcho é retratado como o homem honesto, o tropeiro, o cumpridor de seu dever, mesmo pertencendo a uma classe social baixa, no caso peão de estância. A preocupação de fazer o seu trabalho bem feito e a sua responsabilidade faz dessa personagem alguém que se encontra em uma época, que não havia muitos recursos, ou seja, a tecnologia não havia chegado, ainda assim, nesse ambiente, procura desenvolver seu trabalho diário.

Pois amigo! Não lhe conto nada! Quando botei o pé em terra na ramada da estância, ao tempo que dava as-boas-tardes! – ao dono da casa, agüentei um tirão seco no coração... não senti na cintura o peso da guaiaca!

Tinha perdido trezentas onças de ouro que levava, para pagamento de gados que ia levantar.

E logo passou-me pelos olhos um clarão de cegar, depois uns coriscos tirante a roxo... depois tudo me ficou cinzento, para escuro...

Eu era pobre mui pobre – e ainda hoje, é como vancê sabe... -; estava começando a vida, e o dinheiro era do meu patrão, um charqueador, sujeito de contas mui limpas e brabo como uma manga de pedras... (LOPES NETO, 1998, p. 19).

Outra obra que configura a presença de um herói, mas, agora, não podendo mais usufruir da paisagem natural, e nem tirar os recursos dela para viver, é o romance de Cyro Martins “*Estrada Nova*”. Nessa narrativa, a figura do herói está na personagem Janguta, o qual luta por ficar nas terras que ajudou a prosperar com o seu trabalho, mesmo não tendo os recursos suficientes para manter a propriedade. É obrigado a retirar-se e entregar as terras para quem teria o domínio delas.

- Às vezes não se trabalha tanto assim como se conta, o negócio é mais no papo furado. Ou se ganha e se bota fora.

- Não duvido que nalguns casos seja assim, mas o meu pai é um homem que toda a vida forcejou muito e ganhou pouco. O senhor é testemunha.

- É, sim, o Janguta é um bom velho. Aprecio o Janguta.

- Mas, se o aprecia, por que mandou o subprefeito intimá-lo a sair de lá? (MARTINS 1975, p. 101 - 102).

Kothe (1987, p. 12) divide o herói em categorias, sendo os heróis clássicos os da classe alta, que procuram demonstrar a “classe” dessa classe. Assim, segundo o autor, classificar a tragédia e a epopeia como gêneros maiores e ver, nos seus heróis, apenas o elevado seria desconhecer a diferença básica entre o herói épico e o herói trágico. Mesmo que constitua boa parte de sua grandeza através de uma série de baixezas, como mentir, enganar, matar, a narrativa épica clássica, adotando o ponto de vista do herói, trata de mudar a negatividade em positividade, e o herói épico tem um caminho mais pelo elevado do que o herói trágico, cujo percurso é a queda. De acordo ainda com o autor, o herói épico e o herói trágico unem em si, em seu caminho, as duas pontas do alto e do baixo.

Segundo o autor (1987, p. 46) o esperto não é apenas um herói trivial às avessas, que, ao invés de querer mostrar o alto como elevado, procura mostrar o baixo como inferior, geralmente, trata-se de um texto escrito em primeira pessoa, fazendo de conta que se dá a palavra a uma personagem de extração social baixa, não faz a defesa do socialmente baixo, isto é, tende a ridicularizá-lo. É, assim, a caricatura avessa do capitalista e a sua louvação é a preguiça e a vagabundagem que carrega em si um implícito protesto contra o trabalho alienado.

Kothe (1987, p. 66), menciona que, nas obras clássicas gregas, as grandes personagens eram sempre aristocratas, ou seja, donos de terra, gado e gente, fazendo com que, para conseguir elevar-se literariamente, fosse preciso ser socialmente elevado, mas desde o naturalismo tem-se uma tendência à total reversão desse esquema. Nos clássicos modernos, segundo o autor, as personagens de extração social alta tendem cada vez mais a se mostrarem como baixos, para poder ser um herói elevado sem ser trivial, isto é, cada vez mais a grande personagem tende a ser de extração social baixa.

O herói da narrativa trivial, afirma Kothe (1987, p. 71), é um pseudo-herói, pois, aparentemente arrisca a vida, de fato, ele sempre vence, ele serve apenas para assegurar que o sistema vigente é superior. Quanto mais esse herói é pseudo-herói, tanto mais se necessita fazer dele um super-herói. Esses heróis aparentemente correm grandes perigos e só, no último instante, salvam a situação e a si mesmo.

Assim, de acordo com Kothe (1987, p. 84), a evolução da sociedade empurra a fantasia dos autores para o horizonte da utopia social. O realismo do grande escritor é a fidelidade ao real enquanto ser e vir a ser, ou seja, desconhecer a sociedade sem seus problemas seria cair numa abstração vazia, mas tentar reproduzir a sociedade apenas segundo a fachada construída pelos interesses dominantes seria desconhecer a sua estrutura interior, os seus fundamentos.

Segundo o autor (1987, p. 88), o percurso do herói ao longo da literatura ocidental mostra uma tendência no sentido de inverter a posição clássica antiga de só admitir, como heróis elevados, personagens de extração social alta. Dessa forma, o estudo do herói é um modo estratégico de se abordar a dominante das narrativas literárias e não-literárias, artísticas e triviais. Dessa forma, a História torna-se história, as histórias revelam-se como História e os vários tipos de heróis e o papel que lhes cabe em diferentes momentos históricos são um modo de responder o desafio colocado pela contradição de forças sociais.

Silva (1983, p. 700), define herói como aquele que está extremamente ligado aos códigos culturais, éticos e ideológicos, relevantes numa determinada época histórica e numa determinada sociedade. Assim sendo, segundo o autor, em dados contextuais socioculturais, o herói espelha os ideais de uma comunidade ou de uma classe social, encarnando os padrões morais e ideológicos que essa comunidade ou classe valorizam.

No neoclassicismo (1983, p. 700), o herói inscreve-se sempre num espaço ético-ideológico privilegiado, sendo inconcebível a existência de um herói que, pela sua condição social, pela sua psicologia, pelo seu comportamento moral, viesse pôr em causa os valores socioculturais oficializados e aceites pelos grupos sociais hegemônicos. Dessa maneira, para o

autor, em outros contextos históricos e sociológicos, o herói, ao invés de se conformar com os padrões aceites e exaltados pela maioria da comunidade, aparece como um indivíduo em ruptura e conflito com tais padrões, valorizando o que a norma social rejeita e reprime. Neste sentido, conforme o autor aborda, o herói assume o estatuto de um anti-herói quando gera expectativa e julgado segundo a ótica dos códigos sociais majoritariamente predominantes.

Moreira (2000, p. 146) aponta que os motivos que levaram à Revolução Farroupilha e a sua continuidade deram à região uma identidade que, ligada aos bravos feitos guerreiros e definida em torno de heróis, deveria ser preservada e transmitida às sucessivas gerações. Dentro dessa visão, em que valentia, lealdade e coragem são resolutas, os chefes farroupilhas são apresentados como verdadeiros heróis, quanto às qualidades físicas se somam os atributos morais, a glorificação completa-se. A autora (2000) menciona que Bento Gonçalves, personagem da Revolução Farroupilha, é apresentado como guia herói, cujas façanhas são respeitadas.

Para Alves e Baumgarten (2001, p. 38), por volta de 1868, a temática literária rio-grandense trata do culto ao herói gaúcho, ao senhor das coxilhas, ao amante da liberdade e da igualdade, sendo os farrapos exaltados como defensores dos ideais libertários e republicanos. Segundo os autores, a literatura encarregou-se de mitificar o gaúcho como o monarca das coxilhas, delineando e, em seguida, conformando o mito do herói gaúcho, apresentando como um homem possuidor de grandeza, de hospitalidade, de amizade, de confiança, de audácia e de perspicácia. Esse mito, conforme os autores, nasceu como resultado do círculo vicioso com o aspecto do latifúndio, pelo pastoreio patriarcal, pela grande quantidade de gado alçado e pela fronteira aberta, tornando-se uma figura campeadora e guerreira.

Para os autores, o mito do gaúcho é uma narrativa de origem que se tornou sagrada e intocável, ou seja, com o mito, o indivíduo compreende-se como indivíduo e como sociedade, adquire bases para relacionar-se com o meio que vive. É através do mito, que se utiliza o espaço da fundação do Rio Grande do Sul, a paisagem da campanha, usa-se, também, o tempo passado que deu origem à atividade campeira e guerreira.

Em conformidade com os citados autores, o homem da campanha, o peão de estância, foi eleito como a figura ideal para representar o gaúcho, ganhando como valores físicos a força, a pele morena e o olhar esperto, ajuizado, e, como atributos morais, a honestidade, a lealdade, a franqueza e a valentia, sendo que, aquele que viesse a contrariar estas atribuições, passaria a ser visto como elemento indesejado.

Alves e Baumgarten (2001, p. 138) acreditam que o homem herói nada mais é que o peão de estância que, ao mesmo tempo em que se faz a mudança em mito, encontra-se no

início do processo de sua própria marginalização, que terminará com a migração para as periferias das grandes e médias cidades.

O conto “O Negro Bonifácio” de Lopes Neto (1998), configura-se como o herói aquele indivíduo de pele morena, valores físicos, um andarilho, que se relaciona com o meio em que vive. Nesse conto, a vida campeira da personagem proporciona momentos que poderiam mostrar sua valentia e habilidades, que só um homem do campo, um campeador possuía.

...Se o negro era maleva? Cruz! Era um condenado!... mas, taura, isso era, também! Quando houve a carreira grande, do picaço do major Terêncio e o tordilho do Nadico (filho do Antunes gordo, um que era negro), quando houve a carreira, digo, foi que o negro mostrou pra o que prestava...; mas foi caipora (LOPES NETO, 1998, p. 25).

No conto, a figura do herói apresenta-se como aquele que vive livremente, é audacioso e perspicaz, tendo coragem e ousadia para participar de situações que a vida no campo proporcionava. É considerado herói pelo seu posicionamento, pelas qualidades morais que caracterizavam o homem dessa época histórica.

Feijó (1984, p. 12) relata que todos os povos primitivos têm, em seus mitos, em seus ritos e cultos, a presença de vários indivíduos destacados, superdotados, valentes, diferentes da média dos homens, que são chamados de heróis. Segundo o autor (1984), foram os gregos que lhe deram o nome e foi, também, os mitos gregos os que mais sobreviveram, não se transformaram em religião e nem desapareceram da memória histórica. Assim, o nascimento do herói deu-se com o mito, que corresponde às crenças de um povo, do conjunto, da comunidade, da coletividade, dessa forma, ele torna-se verdade desse povo, mas não é a verdade comprovada em laboratório, é a verdade de uma mentalidade coletiva, isto é, um mito sobrevive num povo não porque lhe explique a sua realidade, mas por refletir um aspecto real desse mesmo povo.

As sociedades primitivas, segundo Feijó (1984, p. 13) procuravam num tempo remoto aquilo que pensavam ter perdido, ou seja, a vida eterna, para elas, esta se encontraria num passado tão distante que não se poderia medir. Dessa forma, a procura dela envolve ritos, cultos e lendas, como se isso autorizasse o seu retorno, sendo, assim, considerado o mito do eterno retorno. O mito seria, nesta concepção, um consolo contra a história e o herói, um consolo contra a fraqueza humana.

Feijó (1984, p. 22) analisa que, com o surgimento da sociedade diferenciada em classes sociais e com a cultura escrita e documentada, o herói, ultrapassando o mito, atingiu

um nova dimensão, ou seja, o herói histórico. A classe social dominante exerce o poder pelo controle da economia, da política e do imaginário por meio da ideologia, é nesse processo que o herói torna-se figura real. Segundo o autor, a partir do século VII a. C., houve uma tentativa de aproximar os heróis do passado longínquo em relação aos contemporâneos por meio dos jogos olímpicos. As cidades gregas obtinham a autonomia política e mandavam seus representantes para a cidade de Olímpia, a qual foi construída para esse fim, ali, deveriam provar serem os melhores entre os gregos para homenagear os deuses e heróis. Essas olimpíadas tornaram-se rituais de culto aos heróis e também uma forma de justificar o equilíbrio entre as cidades gregas.

As transformações ocorridas na Europa, entre os séculos **XV e XVI**, marcadas pelo desenvolvimento do comércio, pelo crescimento das cidades, pela formação dos Estados Nacionais e pelo Renascimento Cultural, segundo Feijó (1984, 26), fizeram com que a questão do herói começasse a ganhar autonomia na história. Neste aspecto, no plano cultural, os autores passaram a assinar suas obras e a comercializá-las, sendo reconhecidos por elas, é no mesmo período que aparece o conceito de gênio significando talento extraordinário de alguns, como condição inata. Na Idade Média, enquanto os donos de terras e do poder tinham o ideal da cavalaria como padrão de heroísmo, as coisas do povo apresentavam um quadro diferente. O sistema feudal, o qual se baseava em cultivar a terra e explorar os servos com diversas obrigações, fundamentava-se no poder da classe senhorial. Esse tipo de poder era sustentado por instituições, as quais autorizavam os senhores feudais a “proteger” os servos em suas terras, por intermédio do processo de suserania e vassalagem. O vassalo jurava fidelidade e trabalho constante ao vassalo o qual prometia proteção. Essa “proteção” durava até o limite do aumento populacional do feudo. Em virtude desta situação, uma grande parcela da população passa a vagar pela Europa abandonando as terras e, outros se tornam rebeldes, formando bandos armados, sendo que esses rebeldes não são vistos apenas como heróis corajosos e guerreiros, mas como representantes daqueles que em sede por justiça.

O século XIX, de acordo com Feijó (1984, p. 36 - 37), é marcado pelos efeitos da Revolução Francesa, as consequências da Revolução Industrial e do movimento operário organizado e, dentro desse contexto, a crença na existência de heróis ficaria no âmbito de dois fatores, primeiro, a ideologia conservadora, interessada em mistificar a história para evitar transformações e, segundo, a alienação a que todos os indivíduos estão submetidos no capitalismo. Neste particular, forma-se a ideia que a crença na capacidade do herói em fazer a história é sempre a desconfiança com relação à capacidade dos indivíduos de se organizarem

para atingir seus fins e a espera do herói é sempre a espera que o outro faça aquilo que o próprio indivíduo seria incapaz de realizar.

Já no século XX (1984, p. 39), as revoluções tiveram um ponto em comum, ou seja, elas eram-se em países atrasados economicamente e a liderança delas quase sempre esteve nas mãos de um pequeno grupo organizado, deste cenário, emergem dois tipos heróicos, o de partido e o guerrilheiro, heróis das revoluções contemporâneas. Em face destas considerações teóricas, segundo Feijó (1984, p. 49), o herói nasceu do mito, da separação do mito e da alienação da realidade nasceu o herói da história, sendo este uma invenção humana, isto é, passando da elaboração racional, ganhando privilégio de verdade, separando-se do mito, da poesia, da imaginação e servindo à ideologia dominante.

No mito, para Feijó (1984, p. 61), o que prevalece é o destino, do qual nenhum homem escapa; na tragédia, o que se destaca é a luta do herói contra o destino, o herói trágico é derrotado diante da força do destino, mas é isso que o humaniza. O herói trágico não se conforma com o seu destino, ao contrário do herói épico que está mais próximo do herói moderno da poesia e do romance.

Na mitologia, segundo Feijó (1984, p. 62), o herói é divino e, na poesia épica, é unidade de sentimento e ação; na história, é separado da realidade e, na literatura, o destino do herói é a sua iniciação, ou seja, a descoberta de si mesmo. No século XX, conforme o autor (1984, p. 77), os mais importantes autores foram aqueles que levaram mais fundo a compreensão de suas próprias obras, procurando descobrir os mistérios da criação, situação em que o herói transformou-se não apenas em uma categoria que faz parte da criação, mas um motivo de reflexão. Já na cultura brasileira, os heróis aparecem na forma de dois tipos, isto é, o herói de ordem, o qual ora aparece com seriedade, ora aparece ironizado e o herói da desordem, que se encontra o herói quase sempre na figura do malandro.

Na narrativa “*A parede no escuro*”, Martins (2008), a personagem Seu Fojo é um gaúcho que preserva os valores rio-grandenses apenas em algumas partes do vestuário, por exemplo, a bombacha, pois a vida urbana tornou-o um homem comum participando da rotina urbana. O conto “*Velhos*”, de Faraco (1995), também, descreve aquele gaúcho que se habituou a viver, paralelamente, com os costumes da cidade, um tendo momento no campo, em algumas vezes, para divertimento. Não há, neste conto, um herói precisamente identificado pelo narrador, as personagens são gaúchos descritos com hábitos citadinos, mas ligados ao campo pela formação gaúcha do povo.

A figura do herói gaúcho, nestas duas obras contemporâneas mencionadas, tornou-se apenas uma criação dentro das narrativas, as personagens aparecem não mais vinculadas em

seu meio natural, a campanha. Assim entendido, o herói contemporâneo seria aquele que luta contra o seu destino, apesar de ter tido que sair da sua região natural, procura preservar a tradição rio-grandense em seu dia a dia.

O Seu Fojo sem olhar. Camisa xadrez, vermelho com bege, manga curta, bombacha de tergal cinza, sem cinto, sandálias de borracha. Ele se virando para o tanque fazendo de conta (MARTINS 2008, p.122).

Sizenando costumava chegar às dez horas, mas, ultimamente, tivera de cambiar seus hábitos. Maria Luíza, que sempre desapreciara a mesmice do campo, de súbito passara a preferi-la, nos fins de semana, à variedade citadina: chegava sexta à tardinha, com os pais, ficando até segunda ou terça (FARACO, 1995, p. 102 – 103).

5 NARRATIVAS LITERÁRIAS: ASPECTOS TEÓRICOS E ANÁLISES TEXTUAIS

Tendo em vista que serão analisadas obras literárias de cunho narrativo, faz-se necessário abordar algumas questões teóricas a respeito dos aspectos estruturais da narrativa com o intuito de verificar, depois, o modo como são utilizados pelos autores gaúchos em suas produções ficcionais.

Os elementos estruturais da narrativa tornam cada obra literária peculiar, pois definem tempo, espaço, personagens e tipos de narradores, que constituem tópicos fundamentais para o desenvolvimento da obra que serão analisados relacionando-as à época e à estrutura.

Gancho (1997, p. 6) considera, que narrar é uma manifestação que acompanha o homem desde a sua origem e as gravações em pedra, nos tempos da caverna, já eram manifestações narrativas, os mitos, ou seja, as histórias das origens de um povo, de objetos ou de lugares, que foram transmitidas de geração a geração, também são consideradas narrativas. Da mesma forma, a Bíblia compreende várias narrativas, no antigo e no novo testamento, mesclando histórias populares, ensinamentos religiosos dali emanados etc. Por isso, segundo a autora, considera-se modernamente um número significativo de narrativas, como novelas, desenho animados, filmes de cinema peças de teatro, notícia de jornal, enfim muitas formas de narrar, oralmente ou por escrito, em prosa ou em verso, usando imagens ou não. Para a autora (1997, p. 6) o gênero narrativo é um tipo de texto literário que pode ser definido de acordo com a estrutura, com o estilo e a recepção junto ao público leitor/ouvinte.

Conforme Gancho (1997, p. 9), toda narrativa estrutura-se sobre cinco elementos ou fatos, as personagens, o tempo, o espaço e o narrador, sendo que o enredo é o conjunto dos fatos de uma história tendo a se observar, nele, a sua estrutura e a sua natureza ficcional.

A verossimilhança, de acordo com a autora (1997, p. 10), é a lógica interna do enredo, a qual o torna verdadeiro para o leitor, sendo a essência do texto de ficção. Nesta compreensão, os fatos de uma história não necessitam ser verdadeiros, ou seja, corresponderam exatamente a fatos ocorridos no universo exterior ao texto, mas devem ser semelhantes à verdade, isto é, mesmo sendo inventados, o leitor deve acreditar no que lê. Adotada esta perspectiva, segundo a autora, a credibilidade vem da organização lógica dos fatos dentro o enredo, ou seja, a verossimilhança é verificável na relação causal do enredo, cada fato tem uma causa e desencadeia uma consequência.

Conforme a autora (1997, p. 10), não basta entender-se, contudo, a organização dos fatos no enredo, ou seja, que toda história tem começo, meio e fim, é necessário compreender o elemento estruturador, que é o conflito. Este pode ser entre duas personagens, entre a

personagem e o ambiente, não importa, o que interessa é que o conflito possibilita ao leitor-ouvinte criar expectativa frente aos fatos do enredo. Os conflitos podem ser encontrados nas narrativas de diversas formas como morais, religiosos, econômicos e psicológicos, sendo este último o conflito interior de uma personagem que vive uma crise emocional.

Gancho (1997, p. 29) explica que narrador não é autor, ou seja, as variantes de narrador em primeira pessoa ou em terceira pessoa podem ser inúmeras, sendo que cada autor cria um narrador diferente para cada obra. O narrador é, portanto, apenas uma entidade de ficção, sendo uma criação linguística do autor e só existe no texto.

A autora (1997, p. 3) considera que, numa narrativa, é possível distinguir dois níveis de linguagem, isto é, do narrador e das personagens, sendo que a linguagem das personagens varia de acordo com as condições socioeconômicas de seu meio, a idade, o grau de instrução e ainda a região em que vivem. Os discursos são, pois, as possibilidades que o narrador dispõe para registrar as falas das personagens. Esses discursos podem ser divididos em discurso direto que é aquele o qual registra integralmente a fala da personagem, o modo como diz, ou seja, seria como se a personagem falasse diretamente, sem a interferência do narrador; o discurso indireto, de acordo com Gancho (1997, p. 36), registra indiretamente a fala da personagem através do narrador, ou seja, o narrador é o intermediário entre o instante da fala da personagem e o leitor, de forma que a linguagem do discurso indireto é a do narrador; por sua vez, o discurso indireto livre, conforme a autora (1997, p. 39), registra a fala ou o pensamento da personagem, consistindo em meio-termo entre o discurso direto e o indireto, pois apresenta expressões típicas da personagem, mas também a mediação do narrador.

5.1 Personagens

A personagem ou as personagens de uma narrativa literária são importantes no contexto da história, pois manifestam e definem atitudes que direcionam o leitor a assumir, dentro da narrativa, uma posição ou uma ideia, uma análise, às vezes, semelhante na vida real.

A necessidade de abordar o papel e a caracterização das personagens faz-se relevante porque as narrativas analisadas envolvem, evidentemente, elementos com situações sociais diferentes e diversificadas, que pertencem a contextos históricos diferentes, com abordagem de situações peculiares de cada época.

Gancho (1997, p. 14-16) define personagem como um ser fictício o qual é responsável pelo desempenho do enredo, ou seja, é quem faz a ação. De acordo com a autora, a personagem é uma invenção, mesmo sendo baseado em pessoas reais, isto é, pertence à

história, mas só existe como tal se participa efetivamente do enredo, se age ou fala. Assim, se uma personagem é mencionada na história por outras personagens, mas nada faz direta ou indiretamente, ou não interfere de modo algum no enredo, pode-se não a considerar como personagem, sendo, dessa maneira, entendida como personagem aquela que se define no enredo pelo que faz ou diz, e pelo julgamento que fazem dela o narrador e as outras personagens.

A personagem é classificada quanto ao papel desempenhado no enredo como protagonista que é a personagem principal, podendo ser um herói ou anti-herói; a antagonista que é aquela personagem que se opõe à protagonista, seja por sua ação que atrapalha, ou por suas características opostas às da protagonista; personagens secundárias são aquelas que menos participam do enredo, podendo desempenhar papel de ajudantes da protagonista ou da antagonista.

As personagens podem, segundo Gancho (1997, p. 16–18), ser classificadas quanto à caracterização em dois grupos, sendo o primeiro grupo composto pelas personagens planas, aquelas caracterizadas com um número pequeno de atributos, são personagens pouco complexas e são divididas em dois grupos: o tipo, que é reconhecido por características típicas, invariáveis, as quais podem ser morais, sociais, econômicas ou de qualquer outra ordem; a caricatura, aquela personagem reconhecida por características fixas e ridículas, geralmente aparece nas histórias de humor. As personagens redondas, a segunda classificação dada pela autora, são personagens mais complexas, isto é, apresentam uma variedade maior de características sendo divididas em físicas que incluem corpo, voz, gestos, roupas; psicológicas que se referem à personalidade e aos estados de espírito; sociais que indicam a classe social, profissão, atividades sociais; ideológicas que se referem ao modo de pensar da personagem, sua filosofia de vida, suas opções políticas, sua religião e, por fim, as morais que envolvem o julgamento, ou seja, afirmar se a personagem é boa ou má, se é honesta ou desonesta, se é moral ou imoral, segundo determinado ponto de vista.

Brait (1985, p. 11- 12) menciona que, para saber alguma coisa a respeito de personagens, é preciso analisar a construção do texto, o modo que o autor encontrou para dar forma as suas criaturas, e pinçar a independência, a autonomia e a existência desses seres de ficção. Segundo a autora, é somente, na tentativa de verificação do espaço habitado pelas personagens, que se pode vasculhar a existência delas concebidas como representação de uma realidade exterior do texto. Em face do exposto, a personagem é um habitante da realidade ficcional, cuja matéria de que é feita e o espaço que habita são diferentes da matéria e do

espaço dos seres humanos, mas, de acordo com a autora, essas duas realidades mantêm um íntimo relacionamento.

Conforme a autora (1985, p. 52–53), o texto é o único dado concreto capaz de fornecer os elementos utilizados pelo escritor para dar firmeza, estabilidade a sua criação e estimular as reações do leitor. Sendo assim, a autora afirma que é possível detectar, numa narrativa, as formas encontradas pelo escritor para dar forma, para caracterizar as personagens, não importando se são apenas criação linguística-literária ou espelho do ser humano.

As personagens, em consonância com Brait (1985, p. 66), que povoam a cultura literária e que tocam tão de perto o leitor, dão a impressão de terem existido numa dimensão, tornando-se imortais e capazes de “falar”, demonstrando o poder de caracterização de seus criadores. É também, segundo a autora, na articulação verbal que se realizam a sensibilidade de um escritor, a sua capacidade de enxergar o mundo e pinçar, nos seus movimentos, a complexidade dos seres que o habitam. Assim posto, é nesse mundo de palavras, nessa combinação de signos que o leitor vai se alfabetizar, ler o mundo e decifrar a sua existência.

Brait (1985, p. 67) destaca que a narração em primeira ou terceira pessoa, a descrição minuciosa ou sintética de traços, os discursos direto, indireto ou indireto livre, os diálogos e os monólogos são técnicas escolhidas e combinadas pelo escritor a fim de possibilitar a existência de suas criaturas no papel, dependendo de suas intenções o escritor vai preparando o discurso e construindo essas criaturas que, depois de prontas, fogem ao seu domínio e permanecem no mundo das palavras ao sabor das reações que esse discurso possibilita aos receptores. Mas a autora afirma que a construção de personagens obedece a determinadas leis, cujos caminhos só o texto pode fornecer.

Tacca (1983, p. 121) declara que a personagem constitui sempre uma das dimensões fundamentais do romance e o autor distingue dois enfoques diferentes para a personagem, ou seja, a personagem como tema, como substância, como interesse central do mundo que se explora; a personagem como meio, como técnica, como instrumento fundamental para a visão ou a exploração desse mundo. Sendo assim, segundo o estudioso, as relações entre o autor e a personagem poderiam ser ilustradas a partir de ambos os casos e também poderia escrever-se a história do romance dentro desse contexto: num caso, a personagem está ligada intimamente àquilo que se conta, no outro caso, está ligada à forma como se conta.

Segundo Tacca (1983, p. 123), as personagens passaram a ser, mais do que o próprio tema do romance, fontes de informação, postos de observação. Do narrador, do seu manejo dos estilos direto, indireto ou indireto livre depende a relação do leitor com as personagens. A sua possibilidade é múltipla, pois pode contar coisas que não lhe dizem respeito, introduzir

personagens que relatam e introduzem personagens e personagens que relatam e introduzem personagens, sendo essa polifonia de vozes as quais o leitor escuta, uma através das outras.

Conforme o escritor (1983, p.125), a realidade da personagem não pode ser procurada além da positividade do relato, pois o narrador sabe, que, em determinado momento, nada iguala o efeito de uma deposição direta, seria como se declinasse em favor de um acesso direto da realidade das personagens.

Tacca (1983, p. 126) salienta que a intervenção direta das personagens no discurso narrativo é uma ilusão, pois passa pela alquimia do narrador, a verdade oral de uma personagem é uma verdade peneirada pelo narrador.

Na narrativa de Martins (1975), “*Estrada Nova*”, a personagem Ricardo, filho de Janguta, aparece participando diretamente dela, pois já, no início, há referência dessa personagem como atuante dentro do contexto da história narrada. Ela participa da narrativa desempenhando ações e agindo, definindo algumas situações que serão descritas no decorrer dos fatos narrados na obra.

Ricardo, muito mais que aos outros, embora sua aparência discreta não dissesse isso na hora do alarme, enquanto os demais se afobavam, comentavam detalhes do fato, subiam e desciam correndo a escada, tumultuavam a casa, mas na verdade não ajudavam. Mas não era calma, a sua era perplexidade. Aquilo o tomara de surpresa, daí o seu ar de atropelado, pois fizera amizade como o velho Policarpo desde os primeiros dias de sua chegada na pensão (MARTINS, 1975, p. 11).

Seu Janguta, outra personagem da obra “*Estrada Nova*” (1975), participa da história atuando dentro do tema central da narrativa, ou seja, a fuga do homem do meio rural para a cidade provocada pela falta de oportunidade para trabalhar no campo. Essa personagem, apesar de ser uma invenção criada pelo autor, desempenha o papel de protagonista, pois é nela que Martins (1975, p.17) descreve uma situação de mudança social provocada pelo progresso: “- É, amigo, depois de velhos, vamo tê que nos torná povoeiros!” (MARTINS, 1975, p. 17).

Quanto à caracterização, pode-se considerar a figura do gaúcho na personagem Janguta, de Martins (1975), como personagem redonda, pois, na narrativa, são atribuídas características quanto à personalidade, ao estado de espírito e ao meio social que vive a personagem.

Aborrecido, Janguta aliviou o barbicacho, franziu a testa e fechou um cigarro de palha, entreparando para acendê-lo. Enquanto levava as mãos em concha à frente da boca, as rédeas soltas no pescoço do montado, seus olho, enviesados, miravam uma ponta de novilhos gordos, estendidos ao longo duma ladeira, que começava a deitar sombra sobre o nascente (MARTINS, 1975, p. 15).

Como descreve Brait, a personagem sendo um habitante da realidade ficcional pode relacionar-se com a realidade dos seres humanos e tocar bem de perto o leitor, dando a impressão de ter existido realmente. Esse fato observa-se na obra “*Contos Gauchescos*”, de Lopes Neto (1998), na qual há descrições nas ações, nos fatos que remetem o leitor, em determinados momentos, a uma realidade que poderia ter acontecido.

A Tudinha já não chorava não; entre o Nadico, morto, e a velha Fermina estrebuchando, a morocha mais linda que tenho visto saltou em cima do Bonifácio, tirou-lhe da mão sem força o facão e vazou os olhos do negro, retalhou-lhe a cara, de ponta e de corte... e por fim, espumando e rindo-se, desatinada – bonita, sempre! – ajoelhou-se ao lado do corpo e, pegando o facão como quem finca uma estaca, bateu no negro sobre a bexiga, pra baixo um pouco – vancê compreende?... (LOPES NETO, 1998, p. 31).

Quanto ao tipo de personagem, identifica-se o narrador-personagem, uma vez que o foco está na primeira pessoa do singular, sendo que, em cada narrativa, existe a participação de outras personagens, as quais se relacionam com a principal, ou seja, com a protagonista. Há, também, a presença do discurso direto e a descrição de traços.

- Eu tropeava, nesse tempo. Duma feita que viajava de escoteiro, com a guaica empanzinada de onças de ouro, vim varar aqui neste mesmo passo, por me ficar mais perto da estância da Coronilha, onde devia pousar. (LOPES NETO, 1998, p. 18).

No romance contemporâneo “*A parede no escuro*”, de Martins (2008), o foco da narrativa apresenta-se em primeira pessoa, a caracterização das personagens é feita não minuciosamente, mas com algumas descrições no decorrer da obra, dessa forma, poder-se considerar as personagens como planas, tendo algumas características. A presença da figura gaúcho é representada no meio em que vive e pela vestimenta.

- Olha lá, Emanuel: umas quinze mulheres. Acha que alguma se encanta com a gente? Só se uma delas for aluna nossa.
Tomei dois goles. Olhando as mulheres. Nenhuma bonita. O sol agressivo atravessara umas poucas nuvens. Parecia faca. O Seu Fojo numa cama de hospital. E eu imaginando o mesmo perto de uma janela.
- Eu já falei que o pai baixou o hospital ontem?
- Falou.
- O pulmão não tendo mais jeito. Ainda por cima ele tá com suspeita de pneumonia dupla.
- Com esse calor?
- Pra ver. (MARTINS, 2008, p. 181).

No conto “Velhos”, Faraco (1995), há predominância do foco em terceira pessoa e as personagens atuam com poucos atributos, ou seja, possuem apenas características sociais. Há, nessa narrativa, a presença da vida no campo por alguns momentos, mas é na cidade que estão os meios para sobreviver.

Cuertino acordou antes, ao cabo de um sono abaloso que o fez rolar fora do pelego. Recomeçaram a matear, na segunda cevadura, que geralmente ia até quatro e pico, quando os visitantes iam cumprimentar os pais de Maria Luíza e se retiravam. O tapete da erva ainda não se emudecera quando escutaram o barulho do auto e o viram descer a estradita em disparada.

Sizenando estranhou:

- Ué, já se vai o baiano?

- Cada vez fica menos tempo (FARACO, 1995, p. 104 - 105).

5.2 O tempo e o espaço nas narrativas

O tempo e o ambiente dentro de uma narrativa são elementos que fazem parte da estrutura do texto e, na maioria das vezes, ajudam a definir as ações das personagens no enredo que está sendo desenvolvido.

Nas obras analisadas, esses dois elementos são significativos, pois marcam as épocas de cada obra literária e definem características ambientais as quais demarcam, muitas vezes, as relações entre as personagens envolvidas no enredo, assim como as suas atitudes.

Genette (1972, p. 214 – 215) considera que se pode contar uma história sem precisar o lugar onde aconteceu, e esse lugar está mais ou menos afastado do lugar onde se conta a história, mas é quase impossível não a situar no tempo em relação ao ato narrativo, ou seja, deve ser contada num tempo do presente, do passado ou do futuro, sendo, segundo o autor, as determinações temporais consideradas mais importantes que as determinações espaciais. Para ele, a principal determinação temporal da narrativa é a sua posição relativa em relação à história, pois a narração não pode ser posterior àquilo que conta. Além disso, Genette (1972) ensina que a narração no passado pode, de alguma maneira, dividir-se, para inserir-se entre os vários momentos da história, como uma espécie de reportagem imediata.

Como descreve Genette (1972), pode-se observar que, na coletânea narrativa “*Conto Gauchescos*”, de Lopes Neto (1998), o tempo é um fator muito importante, pois a obra estabelece correspondência com elementos da história que realmente fizeram parte da realidade social, histórica, em determinada época no passado, mesmo esse leitor não tendo vivenciado pessoalmente, ele sabe que esses fatos aconteceram como formação de uma região.

- Vancê está se rindo e fazendo pouco?... É porque vancê não é daquele tempo... quando rompeu a independência lá na Corte do Rio de Janeiro... e depois tivemos que ir pra coxilha fazer a guerra dos farrapos, com seu general Bento Gonçalves, que foi meu comandante, sim senhor, graças a Deus... e mais os outros torenas!... (LOPES NETO, 1998, p. 88).

As determinações temporais também são significativas em “*Estrada Nova*”, de Martins (1975), sendo a história dos fatos narrados ligados, em determinadas situações, a fatos históricos da realidade. Há, na narrativa, descrições que remetem ao contexto cultural histórico do Rio Grande do Sul, a sua formação política.

Hoje em dia, não. Ainda mais depois dos anos de Estado Novo! O pessoal desaprendeu de votar. Havia movimento político, sim, nos últimos anos, a contar da queda do Getúlio, mas era diferente, mui diferente. Não se tinha mais aquele entusiasmo de antes. E para maior complicação, inventaram esse tal de comunismo, de Rússia, de vermelhos, coisas de que ele e quase todos do seu tempo não entendiam patavina, sabendo apenas que era algo de péssimo e absurdo. Felizmente o governo do marechal Dutra tinha posto freio pesado nesses desordeiros (MARTINS, 1975, p. 44 – 45).

Gancho (1997, p. 20 - 21) afirma que a época da história nem sempre coincide com o tempo real em que foi publicada ou escrita, assim, muitas histórias passam-se em curto período de tempo, outras têm um enredo que se estende por muitos anos. A autora aborda, ainda, o tempo cronológico, sendo aquele que transcorre na ordem natural dos fatos no enredo, ou seja, do começo para o final, vinculado ao enredo linear, aquele que não altera a ordem em que os fatos ocorreram, é cronológico porque pode ser medido em horas, dias, meses, anos, séculos. O tempo psicológico, segundo a autora, transcorre numa ordem determinada pelo desejo ou pela imaginação do narrador ou das personagens, ou seja, altera a ordem natural dos acontecimentos, associado ao enredo não linear, aquele no qual os acontecimentos estão fora da ordem natural. O *flashback* é, consoante Gancho (1997), uma das técnicas mais conhecidas e utilizadas nas narrativas a serviço do tempo psicológico, tendo em vista que consiste em uma volta no tempo.

Em “*A parede no escuro*”, Martins (2008), há predominância do tempo psicológico, haja vista que o narrador descreve, através das lembranças de Emanuel, os momentos de uma situação que a personagem vivenciou no decorrer da narrativa.

Ir até meu pai e enfrentar seu humor. Sabendo que escutarei tudo sem que tenha uma só vez saído daquela rua onde atropeliei um homem. Mas por enquanto estou apenas indo. Sendo uma miséria: quanto mais adio o inevitável, mais escuro tudo vai ficando. E tenho de voltar para onde um desastre começou. Sem entender qual seja a melhor maneira de ir adiante (MARTINS, 2008, p. 97).

No conto “Velhos”, Faraco (1995), o tempo é cronológico, a descrição da narrativa desenvolve-se, inicialmente, pela manhã, transcorrendo os fatos no decorrer do dia, os diálogos entre as personagens são feitos dentro da cronologia de fatos e de situações decorrentes do envolvimento das personagens nas ações.

No domingo pela manhã a estância acolheu duas visitas. A primeira foi a do noivo de Maria Luíza, que veio num auto azul e barulhento, erguendo uma polvadeira na estradita eu partia em dois o potreiro e a invernada da frente.

(...)

Depois do almoço, em que comeram carreteiro e canjica, sestearam no galpão (FARACO,1995, p. 102 – 104).

O espaço, para Gancho (1997, p. 23), é o lugar onde se passa a ação numa narrativa e, se essa ação tiver poucos fatos na história, ou se o enredo for psicológico, haverá menos diversificação de espaço, porém, se for ao contrário, a narrativa for cheia de acontecimentos, haverá maior abundância de espaços. Segundo a autora (1997), o espaço tem como função principal situar as ações das personagens e formar, com elas, uma reciprocidade, quer influenciando suas atitudes, pensamentos ou emoções, quer sofrendo transformações casuais provocadas pelas personagens. Sendo assim, da mesma maneira que as personagens, o espaço pode também ser caracterizado mais minuciosamente em trechos descritivos ou as referências espaciais podem estar espalhadas na narração.

Nas narrativas de “*Contos Gauchescos*” e “*Estrada Nova*”, há detalhes do espaço em que os contos e o romance são descritos e uma ligação com os fatos históricos decorrentes da época. Dessa forma, as ações das personagens estão ligadas a este espaço que a narrativa apresenta.

A estrada estendia-se deserta; à esquerda os campos desdobravam-se a perder de vista, serenos, verdes, clareados pela luz macia do sol morrente, manchados d pontas de gado que iam se arrolhando nos paradouros da noite... (LOPES NETO, 1998, p. 20).

À medida que o trem se distanciava de Santa Maria e da aba da Serra, um realce azulado ao norte, o horizonte se alargava e os campos se tronavam mais campanha gaúcha na monotonia das várzeas, povoadas de gado (MARTINS, 1975, p. 24).

Gancho (1997, p. 23– 24), em continuidade descreve a diferença entre ambiente e espaço, sendo que o termo espaço refere-se ao lugar físico onde ocorrem os fatos da história,

já o ambiente associa-se a um lugar psicológico, social, econômico, ou seja, é o espaço carregado de características socioeconômicas, morais, psicológicas, em que vivem as personagens. O ambiente, para a autora, é um conceito que aproxima tempo e espaço, pois é o ponto onde se juntam esses dois referenciais, acrescidos de um clima, sendo este o conjunto de determinantes que envolvem as personagens.

A função do ambiente é, de acordo com a autora, situar as personagens no tempo, no espaço, no grupo social, enfim nas condições em que vivem; ser a projeção dos conflitos vividos pelas personagens; estar em conflito com as personagens e fornecer pistas para o andamento do enredo, sendo essa última função muito comum nos romances policiais ou nas narrativas de suspense ou terror. Deve-se acrescentar, neste particular, que, certos aspectos do ambiente direcionam caminhos para o desfecho que o leitor pode identificar numa leitura mais atenta. Para a autora, assim compreendido, o ambiente pode caracterizar-se levando em consideração alguns aspectos como a época em que se passa a história, as características físicas do espaço, os aspectos socioeconômicos, psicológicos, morais e religiosos.

As narrativas “*Contos Gauchescos*”, “*Estrada Nova*” e o conto “*Velhos*” são caracterizados por um espaço físico em que ocorrem os fatos decorrentes da narração, já no romance “*A parede no escuro*”, os fatos são descritos em um ambiente, pois decorre de uma situação envolvendo um conflito vivido pela personagem Emanuel, ou seja, o atropelamento do padeiro. Essa narrativa motiva o leitor a identificar, no decorrer da narrativa, uma inquietude da personagem mediante tal situação.

Silva (1983, p. 603) esclarece que o texto narrativo caracteriza-se por representar uma sequência de fatos, comporta como elemento estrutural importante da sua forma de conteúdo a representação do tempo, podendo ser do tempo-cronologia, o qual marca a sucessão dos fatos; do tempo concreto, o qual modela e transforma os agentes; do tempo histórico, que configura e desfigura os indivíduos e as comunidades sociais e, enfim, do tempo como horizonte existencial, físico e metafísico do homem. Da mesma forma, segundo o autor, a sequência de fatos de uma narrativa e os agentes do texto narrativo situam-se num espaço, que pode ser físico e social, com suas condições, leis, convenções e valores, sendo que o espaço está sempre interligado com o tempo, em particular com o tempo histórico, o qual gera e modifica a cultura.

Considerando este conceito, pode-se indicar na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*” um tempo cronológico, mantendo a estrutura da narrativa em uma sequência de fatos que se acha ligada ao espaço devido os valores apresentados a respeito do gaúcho, estando conectado com o tempo histórico e, assim, criando uma cultura.

“*Estrada Nova*”, Martins (1975), apresenta um tempo cronológico, os fatos descritos iniciam com uma situação influenciada pelo contexto histórico da época, que determina as ações das personagens, as quais são motivadas a cumpri-las dentro do espaço relacionado na narrativa, caracterizando a figura do gaúcho que é explorado e expulso das suas terras.

Na obra de Martins (2008), “*A parede no escuro*”, o tempo está interligado ao espaço, visto que a narrativa apresenta a sequência de fatos em que as personagens são envolvidas e, sendo uma narrativa contemporânea, a situação narrada mostra a evolução do tempo histórico através do atropelamento do padeiro, fazendo de Emanuel uma personagem que configura a vida tumultuada da cidade.

O conto “*Velhos*”, Faraco (1995), apresenta o tempo cronológico situado em um espaço, há sequência cronológica dos acontecimentos e as características descritivas do espaço situam o leitor na época, pois a narrativa evidencia a presença do progresso e mostra a vida no campo .

6 ANÁLISE DAS OBRAS

O Rio Grande do Sul sempre caracterizou-se por uma literatura apegada às tradições, ligada à terra nativa e às façanhas, reais ou imaginárias, dos seus antepassados. Salientam-se, em algumas das narrativas analisadas, características regionais e, em outras, costumes rurais que foram levados para a cidade e adaptados no dia a dia das personagens. Essas particularidades do gaúcho regional e do gaúcho contemporâneo são analisadas, respectivamente, nas obras “*Contos Gauchescos*” de Simões Lopes, “*Estrada Nova*” de Cyro Martins, “*A parede no escuro*” de Altair Martins e no conto “*Velhos*” de Sergio Faraco.

Com a chegada do progresso, a vida urbana exige do gaúcho que ele ajuste-se às novas condições no campo, as quais determinaram uma mudança de caminho que, em algumas obras, intensificam a nova forma de vida que esse gaúcho passou a assumir no seu dia a dia. A tecnologia adotada no meio rural foi um marco das alterações enfrentadas pelo gaúcho campeiro e tropeiro.

O gaúcho é, em determinada época, aquele que impõe a ordem, aquele que determina, de forma elementar, a sua vontade. Nas diferentes obras analisadas, o homem gaúcho, gaudério, o peão é diferenciado pelo que faz, mas ele preserva, nas pequenas coisas, no cotidiano, os hábitos, a essência de sua formação, ou campeiro, ou fronteiriço.

Nesse contexto, as personagens analisadas nas obras vivem um mundo que elas ordenam e desvendam, conforme as circunstâncias e o tempo das narrativas. Cada ato e cada gesto têm o seu significado, pode-se extrair o valor fundamental de uma geração que não perdeu os seus costumes, mesmo vivendo circunstâncias adversas.

Nas obras, apesar de momentos históricos distintos, envolve-se uma série de virtudes, umas físicas, outras morais, que cercam as personagens e caracterizam-nas. Entre elas, ressaltam-se a força, a destreza, a audácia, a amizade e ao mesmo tempo em que tudo isso é manifestado, as personagens demonstram coragem, arrojo, flexibilidade e lealdade. São personagens que marcaram uma época no contexto do Rio Grande do Sul e perpetuam essas características para gerações futuras como exemplo de conduta adotada em um determinado tempo.

6.1 “*Contos Gauchescos*” de Simões Lopes Neto

A obra “*Contos Gauchescos*” de Simões Lopes Neto é uma coletânea narrativa que apresenta uma história imaginária como se fosse real, formada por personagens, sendo que

Blau Nunes é aquele que narra, conta todas as histórias da obra. No início da narrativa, apresenta-se ao leitor fazendo referência como vaqueano, aquele que cruza o estado, andando por vários lugares. Observa-se, de imediato, na narrativa, a liberdade que o gaúcho usufruía nos campos do Rio Grande do Sul.

Patrício, apresento-te Blau, o vaqueano.

- Eu tenho cruzado o nosso Estado em caprichoso ziguezague. Já senti a ardência das areias deslocadas do litoral; já me recreei nas encantadoras ilhas da Lagoa Mirim; fatiguei-me na extensão da coxilha de Santana; molhei as mãos no soberbo Uruguai, tive o estremecimento do medo nas ásperas penedias do Caverá; já colhi malmequeres nas planícies do Saicã, oscilei sobre as águas grandes do Ibicuí... (LOPES NETO, 1998, p. 15).

Os acontecimentos narrados por Blau Nunes possuem um tempo e um espaço determinados, pois a obra foi criada em 1912 tendo o Rio Grande do Sul marcado por conflitos e mudanças políticas, cenário que veio a aparecer na obra, como se verifica no conto “Melancia-Coco verde”, Costinha foi defender as fronteiras do Rio Grande do Sul e ao mesmo tempo estava envolvido amorosamente com a filha de um fazendeiro da região, chamada Talapa, mas a opção de Costinha foi manter-se na luta para proteger as fronteiras da região e, depois, resolver a situação entre ele e Talapa.

O conto “Melancia-Coco verde” revela a figura do gaúcho apaixonado, guerreiro, defensor de seu território, aquele que luta pelos seus direitos. Nesse conto, a situação de guerra, conflito, batalha é mostrada e, ao mesmo tempo, relaciona o apego à mulher que foi deixada para que fosse cumprido o dever pela pátria. É uma mistura de audácia, valentia e apego sentimental, mas tendo, na figura do herói, a certeza e a necessidade de defender o seu território, resolver a questão, ganhar a batalha para, depois, tratar da vida emocional; o gaúcho é assim visto com bravos feitos guerreiros, com valentia, com lealdade, somando atributos morais com qualidades físicas.

Quanto ao contexto histórico, esse conto relaciona-se com o período em que o Rio Grande do Sul era considerado fronteira viva e precisava ser defendido no confronto com os castelhanos. Nessa época, segundo Moreira (2000, p. 145), o tipo social regional que se salienta é o gaúcho, que começa a identificar-se, no decorrer do século XIX, com características guerreiras, empenhando-se em defender as terras rio-grandenses.

Quando bateu no acampamento e entregou os ofícios que levava, procurou a rapaziada conhecida e portanto o Costinha, para das a novidade do casório da sua Talapa com o primo.

Como touro de banhado laçado a meia espalda, assim ficou o moço. Amassou o sombreiro sobre a orelha, afivelou a espada e gritou:

- Me vou, e é já! Reduzo!
 - Pronto!
 - Encilha os nossos cavalos! Já! Vamos embora!... Deserto!... acabou-se!
 - Encilha? – reperguntou o chiru.
 - Sim, co'os diabos! – berrou o desesperado.
 Neste momento o clarim deu toque de alarma...e como pra acoquinar o pobre um cabo veio a toda pressa chamar o Costinha, de ordem do comandante...Veja vancê que entaladela!
 Pelos altos das coxilhas avistava-se uma partida do inimigo. O comandante então até deu ao Costinha uma prova de confiança, pois encarregou-o de uma carga sobre um flanco dos atacantes...
 E agora?!...
 Filho de tigre é pintado!...
 Diante do dever o moço engoliu a tristeza, e mesmo não quis se desmoralizar desertando justamente naquela hora de peleia (LOPES NETO, 1998, p. 91–92).

A figura do gaúcho, na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*”, é abordada como aquele que mantém a sua cultura, os seus costumes, a honestidade mediante ações cotidianas, verifica-se isso no conto “Trezentas Onças”, em que a personagem perde uma quantia destinada para pagar uma conta, expressando-a como uma questão de lealdade, pois pensa em desfazer-se de seus bens para saldar a dívida. Nesse conto, a personagem Blau Nunes evidencia uma das características do gaúcho que é a sua honra, o cumprimento da palavra e do dever. Essa postura está vinculada, na história do Rio Grande do Sul, à época em que o gaúcho tinha uma vida simples, mas procurava manter certa conduta. Quanto à figura do herói gaúcho, destaca-se a honestidade, porque, quando percebe que perdeu o dinheiro, sente-se culpado de não poder cumprir o seu dever, a sua função, ou seja, levar a quantia ao destino combinado.

No conto “Trezentas Onças”, o espaço e a condição social fazem a personagem Blau Nunes obter um comportamento moral mediante uma situação que deveria ser cumprida, pois vivencia valores socioculturais estabelecidos pela época. Dentro desse contexto cultural-regional, a época histórica está ligada à figura do gaúcho, que representa atitudes do homem sulino, ou seja, lutador e tropeiro.

-Então patrício? Está doente?
 - Obrigado! Não senhor – respondi -, não é doença; é que sucedeu-me uma desgraça: perdi uma dinheirama do meu patrão...
 - A la fresca!...
 - É verdade...antes morresse, que isto! Que vai ele pensar agora de mim!... (LOPES NETO, 1998, p. 19).

Na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*”, observa-se que há a preservação das tradições do homem do campo, temos, na figura de Blau Nunes, o gaudério com suas características físicas e morais, tendo seus valores preservados. Devido à vida errante do

gaúcho, apresenta-se como uma figura inquieta e valente; é visto social e psicologicamente em solidão, gauderiando pelos pampas, reunindo-se com seus companheiros de vez em quando e envolvido com a natureza da campanha gaúcha.

Assim, Lopes Neto (1998) cria Blau Nunes que possui sua linguagem peculiar para mostrar as coisas daquele tempo em que o gaúcho cultivava sua cultura, os seus costumes e a sua convivência com a natureza e os animais. Constituído com seus hábitos, costumes e estrutura psicológica, esse tipo rio-grandense é trabalhador, audacioso, empreendedor e alegre, alimenta-se bem, é sentimental e extremamente ligado a sua terra, às vezes, sentimentalista ao extremo, capaz de reações violentas. Ademais, ficam evidentes os costumes simples que lhe são atribuídos.

Considerado o contexto histórico, no Rio Grande do Sul, segundo Quevedo (2003, p. 12), a formação da região sul deu-se com a ajuda de grupos como os Guaranis, os Jês e os Pampeanos, constituindo práticas como a caça, a pesca e a agricultura. Observa-se a formação do gaúcho na preparação do solo para o cultivo da terra, mas os que deram a contribuição fundamental para definir o gaúcho campeiro foram os Pampeanos que, através da prática do laçar animal, introduziram as boleadeiras, um dos instrumentos usados pelo gaúcho tropeiro e o gaúcho da campanha nas lidas do campo.

O contato com a terra, os costumes gauchescos, o homem típico da campanha, a linguagem e o cenário são testemunhas do homem campeiro, mas a experiência e a autoridade da palavra, realçando o valor da palavra firmada são salientados no conto “O Negro Bonifácio”, pois mesmo tendo perdido a luta, ele insiste em pagar a dívida.

- Faz favor de entregar a mamãe, sim?!...

O negro arreganhou os beiços, mostrando as canjicas, num pouco-caso e repostou:

-Ora, misturada!... eu sou teu negro, de cambão!..., mas não piá da china velha!
Toma!

E estendeu-lhe o braço, oferecendo o atado dos doces (LOPES NETO, 1998, p. 28-29.).

Ainda nesse conto, a presença da vestimenta, dos utensílios típicos do gaúcho campesino aparecem, por exemplo, no lenço colorado, no facão, nas boleadeiras. A valentia que está presente no contexto histórico do Rio Grande do Sul também é demonstrada na figura do Negro Bonifácio, pois, na narrativa, envolve-se em uma peleia, demonstrando coragem e ousadia. Como gaúcho guerreiro em combate incessante, luta por uma causa até o fim, preservando características como perspicácia, mobilidade e virilidade. É aquele que custa

a aceitar um desafio, mas quando aceito vai até o fim, principalmente quando a sua honra estiver em jogo.

De chapéu de aba larga, botado no cocuruto da cabeça e preso num barbicacho e borlas morradas, passado pelo nariz; no pescoço um lenço colorado, com o nó republicano na cintura um tirador de couro de lontra debruado de tafetá azul e mais cheio de cortados do que manchas tem um boi salino!
 E na cintura, atravessado com entono, um facão de três palmos, de conta.
 Na pabulagem, andava sozinho: quando falava, era alto e grosso e sem olhar para ninguém.
 Era um governo, o negro! (LOPES NETO, 1998, p. 27).

O herói gaúcho, na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*”, tem características próprias, atitudes e qualidades que lhe diferenciam das personagens das outras obras. O percurso desse herói gaúcho é marcado pela situação social que vive, pois tem como cenário o campo, o pampa e, nesse contexto, configura-se como herói nesse tempo e nesse espaço, retomando momentos da história rio-grandense como a Revolução Farroupilha.

6.2 “*Estrada Nova*” de Cyro Martins

Observa-se “*Estrada Nova*”, de Cyro Martins, que a figura do gaúcho é retomada na composição do caráter, das lembranças, dos apegos associados à valentia, à autoridade e, às vezes, à submissão decorrente das necessidades das circunstâncias vivenciadas em cada situação. O narrador revela o gaúcho não mais como aquele homem do campo, a realidade do campo é transformada e o gaúcho obriga-se a sair de seu território em direção à cidade em busca de outro tipo de vida, é uma fase de transição, pois precisa acostumar-se com as novas situações.

“*Estrada Nova*” foi escrita em 1953, período em que o estado passava por movimentos revolucionários, o governo sofria forte oposição e pressão política. É uma época de desigualdade na distribuição de terra, “fuga” arrasadora para as cidades, de modo a inverter a situação campo-cidade.

Cyro Martins procura, nessa narrativa, representar a verdadeira realidade de transformações que o homem do campo enfrentou; tenta esclarecer o início da marginalização que deu origem às periferias urbanas, como se formaram as vilas e mostra a mudança da situação socioeconômica que ocorreu na população que vivia no campo, fazendo com que migrasse para a cidade.

A história remonta à época do êxodo rural e ao incentivo à tecnologia no campo. O trabalho nas estâncias tornou-se obsoleto, vindo o gaúcho a abandonar a campanha. Segundo Quevedo (2003, p. 67), essa situação intensificou os problemas sociais os quais passaram a fazer parte da vida do gaúcho, que precisou sair do campo e viver na cidade, enfrentando determinadas dificuldades.

A personagem Ricardo é aquela que, na narrativa, revela a situação marcante do gaúcho que deixa o campo para tentar a vida na cidade em busca de melhor situação financeira. Ao mesmo tempo, o pai fica no campo, pois não conhece ou não sabe outra forma de viver a não ser na campanha.

Nesse instante, Ricardo sentiu o coração aos pinotes e experimentou uma vontade aguda de voltar para casa, não sabia bem se apenas para rever os seus, se para ficar e logo se incorporar aos que eram forçados a bater em retirada, como policarpo, como seu pai estaria fazendo na hora (MARTINS, 1975, p. 14).

“*Estrada Nova*” é uma narrativa em que se percebe a saída do homem do campo, aquele que trabalhou por algum tempo para conquistar um pedaço de terra, adquirir com sacrifício algo que pudesse sustentar a família.

A personagem Janguta encarna aquele homem do campo que é obrigado a deixar as terras, pois o Coronel Teodoro obriga-o, tendo em vista a compra que fez delas. A atitude do Coronel Teodoro revela o autoritarismo e o mandonismo com que agia em relação aos seus subalternos.

Com a modernidade chegando à campanha, constitui-se uma nova forma de viver para o gaúcho, promovem-se mudanças e faz-se da vida no campo uma forma de sacrifício movido por dificuldades, impulsionando o homem do campo a deixar suas terras e buscar outros meios de sobrevivência, outras formas de vida para sustentar a família.

- E se plantasse? – atalhou Ricardo, pensativo.

- Plantação aqui não dá – retrucou Osório, categórico, demonstrando que já tinha opinião formada sobre o assunto. – Planta-se, e depois, vender pra quem? Ademais, eu sou homem que só sei lidar com bichos: com cavalo, com boi, com vaca, com ovelha!... Tirando disso, eu e toda essa gauchada pobre que anda passando um sabe o quê por aí afora, não entendemos e cousa nenhuma. Esta é a dura realidade, amigo. Somos demais pra fazer o que sabemos, e pra o resto não servimos! Me dá muita pena desta nossa moçada! O que irá ser deles? (MARTINS, 1975, p. 34 – 35.).

Eis a situação em que vive o pai de Ricardo, um peão representando a mão-de-obra barata, homem sem rumo, perdido na vida, expulso das terras que vivera durante muito tempo, vê-se perdido com sua família, tentando encontrar alternativas para sobreviver.

Ricardo, o filho de Janguta, procura associar a sua experiência da cidade para ajudar a família, mas vê, no autoritarismo do Coronel Teodoro, a intransigência da vontade de tomar posse do que é seu sem medir consequências, não se importando a quem prejudicar. A personagem Ricardo, mesmo tendo vivido experiências na cidade, percebe-se impossibilitado de mudar a situação, pois a vontade e o autoritarismo do dono das terras prevaleciam.

- Você não ignora, decerto que eu comprei aquele campinho da viúva Antônia há seis meses. Quem mora lá, porque arrendava da viúva por pouco mais de nada, é o Janguta. Pois bem, quem diz que o diabo queria sair de lá? Já tolerei muito, mas agora não agüento mais, a minha paciência se esgotou. Demais, além de ser meu, comprado com o meu dinheiro, preciso do campo. Tenho mandado recados, o Miguel já foi lá não sei quantas vezes, e nada! Ele alega sempre a mesma coisa: que não sai porque não acha pra onde ir. E eu com isso? – Deu um tapa na coxa, brabo e animado. – Ora, essa! Já se viu? (MARTINS, 1975, p. 69).

É no meio dessa situação que a narrativa desenvolve-se, é no campo social que Ricardo e sua família se veem inseridos, vivem reflexos de um processo histórico e econômico do estado do Rio Grande do Sul. Mesmo que Ricardo lute para que seja feita justiça, ele percebe que o dinheiro, a posse da terra têm mais valor que a dignidade do ser humano.

As personagens vivem um tempo histórico em que a tecnologia chegou ao campo, Ricardo comenta sobre homens que lutam para o bem dos pobres e dá uma esperança para aqueles que esperam pela justiça, mas sabe que não deve sair tratando de reformas sociais, posto que o mandonismo, o autoritarismo são elementos dominantes na época.

É uma época em que o gaúcho sentiu-se oprimido, acuado, ameaçado pelo sistema. A personagem Janguta, apesar de viver no campo como peão, ser um homem honesto, não tinha direito a nada, trabalhava para enriquecer aquele que era o dono da terra, o estancieiro. Ricardo lutava por direitos que julgava merecidos, mas ao mesmo tempo não obtinha resultados positivos, visto que se debatia com uma situação social e econômica imposta naquele momento.

- O Janguta é um homem pobre, mas sério, nunca esteve preso, nunca roubou, nunca falou o respeito a ninguém...
 - É que me deram parte do seu marido.
 - Deram parte? Por quê? Quem? Ora, já se viu semelhante despropósito!
 Lobo, impacientando-se, mudou de atitude compôs o peito, pigarreou, mexeu nos óculos e falou uma maneira mais incisiva:

- Sim. O coronel Teodoro me deu parte o seu ma rido. Ele comprou este campo há seis meses e não há jeito de vocês saírem daqui. Já mandou o capataz uma meia dúzia de vezes avisar que tinham de sair e não fizeram caso. Isto é um abuso. É invasão da propriedade alheia. É crime. E a minha obrigação, como autoridade, é fazer cumprir o que é de direito, e pouco se me importa se o acusado é pobre ou rico.
- Mas Janguta já explicou um mundaréu de vezes pra o coronel que nós não se mudemo ainda não foi por falta de vontade de servi ele, foi por não tê pra onde i. Mas não tê mesmo!
- É, mas agora vão ter que dar um jeito (MARTINS, 1975, p. 79).

Ricardo é lutador por uma causa, ou seja, luta pela defesa daquele que mora no campo e tem o direito de permanecer nele. Apesar de ser perseguido pelo Coronel Teodoro, não deixa de manifestar a sua indignação diante da situação que os gaúchos pobres do campo passavam, ele não aceitava as ideias dos estancieiros tomarem posse de todas as terras.

Ricardo apenas fingira conformação com a atitude resignada os pais, por isso, no dia seguinte, encilhou o cavalo e, a pretexto de dar uma volta pelo campo, rumou para a Estância Velha. Ia decidido a abordar o assunto com o coronel, sem rodeios. Conhecedor do seu temperamento mandão e da sua teimosia, bem sabia que semelhante tarefa era mais difícil do que quebrar queixo de burro. Mas, ao menos, teria ocasião de lhe cantar algumas verdades. Verdades que, certamente, em toda a vida, nunca ouvira de ninguém (MARTINS, 1975, p. 99).

O herói gaúcho ligado a essa narrativa carrega códigos culturais, éticos e ideológicos da época, pois defende o seu direito de viver no espaço o qual cuidou por muito tempo, espelha os ideais de uma comunidade ou de uma classe social adquirindo padrões morais e ideológicos. É nessa figura que o herói gaúcho dessa época é constituído na obra, pois determina o gaúcho em plena fuga de seu meio natural para poder sobreviver e adaptar-se a outro padrão social.

6.3 “A parede no escuro” de Altair Martins

Altair Martins, em “*A parede no escuro*”, escrito em 2008, apresenta o gaúcho que vive na cidade, mas não perdeu os seus valores, a sua tradição, os seus costumes, a sua identidade. Vive na cidade e luta com dificuldade no dia a dia, persevera para a sobrevivência e mantém a sua herança cultural transmitida de geração a geração.

As personagens Emanuel e Seu Fojo vivem a situação em que Emanuel, filho de Seu Fojo, comete um erro e tenta consertar, mas, dentro das circunstâncias, não obtém êxito. Existe, na figura da personagem Emanuel, um grande conflito de valores, pois necessita consertar o erro e o que mais o atormenta é achar que o seu pai sabe de tudo, que pode ter visto o que fez.

O pai talvez reconhecendo o carro, me vendo no carro. Absurdo: não o pai sem forças para ajudar nem a ele mesmo. E cujos olhos não eram bons para ver no escuro.

Não sendo culpa tua Emanuel. E como explicar, primeiro: que atropelou um homem sem ver. A coisa toda sendo um acaso. Embora acaso não explique nada. O acaso do poste sem luz da esquina. A chuva, misturando tudo no pára-brisa e na lataria do carro, escondendo o homem que atravessava a rua. Sendo tudo um jogo para qualquer um ficar cego na hora. E o homem correndo, quase pra cima do carro. O homem atravessando uma rua assim, sem olhar pros lados? Não dando para ver homem algum com a chuva caindo e no escuro. Acaso. Anota essa, Emanuel: dia de chuva carro não tem freio. E tudo sendo toa rápido. De repente o homem rolando pelo pára-brisa (MARTINS, 2008, p. 58).

Seu Fojo, segundo a narrativa, possui a postura de um homem sério, chefe de família; às vezes, autoritário, que não aceita determinadas falhas. Com autoridade, ele tenta comandar a sua casa e a sua família, procura resolver algumas situações familiares. A esposa, submissa, acata suas ordens e tenta manter a casa organizada dentro do padrão determinado pelo Seu Fojo. Dentro desse contexto, a personagem que ao mesmo tempo manda, é também um tanto dependente, pois estando doente precisava do auxílio não só da esposa, mas também do filho.

A figura da personagem Seu Fojo expressa a o gaúcho que não está inserido no campo, não vive na campanha, não doma cavalo, não tem lida campeira, mas decide e manda com autoridade. É aquele gaúcho que, apesar de ter traços marcantes da figura do homem do campo na vestimenta, vive na cidade não mais na periferia como a personagem Janguta de “*Estrada Nova*”. Seu Fojo mora na zona urbana e possui a casa própria, não é aquele gaúcho marginalizado, aprendeu a prosperar no meio tecnológico. Como presenciou um fato que o surpreendeu, essa personagem busca a verdade não importando o culpado, quer saber quem realmente atropelou aquele homem na esquina de sua casa. Tem momentos de crise, posto que, algumas vezes, acha que reconhece o carro que ocasionou o acidente.

A vida na cidade, demonstrada pelo Seu Fojo, apresenta a dificuldade de manter firme alguns valores como honestidade, coragem, audácia, uma vez que ele queria resolver o mistério, mas ao mesmo tempo não se sentia capaz mediante a situação que vivia, por ser um homem doente e depender de outras pessoas. Mesmo dentro desse contexto, ou seja, estar doente, ele não deixava de mostrar certa autoridade nas palavras, eis que se observa e a figura do gaúcho dependente de certos favores de outras pessoas, não tendo autonomia suficiente para agir quando pensa ser necessário.

- Atropelaram dois na frente da padaria, Bárbara. Foi lá no cruzamento. Tem que ligar pra polícia. Depois liga pro teu filho.
 -Ligo pra polícia e digo o quê?
 - Liga e diz que deu um acidente aqui na frente, puta merda!
 E tossia forte, e Bárbara o levava ao banheiro. Na pia, teve um acesso intenso de tosse. Coisas começaram a ficar escuras, e ele lembrando do leite com gemada e marcela e tendo nojo (MARTINS, 2008, p. 50).

O gaúcho, representado nessa obra, tenta preservar alguns valores como a essência de ser aquele que determina, que manda, que direciona a sua família, que quer tomar decisões, que quer resolver situações. A personagem Seu Fojo conserva a tradição da indumentária gaúcha na vestimenta da bombacha e das botas, pois mostra assim sua origem, preserva um costume que, para quem vive na zona urbana, não seria tão normal: “Veste bombacha com botas e conversa com as senhoras como se estivesse dando ordens num galpão. Foge à rua para respira, levando homens de preto e os velhinhos que carregam chapéu” (MARTINS, 2008, p. 134).

As dificuldades experimentadas no decorrer da narrativa, como a impossibilidade momentânea de saber a verdade, tornam a personagem inquieta, ele quer resolver a situação que presenciou, mas não tem a certeza absoluta do que viu, sabe que precisa lembrar exatamente do ocorrido. São momentos de angústia que a personagem vive no decorrer dos fatos narrados.

A obra “*A parede no escuro*” é uma narrativa contemporânea, dessa forma, no decorrer da narrativa, nota-se que a figura do herói gaúcho é assinalada na indumentária e em algumas atitudes de Seu Fojo. Percebe-se que o herói que possuía vários atributos já não se apresenta, porque a vida urbana transformou alguns de seus hábitos, o progresso atribuiu mudanças que modificaram a figura do gaúcho, mostrando que essa figura sofreu limitações, porque reduziu sua autoridade, seus mandos e desmandos, restringindo-se apenas ao ambiente familiar.

O herói gaúcho contemporâneo sofreu essas transformações devido ao processo de urbanização que o fez um elemento comum, sofrendo dificuldades decorrentes do progresso e da vida citadina. Na personagem Seu Fojo é reconhecida a característica do homem do campo no uso de um elemento gaúcho a bombacha, mas se configura, nessa personagem, a vida comum na cidade, as limitações decorrentes do espaço, pois, se comparado às personagens dos contos de Simões Lopes Neto que tinham o campo como território, Seu Fojo limita-se à região de sua rua.

As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas no contexto do Rio Grande do Sul influenciaram a literatura contemporânea. Nessa época, o herói gaúcho é

apresentado como aquele que não anda mais a cavalo, não trabalha no campo e não tem, no plantio da terra, o sustento diário. Essa figura do herói contemporâneo teve que se adaptar ao meio socioeconômico urbano para ter condições de viver conforme as oportunidades oferecidas a ele. O herói gaúcho passa a assumir a figura daquele que se modifica devido às necessidades, mas conserva alguns traços campeiros que farão identificá-lo como pertencente à região.

6.4 “*Contos Completos*” de Sergio Faraco

A obra “*Contos Completos*”, de Sergio Faraco, foi editada em 1995, portanto, são contos contemporâneos, evidenciando, por sua vez, a situação do homem do campo que deixa o seu meio de trabalho campeiro e passa a ter outras formas de rendimentos, o gaúcho, nesse tempo, é um lutador no sentido de buscar outras formas de renda dentro do contexto social que lhe é apresentado.

Quando chegou o progresso, o gaúcho não teve outra opção a não ser transferir-se para a cidade e exercer uma nova profissão, deixando o campo para trás, vindo a usufruir das benfeitorias do campo, apenas quando o fizer para divertir-se ou descansar. Em alguns casos, foi preciso submeter-se a condição, apenas, de peão ou capataz de alguma fazenda, continuando nas lidas campeiras, apresentando-se como mero empregado.

O conto “Velhos” inserido na obra “*Contos Completos*” mistura hábitos do campo e hábitos da cidade, haja vista que o cenário do galpão, do costume de matear, as visitas aos domingos, a figura do capataz da fazenda são elementos campesinos apresentados. Da mesma forma, o aparecimento do carro no campo, a vida na cidade durante a semana, os passeios nos fins de semana no campo. É uma transição que a modernidade traz para o campo, mudança de hábitos, transformações de costumes que, apesar da convivência na cidade, ainda resistem. Sizerando é a personagem com costumes campeiros que preserva os valores gaúchos, hábitos como correr carreiras. O herói gaúcho é representado como o homem que vive momentos no campo, mas precisa também viver na cidade para manter o sustento diário. Alguns costumes praticados são momentos que a narrativa estabelece nessa obra, mas existe a marca forte do progresso que invade o meio rural.

Cuertino esperava o irmão e mate prono. Desde que Sizenando, quinze anos antes, viera capatazear um estabelecimento lindeiro, todos os domingos eles se visitavam: num, iam Cuertino e Dona Santa, noutro, vinham Sizerando e Dona Chica. Sizenando costumava chegar às dez horas, mas, ultimamente, tivera de cambiar seus hábitos. Maria Luíza, que sempre desapreciara a mesmice do campo, de súbito

passara a preferi-la, nos fins e semana, à variedade citadina: chegava na sexta à tardinha, com os pais, ficado até segunda ou terça. Já o tal noivo, como Sizenando, vinha aos domingos, mais ou menos à mesma hora, e duas ou três vezes o obrigara a pular fora da estrada, além de sufocá-lo na poeira. Agora o velho vinha às onze e, prevenido, mantinha-se ao largo do caminho (FARACO, 1995, p. 102 – 103).

Neste conto, também se observa que o cavalo, animal que está presente na vida do gaúcho e deve ser tratado com carinho e cuidado. A personagem Sizenando trata o seu animal como se ele fosse realmente o companheiro de toda hora, em todos os momentos, preserva o relacionamento de afetividade com o animal, o qual é utilizado para locomoção, é misturado com o carro no campo, ou seja, os dois meios de locomoção são adotados. No conto, a personagem Sizerando é descrito como aquele gaúcho campeiro, tropeador que utiliza o seu cavalo para passear, visitar os amigos.

No galpão, Sizenando começou a encilhar o cavalo, que durante a visita ficara solto no potreiro.
 - Tá cada vez mais guapo esse gateado – disse Cuertino, batendo no pescoço do animal. – Nem parece que já vai pra doze anos.
 - Não parece, não – Sizenando apertava a cincha -, e assim vai aos quinze.
 - Periga aos vinte.
 - Deus lhe ouça (FARACO, 1995, p. 106).

Nessa narrativa, o processo tecnológico que invadiu o campo fez com que o gaúcho campeiro viesse a retirar-se da campanha e passar a viver na cidade. No processo histórico do Rio Grande do Sul, a influência da modernidade afastou o gaúcho campeiro, trabalhador nas estâncias e fez com tivesse uma vida regrada de condicionamentos na cidade, ou seja, seus limites passaram a ser apenas no ambiente em que habitava, não tendo mais o espaço da campanha gaúcha para viver, podendo, como representado nesse conto, ter a oportunidade de passar momentos em meio à natureza.

Constata-se, nas obras analisadas, que houve uma decadência com relação à figura do herói gaúcho no decorrer dos tempos. Na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*”, o herói gaúcho é descrito com autoridade, autonomia nas ações, dependência do campo. Já na narrativa “*Estrada Nova*”, o herói gaúcho sofreu interferências do progresso, tendo que abandonar o seu meio natural e viver em outras condições na cidade. Nas narrativas contemporâneas, “*A parede no escuro*” e “*Velhos*”, o herói gaúcho apenas preservou alguns hábitos, mas não teve condições para permanecer no campo, sofreu a influência do progresso e estrutura-se dentro dessas condições impostas pela tecnologia.

Assim, as narrativas, tanto os contos como os romances analisados, representam as mudanças sofridas pelo gaúcho no decorrer da história, apresentam características que

determinaram a figura do herói gaúcho como elemento significativo no processo cultural do Rio Grande do Sul, deixando não só o legado cultural, mas também o registro para as épocas vindouras.

CONCLUSÃO: IMPORTÂNCIA DA LITERATURA REGIONAL

O texto literário, além de objeto de estudo e espaço de pesquisa para os pesquisadores, é, hoje, uma forma de aprofundar-se mais na história, pois foi escrito em um determinado tempo histórico, por homens que viviam aquela realidade, sentiam as emoções de seu tempo, seja por experiência da vida ou através de relatos orais e escritos de seus antepassados, trazendo de geração a geração o conhecimento.

Schneider (1996, p. 21-25) comenta que, no romance contemporâneo social do Rio Grande do Sul, da época da decadência econômica, o desemprego, a exploração do trabalho, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e habitação são situações que dominam o homem. Assim, nas três primeiras décadas do século XX, predominou a narrativa de características regionais, com tom conservador, que colocavam estancieiros e peões a viver em plena harmonia nas atividades do campo.

O autor (1996, p. 26) afirma que, a partir de 1930, o regionalismo gaúcho rompeu com a tradição romântica e entrou em outro rumo, ou seja, os autores começaram a mostrar não mais o monarca das coxilhas, mas passaram a representar um homem empobrecido, desempregado e perdendo muito rápido os referenciais morais que tanto o marcaram ao longo da história. Assim, o campo expulsa o homem mais identificado com ele e exila esse mesmo homem no meio urbano, obrigando-o acostumar-se com um novo estilo de vida, uma nova acepção de costumes que até então não eram vivenciados no contexto social do gaúcho.

Segundo Schneider (1996, p. 27), o Rio Grande do Sul sempre foi marcado pelo forte apego às tradições, sendo elementos significativos os rodeios, as churrascadas, as tropeadas, as lutas de fronteira. Por outro lado, da mesma forma, a industrialização, o crescimento urbano passaram a ser desenvolvidos como tema na literatura, além de determinarem uma nova composição social do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, torna-se importante a análise de algumas obras regionais, que mostram os valores, os costumes, as situações que o gaúcho vivenciou, mas, com o decorrer do tempo ou pela necessidade de vida melhor, foram sendo esquecidos, ficando apenas os seus relatos.

Como análise inicial, a obra "*Contos Gauchescos*" de Simões Lopes Neto, foram escolhidos os contos: "Trezentas Onças", "O Negro Bonifácio" e "Melancia Coco verde". Neles, o narrador-personagem Blau Nunes vive a situação que o caracteriza como peão-gaudério, que, nas suas andanças, marca a figura de um herói com firmeza em seus valores.

O romance "*Estrada Nova*" de Cyro Martins, romance regional, apresenta as personagens Ricardo e o pai, Seu Janguta, que vivem situações difíceis, uma vez que, com a

entrada do progresso no campo, aqueles que viviam na campanha precisaram transferir-se para a cidade, mudando a forma de viver.

A narrativa regional de Altair Martins, apresentada na obra “*A parede no escuro*”, tem o pai de Emanuel, Seu Fojo, mesmo vivendo na cidade, conservando os valores tradicionais do gaúcho nas vestes, mostrando a essência do gauchismo, também, no seu modo de pensar e agir, pois essa personagem, durante a narrativa, age severamente e, ao mesmo tempo, fragilizado com a doença, cobra do filho a sua presença e o respeito com relação ao cumprimento de horário.

O conto regional “Velhos”, de Sergio Faraco, na obra “*Contos Completos*”, possui personagens que vivem na cidade com seus compromissos e procuram manter contato com o campo, ou seja, resgatar alguns momentos de intimidade com a natureza, com os animais, tentando conservar a cultura gaúcha, procuram preservar algumas características da cultura, da origem .

Cada personagem estudada nessas obras apresenta características de uma época, mas trazem também a essência de sua origem, mesmo com o progresso tomando conta do campo, são homens gaúchos tentando, além preservar suas tradições, buscar aquilo que foi o começo de uma geração marcada por lutas e desafios, mas se pautando por manter as características de uma identidade que foi criada há tempos com a Revolução Farroupilha, com as influências dos imigrantes.

Essas obras foram selecionadas porque os autores apresentam suas personagens como elementos que preservam a origem do gauchismo, seja no modo de vestir, seja nos valores culturais, mas cada um possuindo traços que demonstram a caracterização de gaudério ou de cidadão, mantendo a postura regional, às vezes, somente na indumentária, pois essa também caracteriza a região. São narrativas que, conforme são descritas em suas épocas, vão abordando o gaúcho em contextos social, econômico e cultural diferentes.

Cada autor, em sua obra, revela a transição que houve na vida do gaúcho do campo para a vida na cidade; em Simões Lopes Neto, por exemplo, revelam-se situações típicas do gaúcho do campo; em Cyro Martins, o gaúcho já não é tão campeiro, deve habituar-se à vida na cidade; em Altair Martins, o gaúcho vive na periferia urbana, no contexto social da cidade e vivendo as tribulações que o progresso proporcionou; já Sergio Faraco revela o gaúcho vivendo na cidade e também no campo, relacionando-se nas duas situações, tendo o campo como uma forma de lazer.

Algumas obras regionalistas analisadas, como na coletânea narrativa “*Contos Gauchescos*” de Simões Lopes Neto, apresentam personagens que, dentro de sua época

histórica, se pode considerar como herói no seu tempo, pois demonstram atitudes de valentia, intrepidez e coragem, determinando um posicionamento correspondente à época em que a obra foi criada; é uma obra que trata de conflitos regionais. Já em outras obras regionalistas, nota-se que a figura do herói gaúcho apresenta outra visão, visto que, em “*Estrada Nova*”, de Cyro Martins, observa-se personagens deixando o seu habitat de origem, tendo que o abandonar, ir para a zona urbana, sendo essa época, conforme consta na história, marcada pela urbanização, a modernidade chega até o campo e faz com que as pessoas tenham que buscar, na cidade, meios e sobrevivência.

Nas obras regionais mais contemporâneas, pode-se verificar a figura do gaúcho demonstrada apenas através de sua indumentária como é o caso da obra “*A parede no escuro*” de Altair Martins, na qual Seu Fojo usa bombacha como roupa diária; ou de seus costumes como nos “*Contos Completos*” de Sergio Faraco em que as personagens mantêm a figura do gaúcho como aquele que sobrevive como pode e como as oportunidades são proporcionadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco das Neves. BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (orgs.). *História & Literatura no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre, MOREIRA, Maria Eunice. *Literatura sul-riograndense: ensaios*. Rio Grande: Editora da Furg, 2000.
- BRAIT, Beth. *A Personagem*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- CESAR, Guilhermino, CARVALHAL, Tânia Franco (org.). *Notícia do Rio Grande: literatura*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/ Editora da Universidade / UFRGS, 1994.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto: regionalismo & literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- CHAVES, Flávio Loureiro. *História e Literatura*. Porto Alegre: 1ª ed. Ed. Da Universidade/UFRGS; MEC, 1988.
- COSTA, Rogério Haesbaert da, MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- D'ONÓFRIO, Salvatore. *Teoria do Texto*. São Paulo: Ática, 1995.
- DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- FARACO, Sergio. *Contos Completos*. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é herói*. São Paulo: Brasiliens, 1984.
- FREITAS, Décio. [e outros]. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- GANCHO, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 4ª edição. São Paulo: Ática, 1997.
- GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. In *Figures III*: 1972.
- GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas/Secretaria Municipal de Cultura-Prefeitura de Porto Alegre, 2009.
- HOHLFELDT, Antonio. *Trilogia da campanha: Ivan Pedro de Martins e o Rio Grande invisível*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1998.
- HOHLFELDT, Antonio. *O Gaúcho: ficção e realidade*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1982.

KOTHE, Flávio René. *O herói*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1987.

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos & Lendas do Sul*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução Farroupilha a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

MARTINS, Altair. *A Parede no Escuro*. 1ª edição. Editora Record, 2008

MARTINS, Cyro. *Estrada Nova*. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1975.

MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos*. Rio de Janeiro: 3ª ed. Presença, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PESAVENTO, Sandra [e outros]. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

POZENATO, José Clemente. *O Regional e o Universal na Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974.

QUEVEDO, Júlio. *História Compacta do Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

REVERBEL, Carlos. *O Gaúcho: aspectos de sua formação no Rio Grande do Sul e no Rio do Prata*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

SCHNEIDER, Elenor José. *As vozes inquietas e Reynaldo Moura*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1996.

SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras*. 2ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da Literatura*. 5ª edição. Coimbra: Almedina, 1983

TACCA, Oscar. *As vozes do romance*. Coimbra: Almedina, 1983.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura Gaúcha: Temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. 1985.

Sites:

- www.guapos.com.br

- http://pt.wikipedia.org/wiki/yeda_Crusius
- http://www.celpsyro.org.br/v4/htm/RS_estadoFronteira.htm
- http://www.celpsyro.org.br/v4/Estante_Autor/visão_CriticaRelionalismo.htm